



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21/10/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Estando presentes os Vereadores Aurélio Nomura, Ricardo Nunes e Paulo Fiorilo na Presidência, dou por aberta da 17ª audiência pública de 2014 da Comissão de Finanças e Orçamento, 2ª audiência pública temática do PL 467/2014 – Orçamento 2015.

Esta audiência pública terá como objeto as seguintes Secretarias: Secretaria Municipal de Cultura, Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais, Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano, Fundo de Turismo SPCine (Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo), Fundação Theatro Municipal de São Paulo, SPTuris (Empresa de Turismo e Eventos de São Paulo) e Fundo de Turismo.

Informo que esta reunião está sendo “transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line”. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral como registro escrito no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço eletrônico, citado no link Audiências Públicas .

Foram convidados a participar desta audiência pública: Alfredo Manevy, Secretário Municipal de Cultura; Sra. Ana Flávia Cabral Souza Leite, nesta reunião representando o Sr. José Luiz Herencia, Diretor Geral da Fundação Theatro Municipal de São Paulo; representando o Sr. Wilson Martins Poit, Presidente da SPTuris, os Srs. Ítalo Cardoso, Domério Nassar de Oliveira, Diretor Financeiro, e Paulo Galdino, Gerente Financeiro. Bem vindos.

Conforme combinado com os Vereadores Aurélio Nomura e Ricardo Nunes, iniciaremos esta audiência pública pela SPTuris. Assim, convido os Srs. Ítalo Cardoso, Paulo Galdino e Luís Carlos Nader, de SPTuris, para compor a Mesa. O Sr. Domério Nassar está a caminho e após chegar integrará a Mesa. Em seguida, faremos a pasta da Cultura, com o Sr. Alfredo Manevy.

Informo que as inscrições para pronunciamentos deverão ser feitas junto à

secretaria da Comissão. Lembro aos presentes que as inscrições se darão por Secretaria. Neste momento, faremos as de SPTuris e em seguida, Secretaria de Cultura.

Convido o primeiro inscrito, o sempre Vereador Ítalo Cardoso, que falará por 5 minutos sobre o orçamento da SPTuris.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Bom dia, senhoras e senhores. Saúdo o Vereador Presidente Paulo Fiorilo, em cuja pessoa saúdo os demais Vereadores. Peço ao Paulo Galdino para que faça a apresentação do nosso orçamento, em que constam as necessidades básicas da SPTuris para 2015. Nele já entra a Fábrica do Samba, pela primeira vez no orçamento da Cidade, fato importante e inovador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra, Sr. Paulo Galdino.

O SR. PAULO GALDINO – Bom dia, Presidente, Srs. Vereadores e demais presentes. É um prazer representar a SPTuris e trazer a vocês um pouquinho daquilo que constou do nosso orçamento, as nossas necessidades. Num primeiro momento, aquela página que foi publicada no jornal, que acho que deve ser de conhecimento de vocês, está um pouquinho compilada, consolidada. Então, vou me permitir a abrir um pouquinho aquele cenário para conhecermos melhor o que representa cada dotação.

A SPTuris atende aos eventos da Prefeitura, a todas as realizações, desde inaugurações de espaços até os grandes eventos da Cidade. Temos a dotação maior vinculada à Secretaria de Governo Municipal e, agora, à Secretaria de Relações Governamentais. Além disso, trabalhamos com eventos das demais Secretarias.

Refiro-me à dotação da Secretaria de Governo porque nela temos incluídas as dotações para eventos como Carnaval, Fórmula 1, Natal Iluminado, que são eventos de maior expressão, para os quais transitam as maiores dotações.

Temos, na Secretaria de Esportes, eventos como o da Virada Esportiva, assim como na Secretaria da Cultura a Virada Cultural, com uma dotação parcial, digamos assim.

A SPTuris, nesta apresentação de suas necessidades, procurou trazer tudo o que

tem sido o elemento maior, aquilo que tem gerado as condições para a empresa atender à Prefeitura e à população de modo geral.

Neste ano, um dado novo seria a parte de ecoturismo, que está sendo desenvolvido em Parelheiros, com uma dotação inicial bastante modesta, mas que já trará à população de modo geral essa cultura, o aprender a buscar, através de desenvolvimento de projetos, conhecer um pouco dessa área ainda não explorada da Cidade. O lado de Parelheiros vai requerer, evidentemente, não só um esforço da SPTuris na busca do atendimento, mas também de outras Secretarias da Prefeitura para o desenvolvimento de ações para aquela área seja melhor visitada.

Quero também lembrar que no momento esperamos neste orçamento receber as dotações do PAC que estavam previstas para este exercício, mas que ainda não aconteceram. Estamos reprisando aquela dotação que já foi consolidada para esse exercício, estamos repetindo essa dotação para 2015 no sentido de que ela venha. Foram aprovados 60 milhões para desenvolver projetos no nosso Parque Anhembi, e ainda não aconteceram. Então, num primeiro momento, a empresa trabalha com a Prefeitura voltada para os eventos e também na locação de área no seu parque, no Anhembi. Temos o Pavilhão de Exposições, o Polo Cultural, o Palácio de Convenções e o Auditório Elis Regina. Da locação dessas áreas, obtemos parte da receita que está aqui projetada para o ano de 2015, totalizando 329 milhões aproximadamente.

É mais ou menos isso. Fico à disposição para eventuais questões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço ao Paulo Galdino. Tem a palavra o Vereador Relator Ricardo Nunes, que está inscrito. Em seguida, ao Vereador Aurélio Nomura. Depois, este Vereador.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado. Sr. Paulo, temos um pouco dificuldade de acompanhar. Eu conversava inclusive com o Adriano, da nossa assessoria, porque não temos um comparativo com o que foi realizado, com o que foi alterado durante 2014 e nos anos

anteriores.

O SR. PAULO GALDINO – Passei um documento, só para conhecimento. Acho que é interessante.

O SR. RICARDO NUNES – Porque eu vi que o senhor tem aí uma planilha detalhada...

O SR. PAULO GALDINO – É. Eu quis trazer porque está muito consolidado. Aí talvez vocês não consigam fazer essa comparação. Esse material, inclusive, seria apresentado visualmente pelo Domério, mas achei interessante trazer exatamente para isso, para que vocês tenham um entendimento melhorado do que são as verbas.

O SR. RICARDO NUNES – Muito bem. (Pausa) Hoje a SPTuris é superavitária, não é, Paulo?

O SR. PAULO GALDINO – É, ela encerrou o último exercício com um resultado discreto, mas positivo.

O SR. RICARDO NUNES – Eu verifiquei no demonstrativo de fontes e usos que vocês repetem bastante algumas fontes. Por exemplo: “promoção de campanhas e eventos de interesse do Município”. E aí o valor: 101 milhões, 916 mil. Novamente, “promoção de campanhas e eventos de interesse do Município”, 1,5 milhão; novamente, a mesma, 2 milhões; a mesma, 7 milhões, 327 mil. São várias. Para entendermos, por que é separado em tantas...?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Antes de o Sr. Paulo responder, quero aproveitar para pedir que integre a Mesa o Sr. Domério Nassar de Oliveira, que acaba de chegar. Ele é o Diretor Financeiro da instituição e pode ser útil nas questões. Por favor, Sr. Paulo, a resposta.

O SR. PAULO GALDINO – Essas dotações na verdade aparecem separadas porque elas se referem a cada Secretaria. Na primeira citada por V.Exa., 111 milhões, é da dotação da Secretaria de Governo. Mais adiante, a mesma dotação na Secretaria de Subprefeituras. Um pouco mais abaixo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esportes e demais

Secretarias.

O SR. RICARDO NUNES – Ah, tá. Então, cada uma dessas dotações de promoção é de uma Secretaria...

O SR. PAULO GALDINO – De uma Secretaria diferente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Um aparte, Vereador. Paulo, se você pudesse identificar aqui... Você começou com a primeira, de 111 milhões, 916 mil. Essa é...

O SR. PAULO GALDINO – É da Secretaria de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Depois, a de 1,5 milhão...

O SR. PAULO GALDINO – Essa seria de Subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Depois, a de 2 milhões...

O SR. PAULO GALDINO – Secretaria de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Depois, a de 7 milhões, 327 mil...

O SR. PAULO GALDINO – Secretaria de Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Depois, a de 200 mil...

O SR. PAULO GALDINO – É um fundo de participação, eu não teria de memória agora, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Fundo de participação. Deixe-me anotar.

Depois, a de 7 milhões, 215 mil...

O SR. PAULO GALDINO – Essa seria de Relações Governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – São essas as Secretarias que destinam recursos para SPTuris para eventos...

O SR. PAULO GALDINO – Num primeiro, elas que constaram desse nosso orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O.k. Devolvo a palavra ao relator, Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Da mesma forma, temos “administração da unidade”,

que começa com 720 mil, depois tem 413 mil, depois 591 mil, depois 1 milhão e 281 mil, depois 947 mil, depois 4 milhões e 71 mil. O senhor teria para nos passar, Sr. Paulo?

O SR. PAULO GALDINO – Essas dotações de administração, o senhor percebe que são valores menores. Elas na verdade estão relacionadas a projetos específicos de alguma unidades, só que eu não as tenho aqui identificadas. Mas são valores que teoricamente procuram atender a projetos ainda não consolidados com as diferentes Secretarias. Por exemplo, no código 24, temos uma dotação para a Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. Então, na verdade, são espalhadas, mas são projetos que ainda não estão identificados. Seria como se a empresa fosse buscar esses recursos por meio de novas iniciativas que ainda não foram efetuadas em 2014. Temos alguma liberdade de buscar projetos que, de alguma forma, não foram feitos com a SPTuris em exercícios anteriores. Então, é bem esse o cenário.

O SR. RICARDO NUNES – Entendi.

De transferências federais, há 60 milhões. Não havia essa previsão em 2014; é uma inovação.

O SR. PAULO GALDINO – Até estava em 2014, Vereador. Renovamos porque são aquelas verbas do PAC. Inclusive já foi anunciado na imprensa que elas serviriam para a reforma especialmente do Pavilhão de Exposições do Anhembi. Então, estamos repetindo em 2015, porque esse projeto já está bem adiantado.

P – Então, havia quatro dotações com a fonte de recurso 02. Esses recursos entraram em 2014?

R – Esses não.

P – Nenhum?

R – Nenhum. Estamos na expectativa de que ainda aconteçam, desses 60 milhões, 17. Existe uma possibilidade ainda neste final de exercício de que recebamos 17 milhões desses 60, uma verba específica.

P – O senhor está falando de 2015?

R – Sim.

P – Porque em 2014 eram 45 milhões.

R – Quarenta e três do projeto PAC e dois de um convênio com a Caixa Econômica Federal.

P – Mas não é a primeira vez que detectamos a falta de transferência de recursos federais. Não nego que a Comissão está bastante intrigada para identificar o porquê, se é por uma não efetiva ação, desempenho do órgão, porque as fontes do Tesouro Municipal estão esgotadas. Para 2014, havia uma previsão de 5 bilhões de recursos federais, mas só entraram 200 milhões. Na SPTuris também, dos 45, não entrou nada. O senhor poderia nos informar por que não entrou? Foi porque a SPTuris não apresentou projeto? O que está acontecendo?

R – Especialmente sobre esse projeto de recuperação do pavilhão, que envolve 60 milhões do PAC, foram apresentados os projetos e entraram em discussão na Caixa Econômica Federal. Após algumas avaliações, ele foi refeito e etapas foram repensadas. A dificuldade se instalou mais nesse ambiente; vamos dizer que ela não cresceu, não evoluiu. Agora temos praticamente definidos os primeiros 17 milhões do projeto da parte elétrica do Pavilhão, que, teoricamente, me parece, está todo aprovado. Por isso comentei da possibilidade de ainda acontecerem os 17 milhões neste exercício. Como ao longo do exercício houve algumas dificuldades que teoricamente empurraram as dotações para esse cenário, preferimos, então, repetir, recolocar para 2015, porque é uma dotação já acertada; inclusive ela exigiu que tivéssemos um novo calendário no Palácio de Convenções. Então, a ocorrência dela é bem urgente.

P – Para a modernização do Complexo Anhembi, 43 milhões. A SPTuris apresentou o projeto ao Governo Federal?

R – Sim. Na verdade, o projeto foi para Brasília, mereceu estudos e a Caixa entendeu que não estava adequado ainda, e o projeto voltou. Estudos foram feitos por ambas

as partes. Daquilo que a SPTuris apresentou, a aprovação não foi efetivada. Partiu-se, então, para um novo cenário, talvez um novo ambiente de apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Só um aparte, Vereador, pela oportunidade. Sr. Paulo, identifiquei que vocês colocam como repasses ou convênios os governos federal, estadual e outras fontes. Esses 45, de 2014, e esses 60, o senhor saberia dividi entre os entes, os que foram solicitados, ou não?

O SR. PAULO GALDINO – Os 60 milhões são todos da fonte federal.

P – Nenhum é de fonte estadual?

R – Nenhum é de fonte estadual.

P – Vocês chegaram a fazer alguma proposta de convênio para o Governo Estadual?

R – Não.

P – Nesse período, não?

R – Nesse período, não.

P – E o senhor saberia dizer se o Governo Estadual já fez algum tipo de aporte à SPTuris nos últimos anos?

R – Não. Seguramente não.

P – E, por último, o senhor disse que o projeto foi apresentado e a Caixa devolveu porque precisava fazer ajustes.

R – Sim.

P – Os ajustes já foram feitos?

R – Sim.

P – E foi encaminhado novamente?

R – Novamente.

P – O senhor sabe em que situação se encontra?

R – Então, daquilo que foi ajustado, parece que a Caixa já entendeu que os 17

milhões voltados à parte da elétrica estariam de acordo e deverão sair.

P – E o projeto era de qual valor?

R – O projeto total era de 60 milhões; 17 era só para a parte elétrica.

P – Só a parte elétrica?

R – Isso.

P – E os outros quarenta e...?

R – Aí volta para o piso.

P – E, disso, o senhor não sabe qual é a situação, se vai ser liberado ou não?

R – Não sei, mas acredito que neste exercício, não.

P – O.k. Obrigado, Vereador Ricardo.

O SR. RICARDO NUNES – Agora, a SPTuris fez uma previsão de 60 milhões; a Caixa vai liberar 17. Fica prejudicado?

O SR. PAULO GALDINO – Não, ele fica só renovado para exercício seguinte. Nesse caso, a Caixa liberou 17 neste exercício e os 60 devem ser reduzidos para 43.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Mais um aparte, porque tem alguma coisa errada. O valor que o senhor indica para 2014, o ano que nós estamos, é de 45. Os 60 que o senhor está falando é para o ano que vem?

O SR. PAULO GALDINO – Sim.

P – Então, se liberou 17, é menos 17 dos 45.

R – Não, não, porque os 60 estavam liberados no total, porque foi entendido que, em 2014, seriam liberados 45 dos 60.

P – Mas do orçamento que vocês apresentaram para a Câmara agora, neste detalhamento, vocês indicaram 45, não 60.

R – Em 2014, não é?

P – Em 2014.

R – Isso. Só que não foi liberado, dos 45, nada.

P – Mas esses 17 é o que está sendo liberado agora.

R – Sim.

P – Dos 45?

R – Só que o valor evoluiu para 60, mas, no orçamento, constou 45.

P – Então, na realidade, eram 45 em 2014.

R – Sim.

P – Aí ele subiu para 60.

R – Sessenta milhões durante o exercício.

P – E, para 2015, vocês estão repetindo dos 60?

R – Dos 60, porque até aqui não aconteceu nada.

P – Só que tem esses 17. Se acontecer os 17, vocês vão diminuir dos 60?

R – Isso, e aí viram 43.

P – Obrigado.

O SR. RICARDO NUNES – De fato mesmo, não entrou um centavo do Governo Federal este ano.

O SR. PAULO GALDINO – De fato, não entrou.

P – E esses 17 também não é certeza, é probabilidade?

R – É, a probabilidade é grande, mas não é certeza. Ainda não. É um convênio, que já é celebrado independentemente da remessa do valor. Então, o convênio existe, só não existe a liberação da verba.

P – Sr. Paulo, pelo histórico dos anos anteriores e até de 2014, o que vocês colocam como receitas próprias está muito próximo da realidade ou a gente pode dizer que está bem distante?

R – Não, ele está bastante próximo da realidade, até porque a prática da empresa é alocar esse espaço para um período adiantado. Temos contratações até 2020 para realização de eventos no Pavilhão, por exemplo. Então, a probabilidade da realização, digamos, seja a

95%, bastante alta.

P – O Autódromo de Interlagos gerou quanto de receita e, 2014?

R – O Autódromo de Interlagos, em 2014, deverá fechar positivamente, pois, vamos dizer assim, é um marco. Ele tem expressão no exercício de 2014, principalmente, pela realização de shows, além dos eventos que o circuito admite. Fizemos em abril-maio o evento Lollapalooza, que trouxe uma arrecadação diferencial para a empresa e vai permitir que ele fique igualado. O Autódromo de Interlagos, anualmente, tem sido deficitário. Temos entendido o Autódromo de Interlagos, basicamente, com a realização do Grande Prêmio Brasil de Fórmula I. Tirando isso, ele é um equipamento deficitário pela sua própria natureza e, também, seus valores são menos comerciais.

P - Para 2014, estão previstos 3 milhões 505 mil e estão previstos para 2015 2 milhões 910 mil.

R – Ele vai fechar, agora. Logo depois da realização do Grande Prêmio, ele volta a fechar para a continuidade das obras e abrirá só em julho do ano que vem. Então, teremos um 2015 com poucos eventos naquele espaço.

P – Essas obras, que a imprensa noticiou, no Autódromo, são de recursos?

R – Recursos federais.

P – SPObras não é?

R – SPObras. Algo na ordem de 160 milhões que foram, também pelo PAC, destinados com os mesmos 60 que estamos conversando aqui.

P – Na São Paulo Turismo o uso dos espaços são tabelados para qualquer usuário?

R – São tabelados.

P – Não tem desconto para ninguém?

R – Não. Ele até admite desconto e, principalmente, para os eventos da Prefeitura. No geral, não. Para a iniciativa privada ele tem uma tabela igual.

P – E ela é seguida igual para todo mundo?

R – Sim. O Domério fará um esclarecimento sobre a proposta.

O SR. DOMÉRIO NASSAR DE OLIVEIRA - Bom dia a todos.

Sobre o aspecto do desconto, na verdade, às vezes, a São Paulo Turismo é obrigada a praticar descontos junto a iniciativa privada quando a data vai se aproximando, e o espaço não está ocupado. Mas esses descontos são regulados por resoluções de Diretoria e têm um limite em torno de 25% para a iniciativa privada. Isso para que espaço não pereça sem ocupação. Então, existe, sim, alguma flexibilidade na parte comercial. E, na parte dos eventos destinados à Prefeitura, principalmente, e aos eventos de interesse público temos um percentual de desconto maior, podendo atingir até 50%, ou até, eventualmente, dependendo desse interesse, fazer a concessão com descontos maiores – mas sempre com resolução de Diretoria.

P – É uma deliberação da Diretoria?

R – Exatamente.

P – A Diretoria pode deliberar para dar zero para um, 25% para outro...

R – Não. No caso de zero é difícil de acontecer.

P – Não. Zero de desconto. Não de valor.

R – Sim. Perfeito.

P – Não sei se é o que mais acontece não, mas é preciso verificar isso lá. Precisa ter um critério um pouco mais justo com relação à solicitação de desconto.

Com relação a esses valores, se, por acaso, diminuir alguma receita, por exemplo, Cultura que está em 7 milhões e 300. Lá no orçamento da Cultura já aumentou sobremaneira isso. Eventualmente, tirando esse recurso da Secretaria de Cultura não atrapalharia a saúde financeira da São Paulo Turismo.

R – Naturalmente, qualquer redução interfere diretamente no rendimento da empresa. Por exemplo, Cultura, a gente tem a dotação para a Virada Cultural que, talvez, seja

o maior valor, e os projetos rotineiros da Secretaria numa dotação menor, mas, qualquer alteração, certamente, trará algum barulho no fluxo financeiro da empresa e nos resultados finais.

P – É que a Secretaria de Cultura de 336 milhões já está indo para 395 milhões, mais 07. Lógico, a gente gostaria de ter mais. Mas o dinheiro está curto. Não impactaria, não é isso que vai gerar nenhum problema com relação à gestão da São Paulo Turismo.

R – Provavelmente, não.

P – Ok. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Passo a palavra ao Vereador Aurélio Nomura para suas questões.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Bom dia a todos. Ainda tenho dúvidas com relação a essa questão da previsão orçamentária com relação a 60 milhões de investimento visando a modernização do Complexo Anhembi. O que verificamos, neste ano, é que apenas, se não me engano, acho que 200 milhões dos quase 5 bi prometidos pelo Governo Federal, é que chegaram ao Município de São Paulo. Verificamos que esses 60, apesar de ter assinados os convênios, como os outros convênios que foram assinados em todos os setores aqui da Prefeitura de São Paulo, cito, por exemplo, o caso da Educação e da Saúde que não tiveram absolutamente nada. Enfim, verificamos que é muito difícil o Governo fazer esse repasse, principalmente porque já estamos iniciando uma fase extremamente crítica com relação às contas federais.

Estamos entrando em um período de pré-crise, já apontada pelo próprio Ministro da Fazenda, quando de sua abordagem.

Gostaria de perguntar se existe um plano B, porque o que verificamos é que São Paulo, hoje, é uma cidade de negócios, onde as feiras ocupam um papel extremamente importante na arrecadação de nossa cidade, e há necessidade, efetivamente, de fazermos essa modernização com a maior urgência possível.

Então, pergunto: caso não venha dinheiro dos recursos federais, não há possibilidade de a Prefeitura de São Paulo... Porque 60 milhões, comparando no orçamento de cinquenta e poucos bi, é muito pouco, é muito pouco, que poderia ser investido pela Prefeitura de São Paulo.

Então, volto a perguntar: existe essa possibilidade? Há necessidade de se incluir também o código 00 para a ampliação, colocando mil reais? E, no caso, de haver a falta de recurso federal, já o Governo Municipal fazer esse aporte de recursos para essa modernização?

O SR. DOMÉRIO NASSAR DE OLIVEIRA - Isso que o senhor relatou aqui, a atual administração da São Paulo Turismo compartilha *ipsis litteris*. Temos uma urgência enorme de modernizar todo o Parque do Anhembi. Esse Parque do Anhembi, especialmente o Pavilhão Norte/Sul, foi construído em 1970 e, de lá para cá, nenhuma modernização - nem climatização, nem a redivisão mercadológica do espaço e nem a parte de estacionamentos e de migração automatizada para as pessoas, foi contemplada e precisa ser. Precisa ser porque, senão, a Prefeitura corre o risco de ter esse ativo depreciado, especialmente porque estão surgindo novos espaços de exposições em São Paulo, com o investimento da iniciativa privada e que, obviamente, vão concorrer, já estão concorrendo e poderão ir, ao longo do tempo, se nada for feito, comprometendo e tornando cada vez mais aparente a obsolescência daquele equipamento.

Então, essa necessidade de modernização seja, talvez, o ponto número um da estratégia da atual Administração. Aí, vem a segunda parte de sua pergunta: de onde poderão vir os recursos para isso?

Esses recursos do PAC, esses 60 milhões, embora sejam expressivos para o nosso microcosmos, ainda são muito insuficientes para aquilo que queremos e precisamos fazer lá. Precisamos fazer a construção de mais pavilhões; precisamos verticalizar o estacionamento; precisamos fazer a climatização, porque é impossível, no verão, a pessoa chegar a uma feira,

nos meses de janeiro, fevereiro e março, e suportar o calor no Pavilhão e isso é muito urgente.

A Prefeitura tem uma realidade orçamentária sempre estreita, uma realidade orçamentária onde existem muitas outras carências, embora, como o Vereador bem disse; o espaço do Anhembi é de uma importância estratégica a nível nacional, não só porque é um espaço de exposição para todas as inovações das principais cadeias de negócios que nós temos no Brasil, como também ali há feiras de ponta na área de construção, feiras de ponta na área de calçadas e feiras de ponta na área de maquinário agrícola. Agora vamos ter o Salão do Automóvel. Também é um espaço de comercialização. Não é só uma feira de *showroom*, para demonstrar o que há de inovação. Não, ali se realizam negócios. Em algumas cadeias, são comercializados proporções da produção anual, chegando a três, quatro ou cinco meses da produção anual de uma determinada cadeia produtiva. Assim é, por exemplo, com a cadeia dos calçados, na qual tive oportunidade de conversar com os expositores.

Então, é fundamental que São Paulo seja, por esse aspecto, de contribuição com a economia nacional, como espaço de negociação, seja como ponto, foco de atração do turismo de negócios, que é o grande potencial de São Paulo, aquilo precisa ser reavivado, para que não se perca o endereço, que é o mais conhecido no mundo, em nível de América Latina, como espaço de feiras, e para que aquilo possa continuar representando para São Paulo, pela importância que tem.

De onde poderão vir os recursos? Da Prefeitura? Nós temos reivindicado isso, mas achamos isso muito difícil. Do PAC, se vierem os 60 milhões, isso está dependendo da definição de alguns projetos, porque, com a mudança de gestão, nós também tivemos que remodelar alguns projetos ali, que antes estavam desenhados, de certa forma, e agora nós estamos colocando com desenhos um pouco diferentes, até olhando aquilo que poderá vir, por conta da contribuição do capital privado. Aí o que nós estamos pensando é criar uma condição para atrair de volta o capital privado.

O Parque Anhembi, o Anhembi Eventos e Turismo , como era o antigo nome, foi

uma construção de Caio de Alcântara Machado, que se iniciou com uma sociedade anônima de capital aberto. Diferentemente das outras empresas da Prefeitura, a Prefeitura comprou a participação acionário do Caio em 1974, com 74% de participação nas ações; e, ao longo do tempo, até agora, veio acrescentando novas funcionalidades ali dentro. De certa forma, no nosso entendimento, isso conflita com o negócio original, que eram feiras e convenções. Há novas funcionalidades na produção de evento de interesse esportivo, como que a Fórmula 1, como de interesse cultural, como o Carnaval, a Virada Cultural, e de interesse dos municípios, com vários eventos que atendem à Prefeitura e à Câmara. De outro lado, colocou-se também o fomento ao turismo, que hoje é bancado pelas receitas da São Paulo Turismo; quando, na verdade, o turismo é mais um dos gastos de natureza municipal. No nosso entendimento, estamos trabalhando nesse sentido, deveria estar sob o critério da avaliação de prioridades do orçamento municipal explicitamente e não embutido no orçamento da São Paulo Turismo, como está hoje.

Então, nós estamos trabalhando com a ideia, quem sabe, de fazermos uma separação, criando uma Secretaria de Turismo, no sentido público, de fomento, e depurando a sociedade anônima dessas outras atividades, que são mais de natureza pública, tanto o turismo como a parte do fomento aos eventos. Se assim conseguirmos, nós teremos uma S.A. pronta, quem sabe, para receber novos capitais de terceiros, mediante emissões de novas ações; capitais de terceiros que poderão ser da iniciativa privada ou poderão ser do próprio setor público.

Nós temos, em outras instâncias da federação, grandes empresas na área pública com sobra de capital, que poderão eventualmente se interessar, definido o projeto de modernização, nesse aporte que é fundamental para São Paulo. Então, essa é a nossa estratégia número 1.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Gostaria de colocar outra questão, até tendo em vista essa questão da parceria, o PPP, a privatização ou alguma coisa que o valha. Nós

debruçamos, durante um bom tempo, na Câmara Municipal de São Paulo e também na Prefeitura de São Paulo, sobre aquela questão. Foi votado, inclusive, na Câmara um espaço muito grande, lá em Perus, foi alterado o zoneamento permitindo a implantação daquele módulo, que seria o polo a ser desenvolvido na Expo 2020. E uma vez nós, após a derrota para Dubai, não se falou em absolutamente nada.

A minha dúvida é a seguinte: há estudos, a área está, em tese, adequada para receber investimentos nesse sentido, e pergunto: a Prefeitura ainda tem interesse em discutir e tocar a área ou já perdeu totalmente o interesse.

O SR. DOMÉRIO NASSAR DE OLIVEIRA – Vereador, talvez eu não seja a pessoa mais indicada para falar disso. Na verdade, assumi em novembro de 2013, nas vésperas da decisão da Expo 2020, que foi, se não me engano, em janeiro. Mas o que posso lhe dizer da minha experiência, desde então, é que o espaço para a Expo 2020 pressupunha grandes investimentos, que a Prefeitura entendia prioritários na medida em que ganhássemos a sede da Expo 2020, e isso se tornaria mais uma demonstração de capacidade do Brasil e de São Paulo de sediar eventos dessa magnitude. Uma vez que não aconteceu, perdeu prioridade do ponto de vista orçamentário para a Prefeitura. Não posso dizer com muita segurança porque depende naturalmente de avaliações estratégicas da Prefeitura. Mas é o que sinto dentro da São Paulo Turismo. Agora, há prioridade entendida e compartilhada com a administração direta, e é fundamental, é a revitalização do espaço em que atualmente estamos. Acho que o espaço de Perus fica para um segundo momento.

O SR. AURÉLIO NOMURA – E quanto ao Prefeito falar da desativação do Campo de Marte, a readequação do Campo de Marte utilizando parte do espaço para ampliação do Parque Anhembi. Esse projeto ainda está em andamento, em estudos?

R – Vereador, isso é uma questão que vem de longa data. É a minha segunda passagem pela São Paulo Turismo. E quando passei por lá, em 2005/2006/2007, isso já era aventado. De lá para cá, o que aconteceu? Aconteceu que a Prefeitura ganhou a ação com

relação à Aeronáutica, mas ganhou e ficou entendido o seguinte: foi reconhecido que o terreno pertence ao Município, mas nas áreas em que há construções comprometidas com a Aeronáutica deverão, a partir de uma peritagem, não é bem peritagem, é uma aferição técnica jurídica, elas deverão ser recortadas e ficar com a Aeronáutica, e o restante do terreno voltar para o Município. Esse processo está em curso no ritmo que a Justiça costuma ter. Não sabemos bem quando isso poderá se deslindar. Mas considero ainda, não vou dizer remoto, mas vou dizer de médio prazo para frente qualquer possibilidade de uso do Campo de Marte. Quer dizer, nós usamos o Campo de Marte topicamente alocando espaços para fazer estacionamento complementar ao nosso, mas essa é outra coisa. Agora, o uso do Campo de Marte dentro de projeto mais integrado, mais abrangente, no momento é mais remoto.

P – Podemos dizer que o aeroporto tão defendido pelo nobre relator Ricardo Nunes, lá em Parelheiros, poderá ganhar uma dimensão real, mesmo porque estamos falando do Campo de Marte que, na realidade, é o quinto maior aeroporto do Brasil, o quinto! É isso, é essa a tônica? É o quinto aeroporto do país em movimento aéreo, pouso e decolagem.

- Manifestação fora do microfone.

P – Sim, sim. (Pausa) Não, é o quinto maior em pouso e decolagem. Sim senhor, gostaria que o senhor consultasse a Infraero e aí vai ter...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Eu não vou consultar nada porque daí o senhor vai falar que eu não sei ler, então não vou consultar.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Gostaria de ensinar ao senhor, de recomendar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Quando quer ensinar, acaba mal. É melhor não. Eu vou permitir que o senhor continue com as suas perguntas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Acho que é bom ter esse dado, pois estamos falando do quinto maior aeroporto do país e há uma proposta para ser desativado. Há alguma coisa em relação a isso? Seguramente vai mexer com esses movimentos que nós temos.

O SR. DOMÉRIO NASSAR DE OLIVEIRA – Vereador Aurélio, não tenho

informação precisa para lhe dar. O que eu sei é que o Campo de Marte tem importância enorme do ponto de vista de pousos e decolagens de helicópteros. Isso eu acho que, há ideia de que seja preservado. Eu não sou a pessoa envolvida com esse tema.

P – Gostaria de entender, este ano as receitas próprias estão orçadas em 88 milhões; e para 2015 são 115 milhões. Presume-se que nós vamos ter aumento de tarifa do setor com relação a estacionamento, ao pavilhão, ao aluguel do Palácio das Convenções, ao Auditório Elis Regina, Sambódromo.

R – Na verdade, tivemos reajuste este ano sobre o preço do metro quadrado do pavilhão. Esse reajuste estava defasado quase que por três anos e meio, e nós não só fizemos o reajuste como estabelecemos... Esse reajuste foi o ano passado, final de agosto do ano passado, e estabelecemos dali pra diante a correção monetária, ano a ano, desde que ela não implique em desajuste com relação aos preços da concorrência. Então, há previsão de correção anual no preço do metro quadrado, que é locado aos organizadores de feiras que, por sua vez, depois realocam os espaços aos expositores finais. Com relação ao estacionamento, em julho estabelecemos reajuste, a tarifa passou de 30 para 40 reais por 24h. E esse aumento, que tem participação importante na receita, vai se refletir plenamente o ano que vem.

Então, o aumento de receita que o senhor está apontando, ele reflete os reajustes, mas também uma busca por ocupação dos interstícios de espaço que há no tempo e que ainda podemos conseguir alocar. Então, há as duas coisas: o reajuste de preços e uma energia muito forte sendo colocada nessa ocupação maior dos espaços.

P – Entendi. Na realidade, estamos às vésperas das Olimpíadas, que vão acontecer no Rio de Janeiro, mas sabemos que a porta de entrada do país é a cidade de São Paulo. Também sabemos que em todos os países em que se realizaram as Olimpíadas, o turismo expandiu não só para a cidade-sede porque nela os preços são astronômicos, e inviabiliza a permanência do turista por mais de dez dias. Permanecem três, quatro, cinco dias, no máximo, e depois faz um circuito pelo país. Pergunto: quais as ações e as propostas que a

SPTuris está desenvolvendo com vista às Olimpíadas?

R – Vereador, eu sou o Diretor Administrativo-Financeiro e a gente acompanha o todo da empresa, mas especificamente essas ações, tenho impressão que certamente serão tocadas pela nossa Diretoria de Turismo, que é uma das diretorias da São Paulo Turismo, mas vão se definindo de maneira mais próxima ao evento, tenho essa impressão. Assim como foi em relação à Copa do Mundo. Até porque assim como foi com a Copa do Mundo, imagino que com o comitê Olímpico Internacional e Nacional, as necessidades das ações vão aparecendo mais nitidamente conforme se aproxima o evento em função daquilo que vai se mostrando prioritário. Então, não tenho antecipadamente nenhum planejamento.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Domério, você me permite? Este ano com o evento da Copa do Mundo, a São Paulo Turismo acabou se tornando suporte, atendeu emergências. A princípio, falava-se que o Brasil seria brilhante dentro do campo e um vexame fora dele. Toda Imprensa alardeou e ocorreu, infelizmente, o contrário. E a cidade de São Paulo particularmente teve papel importante ao receber a demanda, receber com qualidade. E temos de louvar o papel que a hotelaria cumpriu. E a Prefeitura, com toda a sua estrutura, as subprefeituras, a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Esportes, ajudou; e a São Paulo Turismo foi, sem sombra de dúvida, o setor da Prefeitura que deu suporte para atender às demandas que vieram.

Creio que no processo das Olimpíadas será semelhante, e com a *expertise* de quem respondeu de forma positiva às emergências apresentadas na Copa do Mundo.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Finalizando, volto aos eventos. Ano que vem o Rotary Club Internacional irá realizar a sua conferência aqui na cidade de São Paulo. Acho que o Anhembi está sendo alugado, quando então teremos na cidade perto de 40 mil rotarianos de todo mundo. A preocupação é que quando vieram vistoriar a cidade de São Paulo, vieram num feriado. Acharam São Paulo uma beleza, a mobilidade fluindo, uma cidade tranquila, pacata, mas vão encontrar uma cidade totalmente diferente quando ocorrer o congresso, que terá, se

não me engano, duração de uma semana. Pergunto: qual ação está fazendo a SPTuris? Mesmo porque o evento está sendo comparado à Fórmula 1, com igual ou maior arrecadação.

O SR. DOMÉRIO NASSAR DE OLIVEIRA – Pois não. A SPTuris já fez papel importante com a atração do evento para São Paulo. E nesse caso estamos concedendo desconto especial para que ocorra nas instalações da São Paulo, e exatamente pela importância que o evento tem e que o Vereador Aurélio Nomura acabou de descrever.

As ações específicas voltadas à boa recepção das pessoas que virão ao encontro, certamente serão definidas. E tenho a impressão de que na questão da mobilidade alguma coisa será pensada quanto à facilitação dos deslocamentos dos participantes até as instalações do Anhembi.

É isso, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço o Vereador Nomura. Vou liberá-lo por cinco minutos para fazer as minhas perguntas, mas o aguardo de volta. Vereador Nomura vai à Comissão do Meio Ambiente e volta.

Anuncio a presença do Vereador Dalton Silvano que, nesta oportunidade, substitui o Vereador Abou Anni. Obrigado pela presença.

Gostaria de fazer duas perguntas. A primeira diz respeito ao Autódromo de Interlagos. Nas respostas ao Vereador Ricardo Nunes, Seu Paulo, o senhor falou que o autódromo deu lucro com eventos que estão sendo promovidos além da Fórmula 1.

O SR. PAULO GALDINO – No exercício de 2014 vai fechar positivamente.

P – Quando o senhor diz que vai fechar positivamente, ele vai arrecadar quanto? Quanto deve entrar com os eventos e com a corrida, em 2014?

R – Normalmente, como comentei, a gente na São Paulo Turismo exclui a Fórmula 1 da avaliação. Quando inclusa, deve fechar com resultado aproximado de 4 milhões.

P – Quatro milhões com a Fórmula 1?

R – Com a Fórmula 1.

P – Observando o material que vocês trouxeram, vocês apresentaram na questão das entradas, Autódromo, item 1.4, em 2013 5,2; em 2014 3,5; há uma redução. E em 2015 redução ainda maior, em 2015 entendi que há a questão do fechamento, o autódromo vai passar por reformas e tal, agora essa redução de 13 para 14 se refere a quê?

O SR. DOMÉRIO - É também o mesmo motivo está em obras desde...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - E mesmo assim ele vai conseguir fechar positivamente?

R – Vai, na verdade, fecha positivamente, especialmente, o destaque maior ficou para o Festival Lollapalooza.

P – Quanto arrecadou?

R – Esse festival arrecadou cerca de dois milhões.

P – Gostaria de voltar a uma questão do Vereador Ricardo Nunes, que parece que ficou muito incomodado: a tabela de desconto da SPTuris, quem poderia falar um pouco sobre isso? Como é que funciona a questão da tabela? Existe uma tabela de descontos ou os descontos são só os eventos da Prefeitura?

R – Vereador, existe uma decisão que é estabelecida em colegiado em propostas de resolução de diretoria que, uma vez aprovada regulamenta esses descontos praticáveis tanto para a iniciativa privada quanto para o setor público. No caso da iniciativa privada, temos um limite de descontos de até 25%, que é exercido ou não em função da necessidade de atração dos eventos visa via concorrência que também nós enfrentamos para colocar os eventos dentro do parque.

De repente para disputar com algum outro espaço que esteja interessado em sediar um determinado *show*, ou uma determinada formatura, ou uma exposição, nós, em última instância, jogamos com essa margem de desconto do setor privado. Para o setor público, temos uma margem mais elástica de descontos também estabelecida em resolução de diretoria que pode chegar até em 50% de desconto no setor público uma vez manifesto o interesse

público sobre o evento que é o caso do Rotary Clube. Um evento dessa magnitude nós procuramos atrair ao Brasil e conseguimos e tivemos de praticar esse desconto.

P – O Rotary Clube é uma instituição pública?

R – Não é uma instituição pública, mas o evento é encarado como de interesse público.

P – Essa tabela é pública?

R – Essa tabela é pública.

P – Então, solicito uma cópia.

P – Nosso representante do setor jurídico gostaria de dar um esclarecimento.

O SR. _____ - Sobre o evento do Rotary, o interesse público está reconhecido a partir de um convênio firmado entre a Prefeitura e o Rotary para realização desse evento. Nesse convênio a São Paulo Turismo atua como interveniente e dessa primeira relação jurídica nasce uma segunda que é de natureza contratual em que a Prefeitura nos contrata para a realização do evento com esse desconto.

O SR. RICARDO NUNES – Dos eventos que vocês realizaram lá na São Paulo Turismo no Anhembi só houve desconto para o evento do Rotary? Skol Beats teve desconto?

R – Não, eu não tenho de cabeça e a Skol Beats é um evento privado, se é uma coisa programada com antecedência e, se conseguimos captar com antecedência, não tem necessidade de haver desconto, não sei especificamente sobre o evento Skol Beats, mas de maneira geral, com relação à iniciativa privada é isso: procuramos praticar os preços tabelados se o tempo vai se aproximando e o espaço não está ocupado obviamente que tentamos dar um desconto.

Havendo manifestação de interesse público reconhecida pela administração direta com o Secretário, com um convênio, então, procuramos cumprir e alargamos a margem necessária de desconto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Estou vendo na tabela que vocês passaram

que não há previsão de investimentos com relação à modernização, estacionamentos, móveis e utensílios, projetos de reestruturação tecnológica, não há nenhuma previsão orçamentária. Percebi que, em 2013, tinha; 2014 já não tem, aliás, tem um que é de mil reais e 2015 não tem nada. Sr. Paulo, por favor.

O SR. PAULO – Isso é a revelia do nosso interesse, Vereador, é claro que sempre pleiteamos recursos para investimentos, mas quem define é a realidade orçamentária da Prefeitura.

Infelizmente, imagino que por razões de escassez orçamentária não estejamos sendo contemplados com recursos que gostaríamos de ter. O que não significa que a gente com alguma verba própria não façamos investimentos que consideremos inadiáveis, por exemplo, a SPTuris comprou agora um sistema de integração na gestão de recursos que estamos adotando de forma prioritária no âmbito da municipalidade para exatamente racionalizar todo o gerenciamento de recursos dentro da São Paulo Turismo. Quando há alguma sobra a gente joga para investimentos mais prioritários.

P – A SPTuris tem algum convênio com a Prodam?

R – Não. Conversamos com a Prodam e conseguimos fazer uma licitação em que a Prodam veio ao nosso encontro para compartilhar dos termos de referência onde fomos muito bem sucedidos nas licitações, foi uma técnica e preço, mas que correu sem nenhuma...

P – Quem ganhou?

R – Foi a Totus.

P – A Prodam participou?

R – A Prodam não fornece o que precisávamos, pelo contrário, a Prodam está procurando contratar também e veio ao nosso encontro. Estamos interagindo muito positivamente com eles. Vieram acompanhar para ver como tinha sido o nosso sucesso e eles estão participando das reuniões junto com a Totus.

P – Hoje o autódromo de Interlagos, apesar das reformas de manutenção, deve ser

um dos mais obsoletos do circuito da Fórmula 1, eu não conheço os outros, só pela televisão. Qual é a expectativa da Prefeitura do ponto de vista do autódromo, dos investimentos e manutenção da Fórmula 1? Estou pensando do ponto de vista orçamentário que é o que interessa nesse debate, pois é um evento importante para a Cidade, mas para economia municipal. O que a São Paulo Turismo está pensando com relação à realização dos grandes prêmios?

R – Estamos fazendo reformas. A São Paulo Turismo como gestora e estamos fazendo reformas importantes. Nós fomos considerados no ano passado pelos pilotos da Fórmula 1 como a melhor organização de Grande Prêmio de 2013 e o desenho da pista de Interlagos é muito apreciado pelos pilotos de maneira que em termos da nossa infraestrutura para receber o Grande Prêmio da Fórmula 1 esta avaliação dos pilotos no ano passado nos dando a primazia dentre todos como o melhor organizado e este desenho de pista que com as reformas é melhorado nos dá confiança de que estamos bem.

P – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos e todas. Realmente é uma empresa bastante importante que estamos discutindo aqui: a questão do turismo e eventos na cidade de São Paulo. Primeira pergunta diz ao fato do Orçamento 2014, a questão do Fundo Municipal de Turismo, código 96, estão previstos 1,601 milhão e nada foi empenhado, nada executado, até 31 de agosto de 2014. Existe uma emenda, inclusive, realização de eventos externos, locação de espaço, 1,5 milhão, um valor bem robusto, parece-me que essa emenda também não sairá.

Gostaria de saber por que o Fundo Municipal de Turismo não está sendo executado, sendo que a Cidade, obviamente, como foi falado aqui, tem prioridades na área do turismo.

Segundo assunto de ordem conceitual: foi criada, se não me engano, no primeiro semestre, a Secretaria Especial de Turismo, cujo Secretário é o Sr. Wilson. Gostaria de saber

qual a diferença dessa Secretaria com a SPTuris, se é a mesma coisa, se são sinônimos, ou se são órgãos, ou seja, uma secretaria, uma empresa, qual é a relação entre as duas, porque por ser uma secretaria especial, não consta no Orçamento.

Terceiro: o Contur – Conselho Municipal de Turismo, um conselho importante para a cidade de São Paulo, gostaria de saber quais são as principais atividades desse Conselho, onde ele está situado no Orçamento, pois é um Conselho bastante importante em nível, inclusive, nacional, nas discussões do turismo na cidade de São Paulo. Ao que parece, esse conselho não está – muito assim explicitamente – representado no Orçamento.

Questão tocada pelo ex-Vereador Ítalo, Fábrica de Samba, existe uma verba, para 2014, de 115 milhões de reais. Gostaria de saber o que foi executado até agora, afinal, inclusive esse projeto estava no Plano de Metas do ex-Prefeito Kassab e não entregou essa Fábrica de Sama da Barra Funda. Gostaria de saber se o Prefeito Haddad vai entregar a de 2015, 2016 o quando será entregue esse importante projeto para o Carnaval Paulistano.

Falando em Carnaval, para concluir, gostaria de saber se a SPTuris aloca verba para o Carnaval das séries terceira e quarta divisão, ou seja, União das Escolas de Samba de São Paulo. É uma União tradicional, entidade que tem 40 anos, e cuida do Carnaval exceto o Grupo Especial e o primeiro grupo. Quero saber qual é a verba para a UESP na questão do Carnaval para 2015.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Chamo o Sr. Laerte Brasil, da Unibrasil Trabalho e Empreendedorismo.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil, Presidente Nacional da União Global Seguros dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis do Brasil, que é a UniBrasil – Trabalho e Empreendedorismo, vimos cumprimentar os Vereadores, as autoridades da mesa, e a todos presentes. O desenho de entretenimento da cidade de São Paulo espelha o planeta dos pequenos e grandes eventos, que, se tivessem investimento público, gerariam uma receita

anual de mais de 10 bilhões para a cidade de São Paulo.

Nós participamos de 61 audiências públicas do Plano Diretor Estratégico, quando defendemos a tese da construção do Centro de Convenções de Pirituba. Em São Paulo não há grandes centros de convenções. Há o Anhembi, mas sua agenda está totalmente comprometida com eventos já consagrados.

Queria saber da secretaria da Comissão se vamos ter no Orçamento a complementação da construção do Centro de Convenções de Pirituba.

Outra questão é o Autódromo, que defendemos o Autódromo de Interlagos não só para o automobilismo, mas para a realização de outros eventos esportivos e culturais.

Quanto ao Campo de Marte defendemos a tese da desativação daquele aeroporto para a construção de um parque, de um ginásio poliesportivo, uma arena poliesportiva para 50 mil expectadores, avançada para realizar eventos de todas as modalidades de esportes especializados, com uma grande pista de atletismo e de ciclismo. E a outra (ininteligível) já falei, e aí também defendemos na audiência pública a criação de uma secretaria municipal de turismo e desenvolvimento de pequenos e grandes eventos da cidade de São Paulo.

Era o que eu tinha a dizer para o momento. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo - PT) – Eu agradeço. Passo então às respostas. Não sei quem vai responder, se é o Sr. Paulo ou o Sr. Domério. Sr. Paulo, por três minutos.

O SR. PAULO GALDINO – Bom, vou começar comentando a proposta do fundo de turismo a que você se refere. A Prefeitura tem feito um estudo na busca das fontes que teoricamente permitem a subsistência dos fundos, vamos dizer assim. O fundo de turismo na verdade não tem uma receita própria, não tem uma origem de receita, então essa receita teria que vir diretamente da prefeitura. O que se discute hoje é a manutenção dos projetos nessa qualidade, nessa condição de fundo.

É bastante provável você ver no orçamento – você deve estar acompanhando –

uma dotação de mil reais. Quer dizer, mil reais, na verdade ela existe em termos só de identificação da fonte, mas é evidente que uma verba dessa natureza não consegue suprir sequer o pessoal que se envolve na elaboração desses projetos.

Então eu penso que o futuro, como você coloca, a representação através do Contur, que também teoricamente alimenta essa estrutura, ele precisaria ter um fortalecimento interno, vamos dizer assim, na prefeitura, para que a gente pudesse conviver com uma questão um pouco melhorada.

Os projetos que a São Paulo Turismo desenvolve para essa área são grandiosos. Inclusive em 2014 eles encerravam numa questão de 17, 18 milhões. Então a realização dessas atividades teoricamente fica prejudicada se você pensar com essa natureza. É evidente que a empresa tem se ocupado de atender grande parte das iniciativas, então eu acho que hoje, naquela forma como o Donério se expressou, dizendo o quanto seria importante a criação de uma secretaria de turismo, a natureza do turismo envolvendo essas situações, ela teoricamente vai trazer um benefício muito maior para a cidade e os cidadãos que teoricamente acompanham mais de perto os projetos que são alimentados pela...

O SR. - A propósito disso, você até perguntou na sua pergunta o que é a secretaria especial e o que é a SPTuris. Hoje, Secretaria Especial e SPTuris é uma coisa só, e Secretaria Especial é mais um título honorífico, mas que não nos dá nenhum acesso ao orçamento direto da prefeitura. Esse é o ponto. Então nós precisaríamos de fato, ao invés... É o que nós pensamos, isso foi tema de reflexão da diretoria, a diretoria chegou a um consenso sobre isso. Nós achamos que precisaria haver uma secretaria de turismo municipal com dotação orçamentária, que significa o seguinte: significa a avaliação do município, dentro da sua escala de prioridades, de o quanto o turismo é importante e que aspectos do turismo incentivar para a cidade de São Paulo.

São Paulo obviamente tem uma atração espontânea de turismo de negócios, de turismo de quem vem fazer *check-up* médico, de turismo cultural, de turismo gastronômico.

Mas talvez São Paulo precise de outros projetos que desenvolvam eventos que funcionem como novos polos de atração turística para a cidade. Mas isso tudo precisaria ser contemplado no bojo das prioridades do orçamento municipal.

Da maneira como está hoje, há uma confusão que a gente entende que não é boa para o turismo nem é boa para o outro lado da SPTuris, que é o lado da locação dos espaços para feiras e convenções. A prefeitura imagina que SPTuris possa suportar a estrutura de turismo que a gente suporta. Apesar de você ter mencionado gastos de um milhão, nós gastamos muito mais do que isso com a nossa diretoria de turismo, que trabalha, trabalha dura, mas muitas vezes também não tem o suplemento de recursos que precisaria ter da administração direta para os novos eventos. E essa dotação da parte da prefeitura fica sempre sendo considerada com o imaginário de que a São Paulo Turismo poderá suplementar recursos. Não. A São Paulo Turismo trabalha sempre de forma quase que equilibrada nos seus resultados. Quando a gente tem algum lucro a mais, logo a gente tem a cobrança da parte da prefeitura por economia orçamentária.

Esta não é uma boa realidade. Acho que tanto o fomento ao turismo pela empresa atrapalha o lado negocial da empresa, que poderia render mais para o município, como dividendos, como também atrapalha o próprio fomento do turismo, que tinha que ter um olhar diretamente municipal, dentro do âmbito do orçamento municipal.

O SR. PAULO GALDINO – Relativamente ao carnaval, que você perguntava também, a Uesp, tal qual a Liga, recebe as dotações da São Paulo Turismo. O valor infelizmente a gente ainda não tem, porque os contratos estão em tratativas na Prefeitura.

O SR. ÍTALO CARDOSO - Só essa questão da Uesp, primeiro a Fábrica do Samba, uma parte dela, o primeiro bloco já está pronto. São três módulos. O primeiro está praticamente pronto, o segundo fica pronto ainda este ano – pelo menos é a expectativa -, e até abril, maio, a intenção é já ficar tudo pronto. A grande discussão agora é como nós vamos fazer daquilo, além de um local para acolher as escolas de samba, também um centro

fomentador de turismo na cidade de São Paulo.

A Uesp, do total do orçamento para o carnaval deste ano, ficará com 7,5 milhões. Vale dizer que o carnaval de São Paulo, no ano passado, deu um salto e com certeza, com a criação do carnaval de rua trazido pela equipe da Cultura, com o Juca, que potencializou muito aquilo que a Uesp já fazia. A Uesp faz carnaval de segunda-feira dentro do Sambódromo, mas a grande maioria é o carnaval de rua. Inclusive no ano passado nós conseguimos dar uma pequena premiação para o Grupo 4, que é aquele que ingressa. Então com certeza, com o resultado do ano passado, do carnaval de rua, que trouxe para a cidade de São Paulo um número considerável de turistas, aumentando inclusive a permanência desses turistas na cidade de São Paulo. Hoje a média é em torno de três dias, que dizer, ele fica além do carnaval gastando nas compras e contemplando a nossa hotelaria. Então a Uesp vai ficar com 7,5 milhões. Isso aí dá para “infra” e premiação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo - PT) – Vereador Ricardo Nunes para a última questão, para a gente encerrar a primeira rodada da SPTuris.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Sr. Paulo, só para a gente não se estender, depois o senhor pode mandar para a gente o detalhe da administração de unidade que é cada secretaria?

O SR. PAULO GALDINO – Mando, sim. Eu identifico quais são e o que tem aí considerado.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Mais uma coisa: dentro dessa peça onde estaria embutida a parte de turismo de Parelheiros, do polo turístico?

O SR. PAULO GALDINO – O turismo de Parelheiros teve uma dotação de 1,5 milhão inclusa e ele está junto com a dotação dos 111 milhões na Secretaria de Governo; ele está dentro dessa rubrica.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Está dentro dos 111 milhões?

O SR. PAULO GALDINO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo - PT) – Quero agradecer a presença dos representantes da SPTuris na pessoa do Vice-Presidente Ítalo Cardoso, e dispensá-los dizendo que, se houver necessidade, esta comissão ainda fará perguntas por escrito ou com convites para as audiências. Muito obrigado. Vou suspender por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo - PT) – Reaberta a sessão, vamos agora para a Secretaria de Cultura, e vou também já convidar o Secretário Municipal, Sr. Alfredo Manevy e Sra. Ana Flávia Cabral Souza Leite, Diretora de Gestão da Fundação do Teatro Municipal de São Paulo; Guilherme Varella, Chefe de Gabinete da Secretaria, o qual está envolvido em vários projetos e Sr. Paulinho, coordenador de orçamentos. Bem-vindos a todos.

Passo a palavra o Sr. Alfredo Manevy Lattes.

O SR. ALFREDO MANEVY LATTES – Bom dia a todos. Cumprimento os componentes da Comissão de Finanças e a todos os presentes. Vejo algumas áreas aqui representadas, dizer que estamos aqui, os que já foram apresentados estão na mesa conosco, mas também queria registrar a presença de outras áreas da Secretaria que estão aqui para eventuais perguntas e questões que surgem. Temos aqui o diretor da Biblioteca Mário de Andrade, Luiz Bagolli; Eduardo Sena, do departamento de Expansão Cultural; Karen Cunha, que dirige a programação cultural junto com o Fábio Maleron, com circuito municipal de Cultura; José Mauro, o responsável pela Virada Cultural; Sueli Neme, que está a nossa direita que coordena o sistema municipal de Bibliotecas; Alex, do CCJ; Regina, que está à frente da Lei. antiga Lei Mendonça, agora Lei Matarazzo da Lei de Incentivo Fiscal; Marco Winter, junto com a Nadia Somex, está a frente da direção de patrimônio histórico; Analu, do Museu da Cidade, a Bel, do Fomento ao Teatro; Batalha, da nossa área orçamentária; Marília, de Sempla. Estamos com uma presença que reflete nosso interesse em de poder discutir qualquer questão, qualquer detalhe, qualquer aspecto do orçamento, ou da política que venha a ser levantada.

A Peça Orçamentária que foi enviada reflete o avanço que nos parece muito importante na direção certa, e que também reflete um compromisso, do então candidato Fernando Haddad, que vem sendo colocado em prática na gestão, do aumento orçamentário da Cultura. Foi uma grande demanda da área cultural, diria que não só em São Paulo, mas em todo o Brasil, o compromisso e a bandeira de que o Orçamento pudesse, progressivamente, ir ganhando maior peso, e maior proporção na Peça Orçamentária e chegar a 2% ao final desse mandato. Tivemos no Orçamento que foi enviado ano passado, que é o Orçamento deste ano, o percentual de 1.32% da Peça que já refletiu o aumento em relação ao Orçamento anterior que é de 1.15, aproximadamente e o Orçamento que está sendo enviado à Câmara, esse ano, já aponta para um percentual maior que é de 1.65%.

O prefeito tem colocado isso nos debates, reafirmado esse compromisso, de fato chegarmos a 2% na última Peça Orçamentária. Esse 2% incluí as fontes 00 e os fundos. Eles compõem a nossa Peça Orçamentária, mas não contemplam os recursos estaduais ou federais, ou até privados que vem, de certa maneira contribuindo também na capacidade de financiamento da Cultura do Município de São Paulo. Darei alguns exemplos, de como estamos fazendo um esforço muito diligente, muito claro, no sentido de fortalecer o orçamento público que deve ser, sem dúvida alguma, a principal fonte de recurso, mas também de buscar parcerias e outras formas de financiamento.

Vou citar três exemplos: Cine Caixa Belas Artes, a retomada do Cine Belas Artes, foi toda articulada pela Prefeitura do Município de São Paulo e que foi viabilizada por uma articulação e parceria com a Caixa Econômica Federal e recursos de ação sem lei de incentivo fiscal. Ou seja, ação direta do Banco público.

Podemos citar também a Vila Itororó, uma demanda de décadas da Cidade de São Paulo, e que as obras já começaram. Temos canteiros de obras na Vila Itororó, o restauro já começou. Ano que vem vai entrar de vento em polpa, e está sendo viabilizada com recursos de Lei Rouanet e parceria com algumas empresas privadas que a Lei Rouanet estão aportando no

restauração da Vila Itoioró. Isso está em fase de canteiro de obras.

E parcerias com Estado e Governo Federal. Destacaria o lançamento do edital de pontos de cultura, no convênio que envolve o Ministério da Cultura e Prefeitura de São Paulo, que viabilizou o primeiro edital de ponto de cultura da cidade e citaria a SPCine, a recém criada agência de cinema que nasce com um aporte de capital social de 25 milhões da Prefeitura do Município de São Paulo, um compromisso de aporte que deve ser executado até o final desse ano, de 25 milhões do Governo do Estado de São Paulo e o compromisso de aporte de 15 milhões da ANCine, Governo Federal, Ministério da Cultura. Compondo assim um capital social de 50 milhões de Prefeitura/Governo do Estado de São Paulo. A Prefeitura é o acionista majoritário, mas o governo do Estado entra com o recurso muito próximo, e ANCine com recurso que complementam os primeiros editais da SPCine.

Cito esses exemplos para mostrar um esforço. Um esforço de um lado, de fortalecer o orçamento público que é uma bandeira da Cultura, bandeira muito justa, legítima. Tenho certeza de que é o tema que todos os setores da cultura trazem para o debate, seja aqui na Câmara Municipal de São Paulo, seja no debate com o Executivo, em todas as instâncias.

Esse compromisso é o ponto de partida. E o cerne do que aqui apresentamos, o orçamento busca refletir esse aumento. Essa centralidade do orçamento público é mais, também o esforço em diversificar os mecanismos de financiamento para que possamos ter o maior suporte a toda política de cultura da cidade.

Outros aspectos importantes, dessa nova Peça Orçamentária. Todas as áreas da Cultura receberam aumento ou mantiveram muito próximas do patamar desse ano. Todas as áreas foram beneficiadas. Mas citarei algumas em especial que nos são muito caras, estratégicas no esforço que vemos fazendo de incorporar segmentos importantes da Cultura da Cidade. Destaco o prêmio José Renato, uma antiga demanda do setor teatral cidade, com incorporação de oito milhões de reais. Esse ano, realizamos a primeira edição, mas isso se incorpora, definitivamente ao orçamento público.

Cito a área de cidadania cultural que já tiveram aumento do ano passado para esse ano, a área que é responsável, pelos pontos de cultura, pelo Vai, pelo Vai 2, pelos agentes culturais comunitários, por todas as ações na periferia da cidade, onde a Cultura tem uma vitalidade, uma demanda imensa, e que é uma estrutura da Secretaria que é nova. Que vem se estruturando de maneira plena nesses últimos anos e que ganha o reforço importante na sua atuação, já nesse ano. Tínhamos passado de cinco milhões para 20 milhões, do primeiro ano para o segundo ano, e para o terceiro ano vamos para aproximadamente 26 milhões. Essa é uma área que para nós é muito importante, área que é uma novidade que ganha esse fortalecimento.

É importante dizer que dois decretos, que eram de grande expectativa da área cultural de São Paulo foram formalizados esse ano e assinados pelo prefeito com grandes novidades para a Cultura. O Decreto que reintegra gestão dos CEUs, e que trás o CEU para a gestão da educação, com a cultura e com o esporte. Trazendo novas responsabilidades e novos desafios para a gestão da Cultura, programação, a formação, equipar os CEUs na área da cultura que é uma reclamação, uma demanda importante da cidade que os CEUs se equipem para dar conta da programação cultural, porque eles são equipamentos culturais de extrema importância para a cidade, e com o decreto a Secretaria passa a ter uma responsabilidade importante. E o decreto assinado poucas semanas das casas de cultura e que re vinculam as casas de cultura a política cultural da cidade. Esse é um passo extremamente importante, relevante. E que foi objeto de uma grande negociação de um esforço de todos, de que essas casas viessem com condições, para que possamos de fato, recuperá-las, para que elas possam de fato exercer todo papel que se espera delas. São casas como a Chico Science, no Ipiranga, Casa do Butantã, Parelheiros, enfim. São mais de 15 casas e essas casas, passaram por uma precarização. A nossa luta foi que elas viessem com orçamento. Vocês poderão constatar, a comissão, enfim, os que aqui estão presentes no debate, que as casas, elas ganham, já nesse Orçamento, duas rubricas, dois aportes

importantes na rubrica de programação e custeio. As casas de cultura terão cinco milhões de custeio, nesse primeiro ano e uma programação de um milhão e meio, sendo que o DEC, que é responsável pela programação desses equipamentos tem cinco milhões para as programações culturais artísticas contratação, cachês, dos artistas locais, dos artistas que vão circular nas casas e outras programações na área de leitura, cinema, teatro, e na área da produção local.

Tudo isso, de certa maneira foi um esforço nosso de institucionalizar no orçamento para que as casas não viessem sem estruturas, sem condições de trabalho e de certa maneira isso não teria efeito que todos esperam com a vinda das casas para a Secretaria de Cultura. Com a vinda das casas, é importante dizer, que chegaremos muito próximo de 200 equipamentos. É uma infraestrutura muito significativa. Uma infraestrutura, diria, das maiores do Brasil na área da cultura o que impacta muito no custeio da Secretaria e impacta bastante, queremos fortalecer a dimensão da programação, porque também investir no custeio, sem investir na programação, nos cachês, nos instrumentos, nas condições para os artistas e produtores também não viabiliza a parte mais importante da Cultura que é acesso dos coletivos e dos grupos culturais. Esses dois decretos já se veem espelhados no novo orçamento da Cultura.

Temos também o calendário de eventos. Fizemos um grande esforço de calendarizar os eventos da cidade. A Virada é um importante evento, o São João, Réveillon, enfim, são vários eventos ao longo do ano. Esse calendário prevê 15 milhões de reais, para o seu conjunto. Nesses 15 milhões teremos, 25 milhões para o conjunto, corrigindo ai... A Virada Cultural custa em torno de 13 milhões de reais. Um público em torno de 4 a 5 milhões de pessoas, vem se consolidando nesse patamar, temos a média de 2 reais por pessoa. A Virada Cultural evento gratuito, que foi, nesses dois últimos anos, realizados por curadoria, conjunto de pessoas da área da Cultura, várias áreas da cidade, da cultura que puderam garantir a democratização e um olhar de diversidade para toda a programação da Virada Cultural. Tudo

isso é muito importante.

O PIÁ vocacional que é um pleito que sempre aparece nos nossos debates, teve um reajuste ano passado no valor de pagamento aos professores de 23%, reajuste muito acima do que vimos em outros reajustes desse tipo de atividade, que era uma demanda dos que realizam programa PIÁ Vocacional. Isso está garantido no novo orçamento. Manteremos esse padrão conquistado no passado, isso já está previsto nesse novo orçamento. A programação cultural prevê o nosso evento de *hip hop* anual, está incorporado na programação, talvez essa seja uma questão que apareça.

É importante dizer que temos uma novidade na Secretaria, a reorganização do Museu da Cidade, e do DPH com áreas próprias de gestão e com autonomia de gestão. Elas passam a ter agora, mais agilidade, e capacidade de gerir seus orçamentos que era uma questão que estava, por ser realizada e dizer que o fomento, a todas as áreas incorporam critérios de descentralização territorial. Essa é uma questão importante que sempre aparece com muita propriedade e é relevante que a descentralização do recurso público na Cidade de São Paulo.

Os pontos de cultura incorporam critérios de DH, critérios de territorialidade, garantir que o recurso chega a toda cidade. Os pontos de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, chegaram muito além do que os pontos de cultura já tradicionais que realizávamos na época do Ministério da Cultura, tem sido feito assim, em quase todos os editais da Cultura.

Sobre a SPCine, gostaria de dizer que a empresa foi constituída por lei ano passado com grande apoio dessa Câmara Municipal de São Paulo, aprovado por unanimidade com apoio supra partidário e conseguimos aprovar essa lei. Esse ano tramitamos toda a parte de formalização da empresa. O Sr. Prefeito, semana passada autorizou a integralização de capital e até o final do ano teremos a empresa com suas portas abertas na Praça da Artes com equipe formada, podendo lançar os primeiros editais dessa agência que será responsável pelo desenvolvimento do cinema de audiovisual em São Paulo, a exemplo do que o Rio de Janeiro

já tinha 20 anos e São Paulo, devia uma medida ao desenvolvimento da atividade. Uma parceria com o Governo do Estado de São Paulo e com a ANCine, nesse lançamento e esse capital social que é integralizado, é importante dizer, entra na conta da empresa e esses recursos não precisarão ser gastos esse ano. Alguns editais serão lançados esse ano, outros lançados no primeiro semestre do ano que vem.

Temos a tramitação nesse momento da Lei que altera a Fundatec que será um instrumento vital para a gestão do Centro Cultural de Formação e Cidade Tiradentes. O Centro Cultural foi construído, mas não tínhamos uma estrutura de gestão e contratação de professores, de técnicos para poder viabilizar a programação e as políticas de formação do centro tramita nesse momento, eu sei que com muito apoio aqui dos Srs. Vereadores, o projeto da Fundatec que altera e permitirá que o Centro Cultural Cidade Tiradentes, esse equipamento extraordinário em uma área com enorme produção cultural da Cidade de São Paulo, possa ter uma fundação que contrate, programe e viabilize uma atividade a altura do equipamento.

Com essas palavras, ressalto apenas o que nos parece, enfim, aspectos importantes dessa Peça Orçamentária, e claro, sempre pedir ajuda da Casa, para fortalecer um pouco mais nosso Orçamento. É um passo importante que foi dado esse aumento, mas as emendas são bem-vindas, temos feito muitas parcerias por meio de emendas. Fizemos agora Amostra de Cinema de São Paulo. Quase 700 mil reais de emendas parlamentar. Temos feito editais, se pudermos dar um passo a mais, já para o ano que vem, com algumas outras emendas em programas novos da Secretaria, será extremamente bem-vindo. A gente vem buscando a parceria em todas as direções. Não cheguei a dizer aqui, mas já nesse ano, lançamos o edital de capacitação de recursos para a Virada Cultural, de patrocínio e conseguimos a Petrobrás aportando um milhão de reais. Queremos já para o ano que vem que o carnaval de rua – que nosso colega da SPTuris lembrou que já é outro graças à regulamentação, à abertura da Cidade para esse evento - possa captar recursos, como ocorre em Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte. Que possamos ter patrocinadores que deem,

quem sabe, até sustentabilidade e viabilidade financeira para que isso não onere, no futuro, recursos públicos e que a gente possa ter um carnaval aberto, plural, como o carnaval de rua já vem se revelando em São Paulo: um dos melhores carnavais do Brasil.

Tudo isso parte desse esforço. Então, peço esse apoio da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal; que olhe com carinho a possibilidade de mais emendas para que a gente possa fortalecer ainda mais o nosso orçamento para o ano que vem. Essa era a introdução que eu queria fazer.

Essa era a introdução que eu queria fazer. Passo a palavra ao Guilherme Varella, Chefe de Gabinete e Coordenador do Orçamento da Secretaria Municipal de Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço a exposição do Secretário. Antes de passar ao Varella, quero observar que tanto a transferência das casas de cultura como a discussão do CEU parece-me um passo importante no fortalecimento da Secretaria e principalmente nas ações na ponta.

Tem a palavra o Sr. Guilherme Varella.

O SR. GUILHERME VARELLA – Obrigado. Bom dia a todos e a todas. Obrigado aos Vereadores pela oportunidade de podermos demonstrar aqui o orçamento da nossa pasta para o ano que vem. Na verdade, queremos mostrar somente um gráfico. Peço a gentileza para a projeção. (Pausa)

Esse gráfico traz uma evolução do orçamento da Secretaria. O Alfredo comentou e acho importante ressaltar que a Secretaria de Cultura está em um processo de conquista orçamentária, que vem se refletindo em todas as áreas da Secretaria e que passa a ser importante quando fazemos esse comparativo histórico e mostramos que, na perspectiva de crescimento, o que o Prefeito apontou que seria o nosso alcance de 2% de receitas próprias, estamos num caminhar muito positivo de alcance. Estamos quase chegando lá. A ideia é que em dois anos consigamos alcançar essa meta.

- Orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. GUILHERME VARELLA – Temos o comparativo de 2014 e o comparativo de 2015. Em 2014, tivemos um orçamento geral de 494 milhões de reais. Isso representava, e represente neste ano, das fontes próprias – tirando as fontes de transferência de recursos estaduais e federais -, cerca de 1,32% do orçamento da Secretaria. O que está apontado no azul maior é o orçamento geral da Prefeitura e o que está apontado no vermelho é o orçamento de Fonte 00. Não estamos considerando ainda a fonte dos fundos e as fontes relativas aos recursos de arrecadações próprias, como, por exemplo, o do Theatro Municipal.

O que está abaixo, em azul, é a Secretaria de Cultura, e o vermelho, de Fonte 00.

A Secretaria teve neste ano, de receita, 494 milhões, o que representou cerca de 1,32% do orçamento de Fonte 00. Para o ano que vem, nosso orçamento estará em torno de 552 milhões de reais, e, considerando as fontes próprias – fundos, Fonte 00, Fonte 07, que é fonte condicionada -, a ideia e o objetivo é chegar, de acordo com a arrecadação da Prefeitura, a 1,65% do orçamento geral da Prefeitura.

Se estamos nesse crescimento para alcançar 2% até 2017, que foi a promessa do Prefeito, estamos num caminhar muito positivo. Este ano passamos de 1,32% para 1,65%, e a ideia é que talvez em 2016 consigamos alcançar os 2% de fontes próprias para a Secretaria de Cultura.

Passemos à outra planilha. (Pausa)

Essa também é importante, pois é mais didática para entendermos a evolução desse orçamento. Dentro da verba do Gabinete, houve um crescimento, de 2014, de 262 milhões, passando a 2015, na peça orçamentária, para 279 milhões, o que dá uma variação de cerca de 6%. É importante falarmos que dentro dessa verba discriminada como Gabinete, na verdade há diversas ações que hoje não estão em outros departamentos, mas concentradas – pela importância estratégica que têm – diretamente no Gabinete, vinculadas ao Gabinete.

Que ações são essas? Área de fomentos ao teatro, à dança, ao cinema; eventos e programação, calendário de eventos e os eventos da Cidade, que abarca também o circuito

municipal de cultura, a área do VAI e dos pontos de cultura e as políticas de promoção cultural, que é uma verba discricionária que diz respeito às políticas transversais da Secretaria. Esse crescimento já indica também que todas essas áreas estão crescendo. Depois passarei dados mais minuciosos.

A Biblioteca Mário de Andrade passou de 11 milhões, 864 mil para 11 milhões, 883 mil, estabilizando-se. Estamos fazendo um comparativo de acordo com as demandas e com a própria execução e liquidação, mas mantendo o patamar de programação e eventos que temos.

O Centro Cultural da Juventude passou de 6,7 milhões para 8,8 milhões. Esse crescimento maior justifica porque a peça orçamentária do ano passado para este ano não deu conta de todas as demandas, que cresceram até por conta da ampliação do escopo do Centro Cultural. Então, tivemos que dar esse salto no orçamento.

O Setor de Bibliotecas passou de 23 milhões para 28 milhões. Então, também um salto que se justifica inclusive pela ampliação das atividades, na ponta, das bibliotecas – as relações com a Secretaria de Educação e com o Circuito, que entra fazendo também programação nessas 53 bibliotecas.

O Departamento de Patrimônio Histórico teve aparentemente uma queda, mas se trata de uma estabilização. Houve apenas um remanejamento orçamentário, pois, como disse o Alfredo, temos agora autonomia de gestão de duas áreas que estavam concentradas no DPH. Então, há as áreas do Departamento de Patrimônio Histórico específicas sobre patrimônio e há o Arquivo Histórico e o Museu da Cidade. Elas estão englobadas no DPH, mas separadas no cotidiano administrativo. Então, hoje, “arquivo Histórico e Museu da Cidade, que terá um decreto regulamentando essa divisão, passa a ter também um orçamento próprio para ser gerido”.

O Centro Cultural São Paulo passa de 12 milhões em 2014 para 15 milhões em 2015. O DEC, de 27 milhões para 34 milhões. E, aqui, um parêntese importante: as Casas de

Cultura, essas 18 casas se incorporam à estrutura do DEC e estão com orçamento previsto para funcionarem no ano que vem. Então, também há esse salto considerável, além dos três teatros que serão inaugurados a partir de dezembro: Flávio Império, Arthur de Azevedo e Paulo Eiró.

O CAAPC, que é a área que toma conta da Lei de Incentivo, praticamente mantém seus valores: em 2014, 825 para 830. O valor é baixo em razão da não regulamentação da lei, que precisa ser feita para que consigamos planejar o orçamento de recursos incentivados.

Todos os itens abaixo são os fundos. O Funpatri e o Funcap dizem respeito à parte de patrimônio; o Fepac, que é praticamente o Fundo Municipal de Cultura; e o Fundurb, que é específico para obras. O Funpatri e o Funcap têm uma previsão de arrecadação, pois esses valores previstos são de arrecadação, não valores exatos, é o que podemos alcançar, dizem respeito especificamente a multas recolhidas por conta de patrimônio. O Fundo Municipal de Cultural, também de arrecadação e de eventuais captações, que, se forem feitas, esses recursos caem dentro do Fepac.

O Fundurb tem uma previsão de 30 milhões para o ano que vem, que é uma previsão cuja perspectiva de realização é positiva, concreta. Depende de alguns fatores, mesmo da arrecadação do Fundurb, que não é uma verba específica da Secretaria de Cultura, mas de toda a Cidade. Esses 30 milhões que entrarem devem ser destinados obrigatoriamente às obras. O que é bom, pois a Secretaria de Cultura tem duas metas relacionadas às obras: a requalificação de 16 equipamentos, e aí podem entrar as casas de cultura e outros equipamentos da rede, como bibliotecas *etc.*; e também a construção dos dois centros culturais de referência, aos quais, através desse dinheiro, poderemos dar início.

Por fim, a Fundação Theatro Municipal, que vocês sabem ter-se tornado, desde o ano passado, uma autarquia, entrou na Administração Indireta da Prefeitura e tem autonomia administrativa e de gestão, dando um salto de 92 milhões para 122 milhões.

Ressalto que esses recursos consideram todas as fontes de recursos da Prefeitura.

Então, a Fonte 00 de recursos próprios, a Fonte 02, os fundos e também os recursos que surjam através da arrecadação. Então, todas as fontes estão aqui consideradas.

Peço licença aos Vereadores para passar rapidamente a essas outras questões que estão dentro do Gabinete por serem questões estratégicas, por serem políticas transversais. Dentro dessa verba de Gabinete prevista – chamamos isso de Gabinete – estão esses 279 milhões. Nesse valor está considerado: administração da própria Secretaria Municipal de Cultura, cerca de 113 milhões, grande parte dos quais, quase 90% dizem respeito à gestão de pessoal; área de fomentos às linguagens artísticas, para a qual se consideram cerca de 53 milhões de reais. Dentro desses 53 milhões estão: fomento ao teatro, que conta com 25 milhões, considerando-se 8 milhões do Prêmio José Renato Pécora, que o Alfredo já mencionou; cerca de 11 milhões para a Lei de Fomento ao Teatro para projetos novos, que vão acontecer no ano que vem; e mais cerca de 5,7 milhões, quase 6 milhões para projetos em andamento, o que totaliza quase 17 milhões para o teatro.

Dentro da peça orçamentária, esses 25 milhões estão considerados como se fossem a Lei de Fomento ao Teatro, mas não é isso. Ela veio de forma equivocada na peça. Então, é importante que todos saibam que esses 25 milhões estão subdivididos dessa forma que eu falei: Lei de Fomento, Prêmio José Renato Pécora, projetos em andamento e projetos novos.

O Fomento ao Cinema tem ainda um passivo, a ser cumprido, de 10 milhões.

O Fomento à Dança está alcançando agora 13,8 milhões. Passamos de 11 milhões em 2014 para 13,8 milhões.

Por último, o Fomento a Outras Linguagem, que inclui literatura, cultura digital, circo, está batendo a casa dos 4 milhões.

O Calendário de Eventos e a Virada Cultural totalizam 25 milhões de reais.

O Circuito Municipal de Cultura totaliza 10 milhões de reais e é muito importante, pois, além de ser uma programação qualificada na ponta, é uma inteligência ao se fazer a

programação, porque é justamente uma forma de otimizar os recursos que são usados para as contratações. Se você faz uma contratação em um equipamento e faz outra em outro, sem que elas se conversem, às vezes você paga duas contratações artísticas, sendo que você poderia fazer uma contratação em bloco e ela poderia circular nos equipamentos. Então, também há uma inteligência de otimização dos recursos públicos. Os recursos do Circuito passam de 6 milhões em 2014 para 10 milhões em 2015.

O VAI bate 11 milhões de reais em 2015, tendo sido 9,3 milhões em 2014.

Para os Pontos de Cultura, estamos prevendo 13 milhões, 250 mil para abarcar mais 100 novos pontos de cultura no ano que vem. Neste ano estamos na faixa de uns 85 pontos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. GUILHERME VARELLA – Treze milhões.

Políticas de promoção cultural - verba também de ações transversais e de políticas integradoras das outras políticas da Secretaria – têm cerca de 16 milhões de reais. É importante falar rapidamente que há coisas muito importantes previstas dentro dessa dotação. Por exemplo, a estruturação do Plano Municipal de Cultura, que passa a ser concretizada no ano que vem; a estruturação do sistema com outros entes que fazem parte da política orgânica do Município. E, dentro do sistema, a implementação do Conselho Municipal de Cultura, cujo projeto de lei vem a esta Casa, e esperamos que no ano que vem consigamos colocar de pé.

Além disso, ações que podem ser de formação e de outras áreas da cultura nas Casas de Cultura; a questão do Programa Aldeias; as ações de cultura digital; a articulação entre a cidade de São Paulo e o território nacional; e as ações de economia da cultura e de diversidade cultural. Todas estão abarcadas dentro dessa dotação. Além de outras questões mais operacionais como contratos da Prodam e as transferências federais, que estão listadas em cerca de 6,5 milhões. Então, isso abarca esse universo de políticas integradoras que listamos como ações do gabinete.

Esse é um geral da Secretaria, só ressaltando que é importante entendermos esse orçamento como um todo, porque todas as áreas têm um crescente; dentro de critérios de equilíbrio, mas todas as áreas estão avançando e tem muita coisa ainda que está dentro da política do ano que vem, que já começou este ano, mas que só vai conseguir se efetivar e ser dado andamento no ano seguinte.

Esse é um plano geral do orçamento e só falta agora, Vereador, com sua licença, a parte do Teatro Municipal, que está entre as pautas também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vamos abordar.

Queria agradecer ao Dr. Guilherme e passo imediatamente a palavra à Sra. Ana Flávia Cabral Souza Leite, Diretora de Gestão.

A SRA. ANA FLÁVIA CABRAL SOUZA LEITE – Bom dia. Primeiramente, quero, de fato, agradecer aos senhores a possibilidade de explicarmos e contar um pouco da história da Fundação Theatro Municipal, que, apesar de ter sido criada em 2011, passou a ter sua existência de fato no ano de 2013. A Fundação é o resultado de um processo do legislador, portanto, do Poder Legislativo, desta Casa, na intenção de dirimir impasses históricos que “vinham tangenciando as atividades do então Departamento Teatro Municipal”. Lembrando que o Teatro Municipal não é só efetivamente o teatro, imóvel teatro, mas vários corpos estáveis, portanto, uma imensidão de artistas está em torno dele e suas atividades artísticas voltadas à população de São Paulo caminham em torno do próprio teatro.

Não só a novidade da criação da lei em 2011 e a sua efetivação em 2013, mas também, desde o ano passado, a inauguração do prédio Praça das Artes. Não sei se todos vocês conhecem, mas hoje o complexo cultural da Praça das Artes desenvolve uma relevância não só do ponto de vista de ações culturais, mas, sobretudo, do ponto de vista urbanístico. Hoje passam pela Praça das Artes, pela nossa conta, pelo que já observamos de uma forma empírica, aproximadamente 2.800 pessoas por dia. São passantes, pessoas que trabalham por ali e de um comércio de varejo muito forte. Além disso, temos 1.500 alunos são abrigados ali

na própria Praça das Artes.

Só para resumir o que hoje a Fundação Theatro Municipal administra, são dois complexos: o primeiro, o Teatro Municipal, o edifício da Praça Ramos; a Praça das Artes, que fica dentro do Anhangabaú; a Orquestra Sinfônica Municipal, o Coral Lírico, o Coral Paulistano, o Balé da Cidade, o Quarteto de Cordas, a Escola de Música Municipal e a Escola de Dança Municipal. Então, é um universo bastante substantivo do ponto de vista da quantidade de artistas que trabalham para benefício e para fornecimento dos serviços públicos Praça das Artes de São Paulo.

Queria contar um pouco do que foi, a partir da criação da Fundação Theatro Municipal, que nos permitiu um grande avanço do ponto de vista de gestão. De 2012 até 2013, foi possível duplicar o público e o acesso aos bens culturais produzidos por meio das ações da Fundação. Então, de 60 mil pessoas que frequentaram o Teatro Municipal em 2012, fomos para 120 mil pessoas. Além de mantermos esse público em 2014, provavelmente vamos superar esse número este ano, com a perspectiva de aumentarmos ainda mais em 2015.

No ano passado, realizamos – e acreditamos que esse é um dado de bastante eficiência – 98% da execução orçamentária. Lembrando que ficamos impossibilitados de adquirir bens e esses 98% foram convertidos em quase que integralmente para serviços públicos e benefícios para a população. Para este ano - apesar de para os senhores aparecer o valor de 77%, é porque é o que está liquidado -, na nossa projeção, já atingiremos novamente os 98% de execução orçamentária.

P – A senhora saberia dizer quanto já está empenhado?

R – Justamente. A gente já... Ah, em termos de valor?

P – É, porque aqui é o que está liquidado.

R – Numericamente? Noventa e oito por cento é o que provavelmente a gente vai encerrar o exercício fiscal; com a realização de 98%.

P – O.k.

R – A balança do orçamento da Fundação envolve várias fontes de recursos. Então, não temos somente 00, temos também a fonte 06. Essa é uma das grandes vantagens de se tratar de uma estrutura fundacional, fazendo parte da Administração Indireta, porque é por meio de capitação de recurso próprio que conseguimos incrementar grande parte das atividades da Fundação, sem necessariamente precisarmos pleitear a maior parte dos recursos vindos da 00. Para o ano que vem, a expectativa – e agora já pensando que a gente está num avanço de longo prazo – é que tenhamos também não só o ingresso de recursos da 06, que é por meio da qual podemos exercer capitação de recursos próprios através de locação de espaços e bilheteria.

Operamos num sistema de gestão que nos permite também captar, por meio das leis de incentivos, ou seja, renúncia fiscal, o que significa que é recurso do Tesouro Federal, porque renúncia basicamente é da Lei Rouanet. Temos também a possibilidade – e é um pleito, porque o programa já está desenhado e finalizado; essa é uma novidade que deve trazer muitos benefícios para a cidade de São Paulo – do projeto Música nas Escolas. Provavelmente, se aprovado, São Paulo será o primeiro município do Brasil a implementar o sistema público de música na sua rede municipal. Esse projeto depende, evidentemente, de recursos do Governo Federal e a intenção é que possamos contar com a estrutura do Pronatec.

Além das questões que envolvem a gestão e a produção da difusão cultural em si, outro grande avanço que promoveu os nossos artistas, um sistema de contratação mais condizente com suas atividades em torno do teatro, é a possibilidade de contratarmos por meio da CLT. Naturalmente, isso gera um impacto orçamentário significativo. Essa é também uma das grandes razões do orçamento ter aumentado nessa proporção. Sobre a questão da produção, transferimos para obrigação da própria Fundação procurar recursos e capitação de recurso próprio para aumentar sua difusão cultural sem comprometer as ações que acreditamos que devam ser, eminentemente, realizadas, pelos recursos do Tesouro Municipal.

Para finalizar, a Fundação também tem intenção de, para o ano que vem, encaminhar o nosso projeto de lei para formalizar e regulamentar o nosso Fundo Patrimonial, *endowment*, um fundo que as instituições culturais no mundo se utilizam para se precaver e promover sua sustentabilidade de modo que, com o passar do tempo, a Fundação dependa menos do ingresso de recursos diretos do Tesouro e possa contar mais com a colaboração da iniciativa privada e dos seus próprios esforços de economia e eficiência de gestão.

Obrigada.

P – Agradeço à senhora o cumprimento exato dos oito minutos que lhe eram cabíveis.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes, Relator. Antes, porém, transfiro a coordenação dos trabalhos ao Vereador Dalton Silvano.

O SR. RICARDO NUNES – Agradeço ao Guilherme, ao Alfredo, à Ana Flávia, da Cultura. Já que a Ana Flávia falou da Fundação Theatro Municipal, queria tirar minhas dúvidas começando pelo teatro. Sou da Comissão de Finanças desde o ano passado e a Cultura, sem dúvida, foi a Pasta que mais se empenhou em fazer boa política com esta Casa e como Executivo para aumentar as receitas. É o que temos percebido. Por outro lado, Secretário Alfredo, tenho já há bastante tempo falado sobre algumas necessidades, por exemplo, do Teatro Paulo Eiró, que foi entregue em 2012 pela gestão passada, em cuja reforma foram gastos 9 milhões de reais, mas que só conta, hoje, com quatro funcionários. No ano passado, levei lá o então Secretário Juca para ele verificar a situação, mas não adiantou.

Na peça orçamentária, percebemos uma série de atividades de fomento, mas acho que a Secretaria está cuidando muito mal e muito pouco da estrutura pronta e montada para funcionar. Um prédio enorme com quatro funcionários. Ouço vocês falarem muito a respeito do Teatro Municipal, mas não ouço nada a respeito do Paulo Eiró. Desculpem-me minha sinceridade, mas acho que vocês olham muito pouco para os teatros da periferia. Não que não seja importante olhar para o teatro do centro, mas a minha luta com vocês é essa. Já fui lá com

o Secretário, e o resultado foi zero, mas vamos ter que conversar, porque este ano, graças a Deus, sou o Relator do projeto e vamos ter que acertar, por bem ou por mal, essa situação. Acho, então, que é melhor fazermos isso em conjunto ou senão terei que fazer na marra e de algum lugar vai ter que sair, porque não dá mais para permanecer essa situação no Teatro Paulo Eiró. É uma judiação ver aquela situação toda, aquele abandono.

Voltando ao Teatro Municipal, a Ana Flávia falou bastante de convênio com o Governo Federal, mas não vejo nenhuma dotação 02. Só para podermos entender, da 06, recursos provenientes da atividade de vocês, Ana Flávia, como venda de ingressos, de atividades, etc, estavam orçado, para 2014, 7 milhões, 362 mil, só que, até setembro, só foram liquidados 2 milhões, 770 mil. Parece bastante distante. Para 2015, estão previstos 9 milhões. Do total geral, gastos da fonte de recurso 00 são bastante consideráveis e, da fonte 07, constam 35 milhões numa das ações e 3 milhões numa outra ação, ou seja, 38 milhões.

Como da fonte de recurso 07 sabemos que existe uma possibilidade grande, a pergunta que faço é se isso compromete a atividade em alguma coisa. Enfatizo a fonte de recurso 06 por parte da Fundação Theatro Municipal, tendo em vista a ferramenta que vocês têm para trazer recursos. Só para se ter uma ideia, todo o recurso do Serviço Funerário é da fonte 06; é um serviço ruim na Cidade, mas toda sua receita, como funcionário e limpeza, advém da fonte 06. Com um teatro daquele tamanho com todo recurso que a Prefeitura investiu lá, a gente não estaria aproveitando pouco a fonte de recurso 06? Se você quiser responder, ou tudo no final.

R – Posso responder já.

Primeiramente, a questão da 06 de 2014, essa dotação, especificamente, diz respeito à captação de recursos de bilheteria e de locação de espaços, ou seja, se a gente frustra a receita na bilheteria, naturalmente, a gente não consegue executar o esperado.

A bilheteria é proporcional ao espaço físico do Teatro Municipal. Apesar de termos a média de 97% de público lá, nós temos um teto de preço público, para permitir a

acessibilidade da população, do ingresso máximo custar 100 reais. Tentamos sempre que o ingresso custe o menos possível, assim, o Poder Público tem que subsidiar a maior parte desses ingressos.

Existe uma explicação – e, talvez, pareça contraditória – pois é uma questão de política pública de acessibilidade em torno do que a gente gostaria de arrecadar na fonte 06. Então, o que temos de recursos - para investir na produção de espetáculos - executamos e investimos 100%.

A questão é: se não temos a venda de bilheteria tal como programado na 06 de 07 milhões e 300, sofremos essa frustração.

Com relação à locação de espaços, a Fundação vem fazendo uma campanha bastante intensa no sentido de realizar parcerias para a locação dos espaços, principalmente, Praça das Artes, e, por que não o Teatro Municipal?

Se ocuparmos o Teatro Municipal com a locação de espaços, não conseguimos produzir o espetáculo. E o Teatro Municipal, hoje em dia, tem o seu palco utilizado em grande parte dos dias, em que poderiam ocorrer os espetáculos, para ensaio dos seus corpos estáveis, que são todos esses que eu mencionei.

O que fizemos, neste ano em 2013, foi batalhar e trabalhar para não, necessariamente, conseguir recursos da fonte 00, mas conseguimos – essa foi uma grande conquista – recursos da Operação Urbana Centro para concluirmos o módulo dois, que é o outro prédio do Complexo Cultural da Praça das Artes, a fim de que possamos trazer os corpos estáveis para o módulo dois, onde ensaiarão, assim, liberamos o palco do Teatro Municipal para termos mais espetáculos, vendermos mais ingressos, produzirmos mais bilheteria, alugarmos mais espaços e, com isso, conseguirmos atingir a execução orçamentária da 06, de forma mais eficiente para 2015.

P – Qual é a classe social que frequenta o Teatro Municipal?

R – A gente tem um mecanismo de pesquisa de opinião, e, na verdade, temos duas

metas de avaliação: qualidade dos espetáculos e qualidade das instalações. O que a gente notou foi bastante diversificação do público de 2013 para 2014, inclusive, do ponto de vista de idade.

A Fundação Teatro Municipal, como eu disse, mantém 1.500 alunos. Eles vêm das mais variadas regiões da cidade de São Paulo, especificamente, das regiões mais distantes do centro, periféricas. Esses alunos geram uma cadeia de informação natural entre suas famílias e comunidades. Assim, vemos uma diversificação maior.

É um trabalho que não é possível acontecer em pouco tempo, porque formação de público, de plateia, e disseminação dos ativos – uma das ações da Fundação – acontecem num período distendido. Mas isso não deixa de ser uma preocupação, ao contrário, é uma das metas da Fundação.

Em um ano conseguimos realizar parte dessa intenção, mas acreditamos que, para os próximos anos, conseguiremos ter uma maior diversificação ainda, em função da acessibilidade devido ao subsídio público por meio do ingresso.

P – Sim, mas o público lá é A e B, não é?

R – Não necessariamente. A gente tem muitos alunos, pessoas de escolas públicas. Não existe um mapeamento específico de perfil.

P – Qual o valor do ingresso?

R – O teto é de 100 reais, e a gente vende ingressos até a 2 reais e outros são doados. Temos uma meta de doação de ingresso. Qualquer cidadão que for ao Teatro Municipal e solicitar doação de ingresso pode utilizar essa cota. A acessibilidade está planejada para a população de todas as classes A, B, C e D.

P – Como temos uma noção de todos os setores da Prefeitura, eu queria que você levasse isso como algo positivo. Quando você tem a fonte 00 de 45 milhões e 800 sendo elevado para 61 milhões. Às vezes, podem falar: o Ricardo Nunes está sendo contra a Cultura. De forma alguma, é que, quando você vê algumas situações, como por exemplo, o Serviço

Funerário, que não tem 1 milhão para fazer obras para fazer covas; vê situações na Educação, na Saúde, e o Teatro Municipal é importante, mas se você com fonte de recursos 00 e tem uma capacidade de trazer recursos na 06, eu só pediria que vocês tentassem se focar nessa situação, porque, quando se tem previsto 7 milhões e 300 e trazem 2 milhões e 700 na 06, com a estrutura que vocês têm... imagino eu, como empresário, administrando aquilo lá. É uma ferramenta muito boa. Então, acho que é uma questão, Alfredo, de a gente ter um pouco de conscientização de tentar trazer a 06 para o Teatro.

R – É. Mas tem uma distorção, porque na dotação da 3900, o que está previsto de ingresso de recursos, existe uma meta de captação de recursos próprios, inclusive, prevendo a renúncia fiscal de orçamento do imposto de renda, de 30%. Então, nós trabalhamos com vários mecanismos de captação.

Temos a captação por meio da Lei Rouanet, a qual não pode ser implementada por meio da fundação pública. Então, pelo sistema que praticamos hoje com, o apoio de uma Organização Social, temos a captação de recurso próprio da ordem de 30%. O que supera bastante a previsão dos 7 milhões que o senhor tem aí.

Então, além dos 7 milhões, temos, ainda, esses 30% e uma expectativa, de fato, que supera, independe das oscilações, uma expectativa de mercado.

Esse número fica distorcido na execução orçamentária pública, mas esta é a oportunidade de a gente esclarecer que esse número é bem maior do que representa.

O SR. ALFREDO MANEVY – Posso complementar, Vereador?

Essa questão que o senhor levanta é de muita relevância porque permite que a gente também reflita sobre o impacto que esse investimento – que é significativo – vem tendo na recolocação do Teatro Municipal como equipamento da Cidade.

Hoje, um ano e nove meses depois do momento que o Maestro Neschling assume a programação, a gente tem um teatro municipal com uma programação de ópera e uma programação cultura – incluímos também todos os corpos estáveis, dois corais, escola de

música, em termos de quantidade de corpos estáveis ligados a um teatro municipal, é a maior do mundo, nem Alemanha, Buenos Aires, temos algo semelhante como em São Paulo.

Estamos a todo vapor e com uma programação de alta qualidade, que vem marcando a Cidade.

O Teatro Municipal já é uma das maiores casas líricas da América Latina.

A gente tinha uma situação – há até dois anos- em que Teatro era, basicamente, locado para programações terceirizadas. Agora, ele passa a ter uma programação própria e planejada e com recitais a preços populares, porque se pegarmos com o exemplo a Salomé – a penúltima ópera -, ela passou em Nova Iorque a 200 dólares e chegou em São Paulo com uma média de preço a 50 reais. Então, a gente tem uma popularização de uma linguagem importante e a recuperação da autoestima de uma Casa que estava absolutamente precarizada.

Então acho que é muito importante valorizarmos os recursos que conseguimos. O comparativo que o Vereador traz mostra a importância de valorizarmos os recursos, mas é importante dizer que os resultados estão aí, quer dizer, a programação hoje é de altíssimo impacto na Cidade e temos a venda de assinaturas por antecipação já para o ano todo. Já temos uma venda para o ano que vem das assinaturas por antecipação. Acho que é importante a gente trazer isso à tona.

Outra questão que é importante, o Paulo Eiró não foi entregue na passagem de gestão. Ele ainda está em obras. Junto com o Flávio Império e o Artur de Azevedo estamos investindo nesse momento 9 milhões de reais e as obras ficam prontas em fevereiro.

Essa é uma razão importante da dificuldade do Paulo Eiró ter a programação que queremos...

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, me perdoe, já foram gastos 9 milhões em 2012. Pago, empenhado e liquidado.

R – Mas as obras não estão prontas. É isso que é importante dizer, porque se

estivesse pronta certamente teríamos uma programação. Não estão concluídas as obras. Então o recurso foi colocado nas primeiras parcelas do Fundurb e agora temos um aporte final. Até fevereiro teremos o Paulo Eiró, Flávio Império e Artur Azevedo, os três teatros.

É uma angústia comum – é muito importante dizer -, compartilhamos o mesmo sentimento de urgência em relação a isso, mas esses equipamentos não estavam prontos. Recebemos ou a obra pela metade, ou em alguns casos nem iniciada a obra. Não é o caso do Paulo Eiró, mas de outros sim.

P – Preciso fazer uma correção, eu confundi. O que foi entregue é a Biblioteca Prestes Maia em dezembro de 2012, que foram os 9 milhões.

R – Perfeito. Imaginei que era a Prestes Maia e o Teatro Leopoldo Fróes.

P – A Prestes Maia que digo, Secretário, é a que tem quatro funcionários e, lógico, o Teatro Municipal é... Quando vejo 122 milhões e lá na Prestes Maia não tem... Há quatro funcionários. Então é de doer.

R – Perfeito. Acho que essa correção é importante.

P – Agora o Paulo Eiró está em obras. Estamos numa expectativa muito grande. Fui visitar outro dia e acho que será um belo teatro. Vai ser fantástico para a região.

R – Aproveito essa sua questão para dizer que é extremamente relevante a questão que o senhor levanta, Vereador, e há dois pontos. A questão dos funcionários e é importante acrescentar que vamos ter um terço dos nossos funcionários se aposentando no próximo período. Um terço de funcionários concursados que se deram de corpo e alma para a Secretaria Municipal de Cultura.

Então essa questão dos funcionários é real. Acho que tanto o Executivo quanto o Legislativo, há um momento em que essa questão se coloca do ponto de vista da necessidade de pensar o plano de carreira, contratação de novos funcionários e concurso. Esse é um tema.

Há outra questão que está mais na nossa alçada direta, porque já começamos, inclusive, a redesenhar e colocar na rua um plano de ação que já está impactando a

programação dos equipamentos, que é o Circuito Municipal de Cultura, porque parte dessa falta tem a ver com os funcionários, mas também tem a ver com programação. Ou seja, os equipamentos terem programação permanente.

E para isso criamos o Circuito Municipal de Cultura, que é um conjunto de mais de 2.500 contratações de programações. Este foi o primeiro ano, inclusive, com uma forte programação infantil para o mês da criança – outubro -, mais de 700 atrações infantis que atingem todos os equipamentos da Cidade, garantindo que programação local, programação da Cidade e programação de fora da Cidade possam ser contratadas, para que possamos ter cinema, oficina e shows numa quantidade e escala para atender 200 equipamentos.

Algumas bibliotecas nossas, quando chegamos, tinham 10 usuários por dia. Uma biblioteca com 10 usuários por dia não se justifica. Quer dizer, é a mesma questão. Essa é uma angústia nossa e entendemos que é fundamental uma programação integrada, uma política cultural que permita contratar e oferecer oficina, programação e formação em todos os equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Secretário, um aparte, por favor, já que estou presidindo, o Vereador Paulo Fiorilo me pediu, só para perguntar, recentemente ouvi dizer que havia o interesse da Secretaria formalizar um convênio com o Sesc.

Esse circuito, essa contratação tem alguma coisa a ver com a contratação de alguma entidade. Estou dizendo isso porque o Centro Cultural da Cidade Tiradentes, onde tenho atuação, Ricardo, lá foi investido 60 milhões, inclusive, uma pequena parte de dinheiro francês. E ficaram faltando as atividades por mais de um ano. Quer dizer, um local carente, necessitando de todas as atividades, não só na Cultura, e quando fomos reivindicar essa notícia acabou sendo veiculada.

Então a pergunta que faço é a seguinte: esse Circuito Municipal de Cultura para atender os 200 equipamentos foi feito com convênio e se foi feito, com quem foi feito?

R – Obrigado pela pergunta, isso permite que a gente fale um pouquinho mais da

programação. Nessa programação que mencionei um milhão de reais está previsto para o equipamento do Centro Cultural de Formação, que já vai permitir essa nova vida do equipamento, uma qualidade na programação, o envolvimento da comunidade, mas não tem convênio com uma entidade que faz a gestão. A própria Secretaria tem feito a contratação direta e isso está permitindo criar uma tecnologia de contratação e de gestão. O Sesc faz isso com seus quase 15, 16 equipamentos na Cidade e nós temos 200 equipamentos. É muito importante e o que estamos falando nesse circuito é que cada atração que é contratada é apresentada em pelo menos três equipamentos.

Então temos um ganho de escala, um ganho de economicidade, e a contratação é direta, sem convênio, sem intermediação, porque entendemos que é muito importante que a Secretaria de Cultura se equipe para poder fazer essa contratação direta e que possamos ter um Circuito Municipal de Cultura e quem sabe, mais a frente poderemos até incluir outros equipamentos públicos ou até comunitários que precisem de programação. Este ano contratamos 2.500 atrações e para o ano que vem serão 5 mil.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – E a Secretaria tem essa estrutura?

Essa questão de contratação é uma coisa grave na Cidade. Não vou nem falar da Secretaria da Cultura, vou falar de outras secretarias. Essa questão de licitação, eventualmente se dispensa licitação, mas é complicado. Na verdade a terceirização serve para algumas coisas, uma atividade meio ou uma atividade fim, porque com 200 equipamentos para se terceirizar, para fazer contratação direta, licitação, nós sabemos que as secretarias não tem essa estrutura, muito menos em departamento jurídico.

Estou falando isso porque citamos, por exemplo, o equipamento da Cidade Tiradentes, tão grande, tão enorme, com salas de cinema, oficinas e eventualmente por falta de recursos, eventualmente operacionalização na contratação torna-se ocioso o equipamento.

R – Só quero fazer uma complementação e depois vou passar para o Guilherme falar um pouco sobre os patrocínios e contratações, mas dizer que o equipamento da Cidade

Tiradentes foi concluído no início da nossa gestão porque ele não foi entregue concluído. E infelizmente seguiu certa tradição que às vezes vemos na construção de equipamentos culturais e que estamos buscando romper, de se construírem equipamentos sem que se defina como serão geridos, não havia nem orçamento para programação e pessoal esse equipamento.

Então ficamos um ano mantendo esse equipamento com grande esforço da Secretaria, buscando resolver de outras formas, com parcerias, porque esse equipamento foi entregue sem que o orçamento do ano seguinte tivesse sequer pessoal e custeio. Queremos mais equipamentos como esse, mas eles têm de ser pensados desde o início também na sua gestão e programação.

Passo a palavra para o Guilherme.

O SR. GUILHERME – Só para complementar, Vereador, uma questão superimportante é que o Centro Cultural de Cidade Tiradentes é um centro de formação cultural. Ele tem uma vocação muito importante, não é só um equipamento de programação, de valorização das iniciativas locais – essencial dentro de uma política pública de cultura -, ele é também um espaço para conseguir não apenas agregar as atividades de formação, mas também ser o antro de pensamento de toda a política de formação da Secretaria.

Estou falando isso porque a despeito do que o Secretário Alfredo falou, de que encontramos o equipamento negligenciado, não terminado, sem funcionários, havia oito funcionários, hoje tem mais de 20. Não tinha orçamento, agora tem previsão de orçamento. Não tinha programação, agora tem o circuito, um milhão de reais só em programação, inclusive, programação que não é trazida só de fora e colocada, programação dos artistas locais, da região.

Uma coisa superimportante é dizer que fizemos este ano um convênio com o Planatec, com programa de formação e aí vários cursos vieram. Foram 36 cursos que estão sendo conduzidos pelo Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes, muitos deles

prestados ali na Cidade Tiradentes também, cursos de gestão, de formação técnica, desde cenografia até fotógrafo, câmera, cinegrafista, enfim, todos os cursos da área de Cultura que para aquela região vão ser muito importantes, porque dali vão se fomentar novos profissionais, vão surgir novos profissionais da Cultura. Isso dá um aquecimento nos arranjos produtivos da economia e da cultura locais, dali vão surgir profissionais que vão começar a dinamizar a Cultura na região.

Então com relação ao Centro de Formação o senhor tem toda a razão, ele deve ser mais bem equipado. Temos de buscar esse objetivo. É um Centro estratégico para a região, mas estamos evoluindo bastante nessa questão da formação. Acho que o Pronatec para o ano que vem a perspectiva é ser muito mais. E se o projeto de lei da Fundatec for aprovado por esta Casa vai trazer ainda mais condições, porque o Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes vai ser ligado a uma Fundação que vai ter mais orçamento, vai ter uma possibilidade de transferência de recursos federais para serem aplicados na cidade de São Paulo.

Então vamos ter um salto qualitativo e quantitativo com relação à escala e atendimento da demanda que vai ser muito importante. A estruturação de cargos, mais funcionários para o Centro, mais possibilidades de cursos de formação. Tudo isso se conseguirmos a aprovação do PL da Fundatec.

Só queria fazer esse parêntese porque acho importante fechar essa questão da Cidade Tiradentes.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Só citei porque era o mesmo assunto e vale para os 200 equipamentos que estão no Circuito Municipal de Cultura.

O SR. RICARDO NUNES – Vou fazer um resumo das questões para não atrasar muito, por ser o Relator, são questões técnicas, se puderem ir anotando e no final responder talvez acelere.

Com relação à manutenção de sistema de informação e comunicação, esse tem

sido um problema que temos detectado, o custo dos sistemas de informação, internet, programas, em 2014 estava 4,7 milhões. Agora, para 2015, 8,5 milhões. Não é para contratação, é para manutenção do sistema de informação e comunicação.

Temos detectado um grande problema com relação a Prodam, que tem 360 milhões de orçamento, 900 funcionários, presta um mal serviço em todos os locais. Até gostaria da opinião de vocês com relação a Prodam, tanto é que a São Paulo Turismo tem uma certa autonomia e já saiu fora.

Então esses 8,5 milhões, um aumento de 81%, se vocês puderem responder se procede e por que isso.

A questão de promoção de campanhas e eventos de interesse do Município, também de 6 milhões para 15 milhões, aumentou 150%. Por que esse aumento todo.

Uma questão que também nos preocupa bastante, temos trabalhado muito aqui na Casa, é a questão das emendas. Foram propostas várias emendas em 2014, 150 mil, 100 mil, 300 mil, 50 mil, 160 mil, várias, várias e várias, em sua grande maioria, não foram realizadas.

Então acaba perdendo dinheiro. Às vezes vemos a Cultura correndo atrás do recurso, consegue as emendas e pelo menos o que está aqui no relatório não foi realizado.

Eu tinha uma emenda e a minha foi realizada, 60 mil reais. Foi orçada, atualizada e liquidada. Uma atividade lá no Grajaú que foi um evento muito bacana para a população carente, mas no geral aqui, diria que mais de 90% das emendas não foram realizadas, não foram liquidadas.

Gostaríamos de saber se está havendo alguma dificuldade, algum problema, se podemos ajudar em alguma coisa, porque realmente é importante ter as emendas. Não sei se os Vereadores Aurélio Nomura e Dalton Silvano têm emendas.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Eu tinha me inscrito para falar nas emendas, acho que está faltando um pouquinho, Secretário, uma relação maior entre a Secretaria e os Vereadores. Estou no meu quinto mandato e tenho bastante experiência em

tratar dessa relação de emendas.

Às vezes, falta conhecimento por parte do Vereador daquilo que pode ou que não pode. Em minha opinião, está faltando uma relação entre a Secretaria e parlamentar em consonância com os Vereadores daquilo que pode.

Até licitei aqui, o Vereador fala: aquisição de materiais, equipamentos, comunidade Águia de Haia Associação Beneficente, põe até o CNPJ. Uma coisa é escrever a emenda no sentimento do que ele quer para o bairro. Outra coisa é o que pode e o que não pode. Em minha opinião está faltando isso. Incentivo e apoio em projetos culturais educativos, atividade circense, realização de cursos técnicos de iniciação teatral.

Aliás, há muitas emendas que devem ficar em função das atividades e programações na própria Secretaria. Centro Cultural da Juventude, evento na Cohab José Bonifácio; fomento à bienal agito cultural da zona Norte; Capela do Socorro, reforma da sala de cinema.

Então, Vereador Ricardo, o que está faltando é uma relação, uma consonância maior, entendimento maior daquilo que é possível fazer e o que não é possível fazer. E até eventualmente se há estrutura, como aconteceu com a Secretaria de Esportes, liberaram emendas agora ao final, 80 emendas de Vereadores, e a Secretaria não tem estrutura para fazer a licitação. Carta convite e aí perde a emenda e depois para repor esse valor todos os Vereadores sabem das dificuldades.

Por exemplo, a Secretaria poderia muito contribuir com os Vereadores, cada qual no seu bairro, que tipo de emenda é possível fazer, porque senão não adianta. O Vereador quer fazer um show cultural e não tem mecanismo, amparo jurídico e formas de aplicar. Então precisa haver uma relação maior entre a Secretaria e os Vereadores.

Assim já excluo essa pergunta, porque a maior parte das emendas aqui não foi realizada.

O SR. ALFREDO MANVY – Vou começar a responder e depois vou passar para o

Guilherme para outras considerações, mas dizer que uma parte significativa dessas emendas que recebemos não foi liberada. Ou seja, não temos liberação interna para fazer.

As que foram liberadas, podemos fazer caso a caso em outro momento, avaliar em que estágio está, mas temos feito empenho e para nós é muito claro que uma Secretaria que luta por recursos, e uma pasta de uma área como a Cultura que precisa de recursos têm de ter uma relação muito estratégica com o Legislativo na parceria não só do orçamento, mas também na construção de emendas.

Quero registrar novamente – falei no início da minha fala -, estamos aqui com 80% da Diretoria da Secretaria das várias áreas para reafirmar nosso compromisso e desejo de que essa parceria que gerou alguns frutos, como a aprovação da SPCine em menos de um mês.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Caiu aqui na Câmara, Secretário, o senhor sabe que não tem erro. A resposta da Câmara é efetiva, positiva.

R – Estou reconhecendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – A nossa parte estamos fazendo.

R – Estou exatamente reconhecendo, Vereador, que essa parceria tem dado muito certo.

Agora, reconheço que há falta de estrutura sim. Reconheço que poderíamos fazer um esforço conjunto, segundo sua sugestão, com a qual concordo inteiramente porque fizemos isso, por exemplo, na época do Ministério da Cultura.

E aqui, toda a Secretaria estando presente, é um compromisso que podemos assumir nesta audiência de construirmos padrões de projetos, ou perfis de programas que tornem mais fácil a viabilidade das emendas.

Quanto mais pulverizada ou quanto menos conectada com programas e padrões que possamos construir juntos, é mais difícil executar. Tudo que é muito específico passa por uma fundamentação jurídica e técnica nova. E complica muito a vida da operação da Secretaria.

Vou dar um exemplo, os pontos de cultura. Lançamos um edital que premiou quase 100 pontos de cultura e credenciou outros tantos pontos. Há pontos credenciados que já passaram por edital em todos os bairros da Cidade, no Butantã, na zona Leste. Esses pontos não têm recursos.

Por que não fazemos, por exemplo, parcerias para viabilizar para bairros da Cidade a liberação de pontos credenciados. Esta aqui o Gil Marçal que coordena o programa. Se trabalharmos em torno de padrões de projetos já para o ano que vem, por exemplo, salas de cinema. É desejo do Prefeito, da SPCine, que possamos recuperar salas de cinema de rua em São Paulo, em vários bairros da Cidade.

Podemos ter projetos padrão que vão tornar muito mais fácil, previsível e seguro para os senhores e para nós a viabilidade, sem prejuízo de casos pontuais. Acho que estando aqui boa parte da Secretaria - área de biblioteca, de fomento ao teatro - podemos assumir o compromisso este ano de vir a esta Casa com um cardápio, vamos dizer assim...

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Só uma consideração, Secretário, estou falando isso pela minha experiência, por exemplo, no esporte. Há gente que põe 150 mil reais e quer construir um campo de grama sintética. Não vai dar nunca. Põe 100 mil e quer construir quatro vestiários, mais banheiro que custa 500 mil.

Então o que precisamos, para fazer essa reforma, qual é o mínimo que tenho de por de verba, porque senão uma obra que custa 300, eu ponho 50, e o Vereador faz isso. Vereador novo que não tem experiência, chega aqui, põe 100 e quer fazer uma obra que custa 500. Aí não dá.

Então acho que essa questão do padrão é importante. E o Vereador tem a satisfação de dizer que levou tal benefício para determinado bairro. É de extrema importância que haja essa adequação.

O SR. ALFREDO MANVY - Só complementar, Vereador, essa questão das emendas. É importante elucidar com relação aos números.

Primeiro uma observação, até o ano passado a Secretaria não assumia compromisso com as emendas parlamentares, quaisquer que fossem: municipais, estaduais ou federais, principalmente federais. Não havia disposição de execução de emendas. Não havia uma emenda federal, nem um convênio federal na Secretaria Municipal de Cultura. Nada. Não se buscavam recursos federais para isso.

E havia uma relação com a Câmara ainda menor, menos intensa com relação a isso porque todas as emendas que chegavam para consulta da Secretaria eram negadas. Fizemos um trabalho contrário, um trabalho ativo e acredito até que outros Vereadores se estiverem aqui, ou depois podemos até fazer uma segunda rodada, podem confirmar isso, de tentar buscar a relação com a Câmara no sentido de execução dessas emendas. E principalmente de alinhamento das emendas com a política da Secretaria, porque um pouco do que estamos falando é que muitas coisas que os Vereadores querem já estão na política da Secretaria.

Por exemplo, muitos Vereadores têm conversado conosco a respeito do desejo de investir em literatura na periferia, leitura e tal. Há um programa excepcional - Ônibus Biblioteca -, que custa caro porque são 12 ônibus que fazem 72 roteiros na periferia. Custa cerca de 6 milhões de reais e a vinda das emendas dos Vereadores para cobrir essa despesa seria muito importante, inclusive, eles estão em todos os bairros da Cidade que são bases dos Vereadores. Acho que não haveria problema nenhum.

A grande questão é: primeiro, não havia esse alinhamento; segundo, não havia nenhum interesse de execução. Fizemos esse trabalho, desde o ano passado ele tem sido aprimorado no sentido dessa relação.

Com as emendas federais é pior ainda. Não havia um real de recurso federal. Nesse trabalho de procurar relação com os deputados também, nós temos 30 emendas tramitando na Secretaria com muita dificuldade, porque é um corpo técnico restrito, temos pouca estrutura, mas mesmo assim achamos muito importante essa relação com a federação.

E há cerca de 30 emendas que vão totalizar quando conseguirmos executar cerca de 20 milhões de reais. Passando 2015, em 2016 se tudo correr bem.

Então inauguramos essa relação com o Legislativo quanto à aplicação dos recursos. Acho que esse é o primeiro ponto importante.

Com relação ao segundo ponto já foi dito que as emendas têm de ser liberadas para chegarem com recurso disponível na Secretaria e em tempo hábil. No ano passado tivemos um problema, a liberação, como o senhor falou sobre a Secretaria de Esportes, acho que isso acometeu grande parte das secretarias, foi feita tardiamente e com o sistema quase fechado. Tivemos, por exemplo, emenda que chegou à Secretaria na última semana de dezembro.

Na última semana de dezembro não conseguimos fazer nada, porque uma coisa é o recurso pingar, estar disponível no orçamento. Depois a entidade tem de ter toda a documentação hábil para fazer isso e também há um trâmite burocrático sem o qual não conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Só um aparte. Uma coisa, Relator, sobre a qual até vamos conversar pessoalmente, e isso já ocorreu na transição do governo municipal anterior e agora também: há uma rubrica de restos a pagar do ano anterior. Nós Vereadores passamos o maior sufoco com emenda, porque colocamos 200, 300 mil reais, a licitação é aberta, é feita, vem a ordem de serviço, a obra é iniciada, mas só é executada com 50 mil reais e sobram 250, e Secretaria nenhuma lança restos a pagar, Relator. Quer dizer, um recurso que é do ano anterior que não passa para o ano seguinte e temos que dizer para o Governo que ele se esqueceu de reprogramar o dinheiro. As Secretarias têm uma conta nas quais têm que dar continuidade, o processo não pode sofrer solução de continuidade.

Então, esta é a questão de se executar ou não no final do ano: se a rubrica de restos a pagar ou de despesas de exercícios anteriores for usada, isso se soluciona.

O SR. GUILHERME VARELLA – Também em partes, Vereador. Por exemplo, se

chega uma emenda para uma obra, um espaço cultural de 500 mil reais, há toda uma tramitação que V.Exa. conhece em relação à licitação – à ata de preço, à medição, para corresponder à liquidação dentro do orçamento, etc – que não funciona em nenhum dado e chega no final do ano não dá para ser feito, porque demanda muito tempo. Então, há emenda que cai por causa da virada do exercício fiscal. V.Exa. tem razão nesse ponto.

Outro ponto em relação às próprias emendas deste ano: temos previsto no Orçamento, somando todas essas, 100 mil, 200 mil, de um Vereador e de outro, 4 milhões, 860 mil reais. Já temos reservado, já estamos fazendo as emendas com o valor de 4 milhões, 810 mil, ou seja, só temos disponível 550 mil; quase a totalidade das emendas previstas já estão sendo executadas, mostrando que estamos, sim, executando as emendas.

Muitas vezes, então, acontece de uma ou outra emenda não poder ser executada por impossibilidade técnica. Às vezes a entidade indicada para ter seu projeto realizado não pode ser beneficiada, às vezes é uma obra cujo escopo não cabe à Secretaria Municipal de Cultura. Então, há nuances que podem impedir uma execução, mas tudo que nos chega, estamos fazendo um trabalho pró-ativo nesse sentido, inclusive de explicar...

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Quanto você falou que tem reservado?

R – Há 4 milhões, 860 mil.

P – Só que tem uma só de 4 milhões, não é? Prêmio José Renato. Só para saber

R – Não, o Prêmio José Renato entrou no orçamento da...

P – Só se for emenda técnica.

R – Não, não. O José Renato já estava fora.

P – Estava fora disso? Porque eu não contei 4 milhões aqui.

R – Quatro, trezentos e dez reservados. Já tem um avanço nesse sentido. Acho que é superimportante, acho que há ressalva, temos que aprimorar cada vez mais. Mas as emendas estão sendo, sim, executadas e, quando não pode ser, avisamos por que motivo não estão sendo.

O SR. RICARDO NUNES – Em relação ao Programa de Metas, Secretário, na meta 21, que dispõe sobre obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir, instalar pelo menos um equipamento cultural nos 19 distritos que não possuem equipamento público. Há alguma ação do orçamento previsto para o atendimento da meta 21 e para a meta 23, que dispõe sobre viabilizar dois novos centros culturais? Pelo que estou depreendendo da peça, Secretário, há bastante dinheiro se comparado com outras Secretarias.

O SR. ALFREDO MANEVY – Menos do que gostaríamos.

O SR. RICARDO NUNES – Eu sei, mas temos uma dívida de 164 bilhões, e a situação está feia. Por exemplo, para o Bolsa Cultura, 2,4 milhões; para a Virada Cultural, 8 milhões; para a Festa de São João, 2,5 milhões; Festival dos Povos do Mundo, 3 milhões; outra Virada, 4,8 milhões; 6 milhões para outra atividade. Então, há bastante dinheiro. Quando um Vereador precisa de alguma coisa, faz uma emenda de 60 mil e não somos atendidos por vocês. Recurso, então, tem bastante.

Em relação a essas programações que têm relação direta, até politicamente mais estreita com vocês, está sendo bem atendido. Mas e em relação às comunidades, Secretário, para a Biblioteca Prestes Maia? Há, por exemplo, uma dotação específica para a Biblioteca Mário de Andrade, mas não há nada específico para a Prestes Maia. É possível conversarmos para adequar uma dotação específica para ela, assim como há para outras bibliotecas, que têm uma relação mais próxima com vocês?

Em relação a essas metas que citei, existe algo previsto? Só para dar um exemplo, para o Programa Ônibus-Biblioteca, são 6 milhões, 334 mil reais.

Tinha mais perguntas para fazer, mas, devido ao tempo, são somente essas três. Quero agora lhe passar, Secretário, uma solicitação do Vereador Calvo, que neste momento está participando da reunião da Comissão de Meio Ambiente e me pediu que lhe entregasse esse documento no qual solicita a disponibilização de recursos orçamentários para resgate da cultura circense, bem como recomenda a expansão do Centro Memória do Circo - CMC,

conforme relata o documento. S.Exa. disponibilizou o material e gostaria que a questão fosse discutida. Se V.Exa. puder, Secretário, fale alguma coisa em relação a essa questão do circo e do Centro de Memória do Circo.

R – Perfeito. Vereador, antes de tudo, V.Exa. e esta Comissão têm sido aliados da agenda da Cultura e esta é uma oportunidade para podermos aprofundar essa discussão. Queria, no entanto, fazer um esclarecimento: nosso orçamento, que já foi o menor e geralmente costuma ser o menor da divisão orçamentária em Prefeitura e em Governo Federal, vem aumentando por um compromisso político assumido a fim de se dar uma nova centralidade para a cultura no desenvolvimento da Cidade e vem sendo um crescimento responsável.

P – Secretário, só não tem na periferia. Disso eu sou testemunha.

R – É que é apenas 1 ano e 8 meses. A periferia sequer era incorporada, não tinha ponto de cultura em São Paulo, Vereador. Acabamos de lançar o primeiro edital desse programa, que já existia há 10 anos no Brasil. Então, estamos incorporando segmentos da cultura, da periferia, de bairros da Cidade que sequer eram incorporados.

Quero dizer que é muito importante valorizar cada real que está presente no orçamento. É um crescimento importante que estamos reconhecendo aqui, mas ainda insuficiente para dar conta da demanda cultural da Cidade. Estamos indo na direção dos 2%, mas ainda não é suficiente. Para vocês terem uma ideia, temos pontos de cultura credenciados quase na mesma quantidade do número daqueles que conseguimos viabilizar. A demanda cultural na periferia é imensa, ela borbulha na Cidade, e a Secretaria começa a dar conta de uma parcela dessa demanda.

Agradecemos o apoio, somos solidários com todas as outras áreas da Cidade, mas consideramos que o orçamento da Cultura vai na direção certa, de um aumento necessário, mas que ainda é insuficiente para dar conta das demandas da Cidade.

A Unesco aponta, como mínimo necessário, 2%. A Unesco recomenda aos países

adotarem 2%. Não chegamos aos 2% ainda, mas estamos caminhando.

Nessa meta dos equipamentos culturais, com as Casas de Cultura, vamos requalificar 15 delas, cumprindo uma parte importante da meta. Outros equipamentos, que já temos, que estavam em situação precária, estão dentro dessa meta. Depois eu posso passar a lista completa, mostrando qual equipamento cumpre qual aspecto de cada meta do Plano de Governo.

P – Isso é importante. V.Exa. nos manda?

R – Eu mando essa lista para poder esclarecer, ponto a ponto, de que equipamento estamos falando, tanto desses como dos centros culturais de referência, que também é outra meta que está no nosso plano de implementação.

O SR. GUILHERME VARELLA – Vereador, em relação a essa questão de dar ênfase à periferia, o Secretário já disse, mas acho que é importante frisarmos algumas questões. A incorporação da periferia na política pública de cultura é presente, é sentida inclusive orçamentariamente. Tivemos um crescimento do orçamento, de quando pegamos o orçamento do ano passado para quando pudemos fazer o orçamento deste ano, um crescimento de 4 para 20 milhões de reais, contando todas as ações na periferia. Tivemos, portanto, um crescimento de cinco vezes o orçamento de investimentos na periferia. Isso relacionado aos 85 pontos de cultura, que são um reconhecimento das atividades que já acontecem nas comunidades, no território, que servem como um centro que erradia cultura na comunidade; as ações do VAI 1 e do VAI 2, sendo que os dois editais que foram lançados e o VAI 2 foi um projeto de lei que foi aprovado por esta Casa. Ambos passam a ser editais complementares que dão continuidade às políticas de periferia e de juventude. Além disso, o papel dos agentes comunitários, que passamos a lançar agora e que vão funcionar já a partir deste ano, que são agentes que fazem a articulação entre as escolas, os CEUS, as Casas de Cultura, os pontos de cultura e as diversas ações que acontecem na região, feitas pelo Poder Público e também pela comunidade.

Todo esse crescimento e todas essas políticas são integrados dentro de uma política que incorpora a programação compartilhada dos CEUs, a gestão compartilhada dos CEUs, 45 CEUs que estavam negligenciados em relação à sua atividade cultural e que passam a ser programados pela Secretaria de Cultura, mais uma rede de 18 Casas de Cultura, que têm três vetores de funcionamento, valorização das iniciativas locais, formação e programação de qualidade. Tudo isso forma uma política orgânica para a periferia, uma política que já se vê. Se somarmos isso às 53 bibliotecas que são capilarizadas, aos ônibus-bibliotecas, que atendem mais de 480 mil pessoas por ano, com 72 roteiros que chegam, ao crescimento do que temos de orçamento já para o ano que vem e outras estruturas, à Semana do Hip Hop, aos apoios da comunidade, que já acontecem, tudo isso forma e deixa muito claro que a política está sendo feita para a periferia.

É importante reconhecer e olhar, do ponto de vista orçamentário, onde está sendo aplicado o recurso.

Respondendo à questão sobre o circo, feita pelo Vereador Calvo, este ano, já fizemos um edital de 1,2 milhão para as ações do circo; o edital foi muito bem sucedido, há várias iniciativas de categorias diferentes que estão sendo contempladas. Também este ano, para dezembro, está prevista a Semana da Memória do Circo, inclusive capitaneada pelo Centro de Memória do Circo e que conta a ajuda do Vereador Calvo. A ideia é, cada vez mais, valorizar as ações do circo. Não só isso: pela primeira vez na história de São Paulo, o circo entrou com força, com reconhecimento, dentro do Teatro Municipal e fez um grande espetáculo.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – O Tiririca mandou recursos?

O SR. GUILHERME VARELLA – Estamos tentando fazer uma emenda federal com o Tiririca, mas está difícil justamente por ser uma questão de obra.

P – Com 1,3 milhão de votos, ele precisa mandar muita grana para São Paulo.

R – Se ele puder ajudar, agradecemos. Não haverá problema nenhum.

O último ponto é em relação ao Jovem Monitor, outra política também de capacitação e de uso dos jovens monitores que o Centro Cultural da Juventude está tocando, que vai estar em todos os equipamentos, inclusive na periferia. E na Prestes Maia, Vereador Ricardo, já está previsto quatro novos jovens monitores para fazerem atividades, suplementando-se essa questão de deficiência de funcionários. A programação do circuito já está chegando, inclusive vai haver uma roda de chorinho regular, que vai acontecer lá a partir de novembro. Então, acredito que, tanto do ponto de vista de programação como do ponto de vista do número de servidores que precisamos aumentar e de formação, estamos conseguindo ampliar a política não só nos equipamentos nosso, mas, para a periferia, os equipamentos da comunidade.

A SRA. ANA FLÁVIA CABRAL SOUZA LEITE – Um aparte. Não é só a questão do acesso da população ao prédio do Teatro Municipal, mas também a função do Teatro Municipal ir à periferia. Para o ano que vem, esse é um dos objetivos do Teatro, que tem uma programação já definida para os 45 CEUs em função da política de territorialização que a Secretaria está implementando.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, eu gostaria de ler uma carta que recebi dos cantores coralistas da Fundação Theatro Municipal de São Paulo.

“No dia 12 de setembro deste ano, 15 cantores coralistas da Fundação Theatro Municipal de São Paulo foram desligados por razão até hoje não esclarecida”. Numa decisão unilateral e violando o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, foi-lhes comunicado que, por motivos técnicos e administrativos, eles não teriam seus contratos renovados de outubro em diante e, na ocasião, também lhes foi solicitado que retirassem seus pertences dos armários e não mais retornassem ao local de trabalho, antes mesmo que seus contratos expirassem em 30 de setembro.

Esses profissionais trabalham há muitos anos no Municipal em regime de prestação de serviços, regido pela Lei 8.666, sob contratos precários, sem quaisquer direitos trabalhistas e acreditaram no compromisso assumido pela atual direção da Fundação, de que todos seriam finalmente regularizados pela celetização ora em curso e que não haveria dispensas. Entretanto, a pretexto de realizar uma reestruturação, a Fundação dispensou nove cantores do Coral Lírico e seis do Coral Paulistano, atingindo, em sua maioria, membros das comissões dos representantes dos coralistas, “uma portadora de deficiências físicas e profissionais de idades avançadas e com mais tempo de casa, que representam um alto passivo para a Fundação”.

“Diante da arbitrariedade e da falta de transparência desse ato, desprovido de qualquer procedimento formal ou motivo justificado, pleiteamos a sua reparação por meio da imediata reintegração dos cantores afastados”.

Gostaria de ouvir do nosso Secretário a respeito dessa questão.

O SR. ALFREDO MANEVY – Obrigado, Vereador, pela oportunidade de tratar desse tema, que já chegou à Secretaria de Cultura. Já existe inclusive uma mesa de diálogo instalada, com intermediação do próprio Ministério do Trabalho, entre o Teatro Municipal e esses que realizaram acato aos músicos que passaram, na verdade, por um processo de avaliação e acompanhamento e que não foram incorporados nesse novo ciclo que o Teatro está apontando para o ano que vem. Isso não significa que eles não possam ser aproveitados num outro momento, isso significa que os maestros, num momento em que o Municipal constrói um padrão de excelência, de programação, têm que decidir – muitas vezes a partir de critérios técnicos, culturais e artísticos – manter ou não servidores de acordo com a programação e com o perfil daquilo que está sendo construído na parte artística.

O diálogo, todavia, é necessário. Acho que, de um lado, os maestros têm sido muito claros ao dizerem que não houve nenhum arbítrio, nenhum descuido com os critérios, com o diálogo, com a forma com que essa avaliação foi feita. Foram feitas audições, uma ritualística que acontece no mundo todo e é assim também no nosso Teatro Municipal. Do outro lado, os

requerentes apontam que poderia ter havido algum tipo de assédio, etc. Por isso foi aberta uma sindicância. É uma denúncia que se apresenta, e o Teatro Municipal abriu uma sindicância para apurar se houve algum excesso, algum equívoco, porque tudo tem que ser apurado. Uma denúncia como essa, uma reclamação como essa tem que ser internalizada, e isso foi feito: foi aberta uma sindicância e, se houver um resultado que comprove algum erro por parte da avaliação, ele vai ser reparado. Esse é o compromisso que assumimos. Mas também é preciso deixar claro que o Teatro Municipal está reconstruindo, está se recolocando como instituição e é natural que existam critérios que avaliem o trabalho dos músicos, daqueles que viabilizam essa programação. É assim em qualquer Teatro Municipal e é importante que isso fique muito claro, porque é parte do processo de amadurecimento e de qualificação da programação do Municipal.

Estamos abertos ao diálogo. Acho que a Ana Flávia vai fazer algum comentário complementar. Ana, por favor.

A SRA. ANA FLÁVIA CABRAL SOUZA LEITE – O que cabe complementar é justamente dizer que está estabelecido um foro apropriado para essa questão. Só para enfatizar que o assunto está sendo tratado, a sindicância foi definitivamente aberta no dia seguinte ao dia em que recebemos as denúncias e está em curso. Inclusive já houve oitiva dos próprios maestros para fim de esclarecimento dos critérios artísticos que embasaram essa decisão. O que acho que é importante esclarecer até para os Vereadores é que não houve desligamento, o que existe é que os contratos da Administração Pública, como todos nós da Administração Pública sabemos, são regulamentados pela Lei 8.666. Então, são temporários e a título precário. Os contratos dessas pessoas, como de todos os demais 530 artistas, não foram renovados, não foram sequer rescindidos. Mas num universo de praticamente 600 artistas, apenas 15 não atendiam aos critérios da programação de 2015, que envolve uma sensibilidade e critérios específicos em função da própria programação que foi definida neste ano. Era isso.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu só gostaria de saber se tem algum representante em relação a essa questão. (Pausa) Gostaria de falar por 2 minutos? Podemos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Está inscrito para falar depois, ou não?

O SR. AURÉLIO NOMURA – É só para não perder essa questão agora. Acho que é de fundamental importância ouvirmos também os funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Então, um aparte.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então, por gentileza.

JOSÉ MARIA CARDOSO – Obrigado, Srs. Vereadores. Fiz parte do Coral Paulistano do Theatro Municipal. Gostaria de prestar alguns esclarecimentos sobre o que foi falado aqui. Em nenhum momento, Sr. Secretário, houve uma avaliação. Não passamos por nenhum processo de avaliação, não houve audição nenhuma. Então, se estávamos passando por um processo de avaliação, não fomos comunicados a respeito disso. Eu acho que, se existe um fórum onde esse tipo de questão deve ser trazido, independente de a questão estar correndo por outras vias, esse fórum é esta Casa. A Fundação pertence ao Município, e esse fórum é desta Casa.

Nós até hoje não sabemos as razões pelas quais nós fomos afastados. A questão da não renovação é a seguinte: os contratos iriam até dia 30 de setembro, nós fomos comunicados disso no dia 12 de setembro e nos foi pedido que não voltássemos mais lá. Se isso não configura uma rescisão, então, não sei, porque nossos contratos iriam até 30 de setembro e tínhamos ainda 18 dias de trabalho a cumprir e fomos solicitados a não ir mais nesses dias. Pediram que retirássemos nossos pertences dos armários.

Existe o jogo de empurra-empurra, porque as pessoas, quando foram comunicadas individualmente, receberam a informação lacônica de que não haveria renovação por motivos técnicos e administrativos. Os maestros que nos comunicaram isso nos disseram que era uma decisão da direção da Casa. Em reuniões que tivemos, de tentativa de conciliação com a direção da Casa, a direção nos disse que é uma decisão artística dos maestros. Então, nós

continuamos sem saber, afinal de contas, quem está falando a verdade.

Eu só queria prestar esses esclarecimentos a vocês, pois queremos saber quais são as razões. Porque é muita coincidência que as pessoas dispensadas sejam as que tenham feito parte de Comissões de Representação de artistas. Por exemplo, do Coral Paulistano, 6 demitidos; desses, 5 pertenceram à Comissão de Representação. Até hoje continuamos sem essas explicações.

Ainda que, no entendimento da Fundação, tenha sido uma simples não renovação, a lei garante o direito de ampla defesa de contraditório, que nós não tivemos. Não houve nenhum diálogo, simplesmente fomos comunicados – por um aviso lacônico, de um minuto, se tanto, e muito obrigado.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu gostaria de consultar o Secretário se há uma pessoa que possa fazer essa interface, já que V.Exa. havia manifestado que foi criada uma comissão exatamente para discutir e fazer a interface em relação a esse problema e especialmente em relação aos cantores que foram dispensados.

A SRA. ANA FLÁVIA CABRAL SOUZA LEITE – Eu me coloco à disposição para ser a interlocutora, apesar de que a sindicância vai caminhando de alguma forma razoavelmente dentro de alguns parâmetros não exatamente de confidencialidade, mas a partir do momento em que temos a conclusão dos trabalhos e o encaminhamento é para a Corregedoria, o processo não deixa de ser público. Mas posso ficar à disposição da comissão e já estou à disposição dos cantores desde então. Já fizemos algumas reuniões, já fizemos as mediações coletivas no próprio Ministério do Trabalho, já vimos conversando com o sindicato que representa a categoria; então, o diálogo e a disposição estão assegurados.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só para dizer que esta não é a Comissão competente para discutir essas matérias, que estariam mais afinadas com a Comissão de Administração Pública. Mas, por solicitação dos senhores, aproveitando a vinda do Secretário, nós abrimos

essa brecha exatamente para ouvirmos os funcionários. Nós não temos condições de tratar esse assunto na Comissão de Finanças, pois estamos discutindo o orçamento da cidade de São Paulo, extremamente complexo e que vai demandar muito trabalho de todos nós, como vem demandando.

Assim, eu pediria que vocês fizessem esse acompanhamento. Não havendo resultado, que nos procurem, e posso ser o interlocutor para, junto ao Presidente da Comissão de Administração Pública, Vereador Mario Covas Neto, dar continuidade a essa questão. Agradeço a manifestação e gostaria de continuar as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Vereador, para efeito de encaminhamento, pergunto se o Colega quer fazer todas as perguntas primeiro, e ele responde; ou, se você quiser argumentar... Na verdade, me informaram que o prazo seria 13 horas; mas, como me parece que não há outro evento marcado, temos 8 oradores inscritos ainda para falar. Se ele quiser fazer todas as perguntas...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só para lembrar que eu cheguei às 10 horas...

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Não, só querendo perguntando se V.Exa. quer fazer o encaminhamento e V.Exa. decide...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Pergunto ao Secretário e aos assessores se seria melhor nós fazermos as indagações uma por uma ou se seria melhor todas juntas, para serem respondidas ao final.

O SR. ALFREDO MANEVY – Em bloco, acho mais interessante, e seremos muito zelosos em responder tudo.

O SR. AURÉLIO NOMURA – O.k. Os investimentos na Secretaria da Cultura em 2015 totalizaram 13 milhões para reforma de centenas de equipamentos culturais que existem na nossa cidade. Para ampliação e novas instalações estão orçados 6 milhões, mas que dependem das outorgas onerosas. Gostaria de saber por que um valor tão irrisório para manutenção desses equipamentos culturais.

Outra questão. Por que apenas 13 milhões para todos os equipamentos, se a Prefeitura gastou os mesmos 13 milhões para as 24 horas da Virada Cultural? Para termos uma ideia, não citarei o nome, mas é uma cantora de uma música só, que, com mais dotes físicos do que talento artístico, ganhou um cachê de 40 mil reais para se apresentar por 38 minutos. Há também a banda americana Martha Reeves & the Vandellas, que ganhou cerca de 109 mil reais na Virada Cultural. Poderíamos utilizar artistas brasileiros, como havia mencionado o Vereador Ricardo e o nosso Presidente, selecionados entre artistas regionais, que poderiam apresentar seus dotes culturais, sendo onerados a um custo muito inferior a esses mencionados.

Outra questão. Em 2013, para a reforma dos equipamentos da Cultura, foram gastos 30 milhões. Em 2014, até o presente momento, foram gastos 48 mil reais, pelo que vi no demonstrativo. Para 2015, a proposta orçamentária caiu para 13 milhões. Essa dedução não irá deteriorar ainda mais esses equipamentos culturais da nossa Cidade?

Outra questão. A Prefeitura não tem sido atenta a questões relacionadas à Cultura, mesmo porque os valores que estão inseridos no orçamento são, apesar dos avanços, irrisórios, haja vista que, no Programa de Metas, o Prefeito prometeu construir, requalificar e reformar 16 equipamentos culturais. Pergunto: quantos foram realizados? Parece-me que nenhum.

A Meta 29 fala da promessa de viabilizar 3 Centros Culturais de Referência. Pelo que vimos nos dados, não foi viabilizado nenhum. Na Meta 30, o objetivo é a ativação de 300 pontos de cultura. Foram feitos apenas 3,3%. Na Meta 32, a promessa é de conceder bolsas de cultura para agentes culturais. Os valores que vimos são realmente irrisórios, equivalente a 199,40 reais. Eu gostaria de saber o porquê dessa dificuldade, dessa morosidade, e quando serão cumpridas essas metas, em que prazo podemos imaginar que serão cumpridas.

Outra questão, que teve o apoio integral da Bancada do PSDB, foi a criação do SPCine em 20 de dezembro de 2013, com um capital de 25 milhões. A proposta contou com a

aprovação unânime dos Vereadores da Casa e a consideramos extremamente meritória. O que essa empresa fez nesse quase um ano de atividade? O orçamento do SPCine para 2015 é de 7,5 milhões para investimentos. O senhor poderia nos detalhar os 3 milhões destinados para os equipamentos, os 4 milhões para implantação da empresa e os 500 mil em *software*?

Outra questão. Segundo dados apurados para o orçamento de 2015, pretende-se destinar à Fundação do Theatro Municipal, no código 07 – que são recursos do IPTU que estão *sub judice*, é bom que se frise -, 38 milhões. Pergunto: no caso de o IPTU ser julgado com resultado desfavorável para a Prefeitura, qual o plano “b” para o atendimento desses recursos da Fundação Theatro Municipal?

Eram essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Sr. Secretário, com a palavra para as respostas.

O SR. ALFREDO MANEVY – Irei respondendo conforme a ordem em que foi perguntado. Primeiramente, achei importantes algumas questões que o nobre Vereador colocou, relativas às obras. Temos duas metas mencionadas: uma meta de requalificação, operação e manutenção de 16 equipamentos e uma meta de construção dos dois Centros Culturais de Referência mais o de Cidade Tiradentes. Essa meta foi remanejada, foi recauchutada para incluir Cidade Tiradentes.

Primeira questão: a primeira meta, a de requalificação, já começamos a trabalhar nela mantendo mais 2 equipamentos e requalificando mais 2 equipamentos que estavam parados desde que assumimos. Primeiro: o término da reforma da Praça das Artes, a complementação da Praça das Artes. A Praça das Artes estava estagnada, faltava grande parte das obras a ser feita e terminar a ligação da Praça das Artes com o Anhangabaú, essa praça que passa a ser não só um equipamento anexo ao Theatro Municipal, mas mais um equipamento de cultura que está servindo para as escolas de música, de dança e de balé e para os eventos da comunidade, desde os pontos de cultura até o pessoal de economia

colaborativa, além de outros eventos da Prefeitura que estão acontecendo lá.

O Sampaio Moreira, que foi o primeiro prédio da cidade de São Paulo tombado, que tem uma importância arquitetônica e histórica também, conseguimos já os 8 milhões necessários para manutenção e continuidade da obra – este ano entra nisso.

Também ocorrerá a vinda das 18 casas de cultura, que passam a ser incorporadas nessa meta de requalificação. E o principal: os recursos que estão previstos para isso não são os recursos colocados, mas os recursos do Fundurb. Já dissemos, no começo da apresentação, que estamos prevendo 30 milhões de reais do Fundurb, específicos para as obras, assim como aconteceu neste ano, quando utilizamos 14 milhões de reais do Fundurb para a operação de reforma e requalificação dos equipamentos. Os três teatros entraram nesses recursos, o Cadopô entrou nesses recursos, assim com a reforma de algumas bibliotecas, a reforma do Centro Cultural da Juventude na parte elétrica e infraestrutural, a reforma de telhados de outras bibliotecas, uma parte importante de reforma do Centro Cultural de São Paulo, a Biblioteca Cora Coralina deve entrar nesses recursos também. Enfim, esses 14 milhões já serviram para muitos desses equipamentos que constam na meta, e para o ano que vem as casas de cultura passam a ser requalificadas já batendo essa meta – a gente acredita -, partindo dos 30 milhões do Fundurb. Os recursos previstos para isso são esses 30 milhões dessa fonte.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só uma dúvida: para o ano que vem, nós vamos construir, requalificar e reformar quantos equipamentos?

O SR. ALFREDO MANEVY – A gente está fazendo agora o diagnóstico principalmente das casas. Essa questão é muito relevante, Vereador, pelo seguinte: a rede das casas está vindo para a Secretaria Municipal de Cultura. Elas estavam nas subprefeituras, cada qual em uma subprefeitura diferente, e as casas estavam, de alguma maneira, deterioradas, negligenciadas, subjugadas, porque elas não têm hoje estrutura elétrica, estrutura de equipamentos de som, de música, cênica e mesmo infraestrutura das sedes para

receber os eventos e as programações. Estávamos fazendo hoje um diagnóstico dessas 18 casas. A partir desse diagnóstico, iremos prever o que será destinado a algumas delas. Umas já estão em estágio mais avançado, já podem receber atividades, pois é só “dar um tapa” nelas, fazer uma pintura, alguma coisa, que elas já funcionam. Para outras, não: a gente vai ter que licitar projeto executivo, entrar com obra; então, vai depender desse diagnóstico, que obteremos até o final do ano. Há casas, por exemplo, que ainda não são institucionalmente da Secretaria, mas já tem projeto executivo em fase de edital, de seleção. Por exemplo, a de Ermelino Matarazzo. Há outras que precisaremos iniciar um projeto executivo para entrar e tentar fazer um estudo. Por exemplo, o Casarão da Vila Guilherme, que também não entrou. Mas há outras que já conseguimos estruturar desde este ano. Muitos desses equipamentos precisam de um diagnóstico para conseguirmos falar exatamente quantos são.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas, na realidade, já existem 4 equipamentos que já contam com projeto básico concluído: Ermelino Matarazzo, Jabaquara, Pirituba e São Miguel. Esses quatro já estão *o.k.*?

O SR. ALFREDO MANEVY – Esses 4, terminando o projeto executivo, a gente passa à fase da licitação da obra junto com Siurb, Edif e eventualmente SPObras – mas principalmente Edif.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então estão ainda dependendo: Mooca, Vila Maria, Vila Guilherme, Parelheiros, Sé, Campo Limpo, Vila Mariana e São Mateus?

O SR. ALFREDO MANEVY – Dependendo de diagnóstico, exato. Porque estão em estágios diferentes, Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então, na realidade, a gente imagina que para o ano que vem dificilmente vai se realizar. Porque ainda não foi feito o projeto básico, e até realizar o projeto básico, até levantar, ver a viabilidade de recursos, colocar o edital em licitação, acho muito difícil realizarmos essa condição das 10 unidades que se pretendia. Ficaria para 2015...

O SR. ALFREDO MANEVY – Não, para o ano que vem já estamos prevendo que

em algumas dessas casas a gente consiga avançar. Porque desse diagnóstico, Vereador, algumas coisas podem ser feitas por ata de registro de preços, outras terão que ser licitadas, outras dependem do projeto executivo. Lembro que essas casas só vieram para a Secretaria de Cultura agora, o decreto foi assinado...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ALFREDO MANEVY - A gente espera que sim, que essas 4 a gente consiga avançar para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Alfredo, pela oportunidade: o que vem de Fundurb não está na sua peça?

O SR. ALFREDO MANEVY – Está na peça constando 30 milhões de previsão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Aqui está Fundurb?

O SR. ALFREDO MANEVY – Isso, dentro dos 552 milhões.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ALFREDO MANEVY - Destinados especificamente para as obras – restauro, reforma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – São 30 milhões de Fundurb dentro dos 552 milhões.

- Fala fora do microfone.

O SR. - É isso, é isso que a gente já está... Tem que fazer o planejamento. A partir da liberação também dos recursos e da apresentação das nossas demandas.

Com relação ao segundo ponto...

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Só uma coisa. Eu sou neófito nessa questão e eu não estou analisando, não sei se podia indicar para a gente onde que está...

O SR. - Já vou pedir para o Paulo indicar. A gente já passa.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Desculpe a ignorância, mas é que eu não

estou localizando.

O SR. - Se Sempla tiver alguma questão, não sei se está (ininteligível) no orçamento.

- Fala fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Noventa e oito.

O SR. - Está no 98.

- Fala fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Eu não estou localizando.

O SR. - Podemos, Vereador?

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Está bom. Desculpe.

O SR. - É porque fica vinculado, Vereador, também a outra secretaria, que é a Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – É, porque na realidade aqui no Fundurb ele fala que construção, requalificação e reforma de equipamentos está estimado em 6.446.339.

O SR. - Sim. Isso na verdade é dentro da Secretaria, mas isso não é o todo do que a gente tem para investimento nas obras, porque na verdade grande parte desses investimentos inclusive é diretriz que é passada para as secretarias é a utilização do Fundurb, não a utilização dos recursos diretos, por isso que tem essa quantidade menor de recursos aí e uma quantidade maior prevista no Fundurb, como foi esse ano também.

Posso? Acho que a segunda questão é a dos três equipamentos que a gente listou. Cidade Tiradentes a gente já está, através da busca da formalização de um convênio federal que já está em tramitação e a gente pretende, até o começo do ano que, já estar celebrado e a gente conseguir mais 1,5 milhão de reais com o Ministério da Cultura. A gente pretende ter a celebração desse convênio para conseguir os recursos para o Centro Cultural, e neste ano a gente já começou a estrutura-lo e a equipá-lo com recursos que no ano passado a gente não tinha.

O segundo centro cultural é o que vai ser construído em Itaquera, no espaço que tem a Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda. Naquele espaço a gente tem um problema de ordem judicial. A obra foi embargada porque teve um problema na consecução da obra, na parte física da obra teve um laudo negativo para a sua continuidade, então a obra está *sub judice*, hoje a gente não consegue avançar enquanto a gente não tiver a resolução da questão judicial.

E a terceira é de M'Boi Mirim, que diz respeito ao terceiro centro cultural, tem projeto executivo já em fase de licitação. Com esse projeto executivo a gente pretende avançar nos recursos de mananciais, porque é uma área de mananciais. O projeto executivo está estimado em cerca de um milhão de reais e a obra toda, em cerca de 10 milhões de reais, que só vai poder ser acessada quando a gente já tiver o projeto executivo e a desapropriação. A desapropriação já está sendo feita... Perdão, foi uma informação equivocada. A desapropriação está em torno de um milhão de reais. A gente já tem o recurso do Fundurb este ano, já está sendo feita a desapropriação, o pagamento dela e, assim que estiver pronta, a gente avança para a obra que custa em torno de dez milhões. A gente espera ter os recursos de mananciais, do projeto mananciais para isso.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Com relação a essa questão dos três centros culturais, existe possibilidade de apenas dois, não é?

O SR. - Um já está... Um é o Cidade Tiradentes.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Como o senhor falou que está com complicações de ordem legal, dificilmente você vai conseguir...

O SR. - Não, mas o problema está em tramitação judicial. Se essa tramitação...

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Aí esquece.

O SR. - Mas já tem recurso previsto, assim que tiver, para a gente conseguir fazer o projeto executivo, então...

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Quando depende de decisão judicial, é bom que se diga, o prefeito... Quando estava questionando, logo no início, essa coisa do IPTU, ela achou que era questão de semanas, de meses, que já estaria resolvido. Então é bom a gente falar, porque nós temos primeiro, segundo, terceiro, quarto grau; se for para cima, então esquece.

O SR. - É, mas é bom falar também que, havendo a resolução, a gente consegue ter os recursos e o projeto para conseguir...

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Existe um detalhamento um pouco melhor com relação... Eu gostaria de...

O SR. - Podemos passar depois, sem problema nenhum. Tranquilamente. Só com relação a M'Bo, foi isso que foi dito, desapropriação já andando e, com isso, a gente consegue avançar nos recursos seguintes.

Com relação ao agente comunitário, que foi o bolsa-cultura a que o senhor se referiu, na verdade está no orçamento, tem uma dotação específica do orçamento desse ano que se chama Bolsa Cultural, está dentro do 4309. A gente já executou cerca de... Empenhados 606 mil reais e a gente vai, até o final do ano, executar 900 mil reais dessa dotação. Na verdade o que a gente tem é uma bolsa-cultura, que é do agente comunitário, que já funciona, já teve edital, já teve seleção, já está vigente. São 50 pessoas recebendo mil reais por mês, que tem aquela função... Perdão: 150. Falei errado. Cento e cinquenta pessoas recebendo mil reais por mês, tendo aquele papel que eu havia dito anteriormente, que é de fazer articulação comunitária dos grupos e equipamentos culturais, isso totalizando, para este ano, 900 mil reais, e para o ano que vem a gente está prevendo cerca de 2,4 milhões de reais para acabar de pagar as 150 bolsas deste ano e ter mais 150 para o segundo semestre do ano que vem. Então isso também já atinge outra meta prevista, que é de avanço nesse sentido. O recurso gasto com isso é um recurso maior do que o senhor havia falado, na verdade é de 900 mil reais.

Outra questão colocada é dos investimentos... O senhor havia feito um comparativo entre o que é feito em obra, o que é gasto com obra e a questão da Virada Cultural. Acho que das obras a gente já explicou, a gente teve 14 milhões de reais esse ano para as reformas e manutenções que eram necessários para as obras e requalificações, mais 8 milhões de reais do Sampaio Moreira, que vai ser a nova sede da Secretaria Municipal de Cultura e, mais do que isso, é um prédio que tem importância histórica, patrimonial e arquitetônica para a cidade. Então totalizamos 22 milhões de reais do Fundurb, no ano que vem a gente está prevendo esses 30.

E com relação à Virada Cultural, só uma elucidação: desses 13 milhões, oito milhões de reais dizem respeito à programação e 5 milhões de reais dizem respeito à infraestrutura. De contratação artística direto são 8 milhões de reais. Estamos com mais de mil contratos que são feitos pela Secretaria Municipal de Cultura. E 5 milhões, que é o contrato que a gente faz com a SPTuris, que eles fornecem palcos, som, luz, gradil, banheiros etc.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Essa é a indagação: contrataram essa cantora... Nada contra essa cantora, quero deixar claro, mas eu acho muito dinheiro, porque, para ela mostrar uma coisa, ela cobra 40 mil reais. Não dá para falar aqui, não é, porque fica uma coisa chata.

O SR. - Vereador, a gente não tem problema nenhum de falar. O senhor está falando da Valeska Popozuda.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Exatamente. Quarenta mil reais!

O SR. - Não tem problema nenhum. Acho que com relação ao mérito cultural, se tiver algum tipo de diferenciação, discriminação, não só com relação a ela, mas com relação ao *funk*, mas com relação *hip hop*, que já houve...

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Não, eu falo “a nível” de recurso...

O SR. - Não, mas eu acho que é importante, Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Eu acho muito recurso.

O SR. - É, mas eu acho que é importante a gente colocar dois pontos. Primeiro, a Virada Cultural não pode fazer discriminação de nenhum gênero artístico. Com relação...

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Não. Você pode procurar uma pessoa com todos os dotes e que pague menos.

O SR. - Eu vou chegar no segundo ponto, Vereador, só para terminar, porque eu acho que é um raciocínio importante. Primeiro, a Virada Cultural ficou desde 2008 sem ter um evento de *hip hop* porque, quando teve os Racionais MCs e teve um problema lá na Praça da Sé, enfim, por motivos vários que não foram da nossa gestão, e que a gente critica esse motivo, principalmente por causa de uma questão de imposição policial, a Virada Cultural não tinha os Racionais e não tinha nenhum evento de *hip hop*. A gente fez questão de trazer o *hip hop* para a Virada Cultural de novo. A Virada Cultural não tinha sambas de comunidade, de terreiro, e sambas paulistanos, porque eles eram tidos como eventos secundarizados e que não precisavam fazer parte desse evento, e a gente trouxe também. O *funk* não fazia parte da Virada Cultural porque era discriminado “enquanto” gênero cultural e artístico.

A gente acha um absurdo que esse tipo de discriminação artística e estética seja feito, então a primeira coisa que a gente fez, quando assumiu no ano passado, foi montar uma comissão curadora externa à Secretaria Municipal de Cultura, uma comissão independente e autônoma, que trazia para a Secretaria uma proposta curatorial. Essa proposta curatorial dizia quais eram os palcos, quais eram as temáticas, quais eram os artistas. E a Secretaria, para não ter nenhum tipo de vício político da programação, ou seja, atender a interesses que não eram interesses artísticos, culturais e estéticos, qualquer tipo de interesse escuso que também se colocava do ponto de vista comercial, a gente blindou a programação da Virada Cultural e trouxe uma programação diversa, uma programação de qualidade, que incorpora todos os gêneros. A partir dessa proposta curatorial a Secretaria recebe e monta essa proposta de

acordo com o orçamento que tem. Então não são os vereadores, não são os deputados, não é o prefeito, não é o secretário, não é nenhum tipo de associação ou segmento que escolhe a programação. É uma curadoria extremamente qualificada de profissionais do campo cultural e artístico de São Paulo. O segundo ponto também é muito relevante, porque se liga ao primeiro: muitos artistas querem tocar na Virada, muitos. Temos muitos artistas de fora.

O SR. AURÉLIO NOMURA – É a porta de entrada.

O SR. - E o que acontece? Por quê? Porque eles tocam para um público de 4 milhões de pessoas, um público que sai dos lugares todos da Cidade e vem comungar do Centro da Cidade, no maior evento público e gratuito 24h, do mundo - com relação ao número de pessoas e quantidade de atrações. As pessoas vivem a Cidade durante 24h, comungam no mesmo espaço. São Paulo não tem praia, São Paulo tem poucos espaços de convivência em comum. É um espaço em que conseguimos ter programação cultural de qualidade para as massas - não precisa ser programação cultural de qualidade em que se vai pagar 500 reais um ingresso em um determinado teatro.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Aí, quem tem condições paga o teatro e não teria problema.

O SR. - E aí o que acontece, Vereador? Mas acho que é importante mantermos o caráter público da discussão.

E, quando fazemos a Virada Cultural e trazemos esses artistas, pelo fato de os artistas quererem tocar na Virada, isso é muito importante, por ser um evento público, eles cobram mais barato do que cobram no mercado. Se pegarmos um artista, porque ele quer tocar para 4 milhões de pessoas, de graça para o público, ele faz 50% do preço do cachê dele, ele faz 20% do preço do cachê dele - às vezes, faz 70%. Há artista que cobra - como já aconteceu inclusive este ano -, Martha Reeves, por exemplo, cobraria o dobro do preço do que ela cobra.

Então, está parecendo caro, mas não é, porque um artista internacional - que traz

todos os músicos da banda - tem um custo operacional grande. Então, pode ter certeza de que o que se faz com a Virada Cultural, principalmente com a implementação da curadoria, é uma otimização de recursos públicos, porque, se fôssemos tratar de outra maneira, os recursos seriam muito maiores, a Virada custaria o dobro - talvez, o triplo - do preço.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não, mas não há possibilidade de ter uma redução, uma limitação? Porque, na realidade, eu imagino que, nessa Virada Cultural, nós tínhamos de estimular ainda mais os artistas que estão querendo ascender - ou aqueles que estão no início. Mas eu garanto que há muitos artistas já em alto nível que gostariam de participar, exatamente pelo número de público. Você está falando de 4 milhões. Quem não gostaria de participar, sendo consagrado ou não? (Pausa) Isso, todos. Então, acho que essa é a questão, na realidade. Estamos tentando minimizar.

Eu sei que os recursos são poucos. Eu sou defensor de um aumento de recursos da Secretaria de Cultura, porque vemos que é muito pouco o que a Prefeitura coloca dentro do Orçamento para o ano que vem. Vocês vão estar com o pires na mão, não é? Eu vejo aqui o Secretário conversando: "Olha, vamos fazer uma parceria...". Claro que queremos a parceria, mas queremos também que sejam minimizados esses custos. Então, se trabalharmos nesse sentido, acho extremamente lógica, não tenha dúvida, essa coisa do cinema para a periferia. Acho que é fundamental.

Aquela outra questão que V.Exa. Estava falando, daquele outro projeto, o Pontos de Cultura, acho que todos nós temos o dever e temos a obrigação de levar cultura para a periferia. Mas precisamos atrelar a essas questões, porque precisamos ser racionais também, dentro das limitações.

O SR. - Acho que está correto, a preocupação está corretíssima, Vereador. Acho que isso está claro e acho que, justamente por essa preocupação, o cálculo da Virada - que não é a Virada "ou" o evento da periferia -, é a Virada "e" o evento da periferia, é conseguir se trazer para a população um evento da magnitude da

Virada para São Paulo, que São Paulo merece uma confluência de todos os gêneros, de todos os artistas para a Cidade, de forma pública, de forma gratuita, de forma a valorizar o espaço público urbano, a convivência na Cidade e, ao mesmo tempo, conseguir dar conta de todas essas políticas de periferia que colocamos aqui.

O SR. AURÉLIO NOMURA – A pergunta que faço é para chamar a atenção do Governo que, na realidade, o que se está destinando à cultura é muito pouco, uma coisa irrisória.

O SR. - Concordamos integralmente. Se quiser passar mais, não temos problema. Mas acho que, assim, Vereador, uma questão importante, estamos num avanço...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Relator, precisamos aumentar aqui em 100% essa questão.

O SR. - Obrigado, Vereador.

Acho que eram mais esses pontos que estavam listados. Não sei se Alfredo...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só, naquela questão do SPCine, que ainda temos para...

O SR. ALFREDO MANEVY - Bem, foi aprovada, a SPCine foi aprovada por lei no ano passado. - o Vereador lembrou aqui -, um consenso.

De lá para cá, fomos seguindo os passos de implementação, porque, depois da lei, há todos os passos que dão sequência para formalizar a empresa. Então, foi licitada a empresa de contabilidade nos moldes do que havia sido feito lá atrás com o SP Negócios, SPTuris, que vai ser todo o suporte de contabilidade para a empresa. Foi uma licitação, levou um tempo. Redação e aprovação do estatuto social da empresa; eleição dos conselheiros administrativos e fiscais. Toda essa, fase a fase, estruturação da empresa.

Enquanto isso, a Prefeitura foi lançando os editais, que chamamos de editais de transição, já com a cara da SPCine, no sentido de alavancar a atividade audiovisual.

Foram investidos 3 milhões em roteiro, em roteirista de cinema e televisão; 6 milhões em produção; e 2 milhões no problema da distribuição, que os filmes paulistas não têm tela nem distribuidora. Então, foram 2 milhões em distribuição; agora, na semana passada, o Prefeito autorizou - exatamente dando sequência a tudo isso - a integralização de capital, na ordem de 25 milhões.

Estamos diligenciados, pela Junta Comercial. Isso volta para a Junta Comercial e temos a grande expectativa de que a Junta, agora, aprove a criação do CNPJ. Com o CNPJ, podemos, então, abrir as portas da empresa e, já no final do ano, lançar os primeiros editais efetivamente SPCine.

Em paralelo a tudo isso, o diálogo com o setor está indo de vento em popa, com a televisão e com o cinema. Estamos apoiando a Amostra Internacional de Cinema, com a ajuda aqui da Câmara. Quero registrar três emendas de Vereadores aqui, parceiros, apoiando a Amostra Internacional de Cinema - já é uma ação da SPCine -, e também o Festival Internacional de Televisão, que é o primeiro festival de televisão que São Paulo vai receber, já como uma ação de articulação de negócios, de roteiro, que vai receber toda a programação de televisão brasileira e internacional, TV pública e TV comercial. Vai ser agora em novembro. Os senhores estão convidados. Já é uma ação também da SPCine.

Então, está tudo no caminho, tudo seguindo o figurino, roteirinho certinho para que a empresa possa começar a abrir suas portas e lançar os primeiros editais no final do ano. E, obviamente, depois de integralizado o capital da Prefeitura, o Governo do Estado de São Paulo integralizará a sua parte do capital na empresa; e a Ancine já está com o dinheiro reservado para os outros 15 milhões.

Então, as coisas estão...

Não sei se consegui responder.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só essa dúvida que temos, com relação ao detalhamento desses 3 milhões referentes a equipamento, os 4 milhões com relação à

implantação da empresa; e os 500 mil em *software*, previstos para o Orçamento de 2015.

O SR. ALFREDO MANEVY - É importante dizer que, como esses recursos estão na dotação desse ano - os 25 milhões estavam na dotação deste ano, foram integralizados e como a empresa tem autonomia -, ela poderá executar ao longo do ano que vem, como capital social.

Essas rubricas que estão previstas dizem respeito especialmente a “infraestruturar” a empresa: questão de *software*, questão de infraestrutura, da sede. A sede vai ser na Praça das Artes. Equipamentos, no sentido de computadores, e também para dar suporte à equipe da SPCine. Então, são rubricas que dialogam com esse primeiro momento de implantação da empresa, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (RICARDO NUNES) – Só dar uma boa notícia para o Secretário. Há uma emenda minha de 60 mil reais que já foi executada e levamos 5 mil pessoas ao Grajaú. Sabe quem foi, com 60 mil? (Pausa) Sampa Crew, Katinguelê, Doce Encontro, Eder Miguel, Bonde dos Playboys. Com 60 mil reais! Há fotos, há tudo. Com 60 mil reais. É por isso que acho que a vinda daquela outra aqui está caro e assiste razão ao Vereador Aurélio Nomura. Com 60 mil, foi feito tudo isso aí. Há o relatório fotográfico lá, há tudo bonitinho. Estive lá participando, uma festa superbonita, 100% gratuita.

Queria chamar, então, os mais importantes desta audiência pública aqui, mais importante do que os Vereadores, do que o Secretário e do que todos aqui, que é a população.

Primeiro inscrito é o *rapper* Pirata, do Fórum de Hip-Hop.

Pediria, por gentileza, tendo em vista o avançado da hora, que consigamos concluir aí, no máximo, os três minutos, e que as respostas fossem rápidas, se possível.

O SR. PIRATA - A primeira ideia é o seguinte: chamarmos outra audiência pública, porque a periferia não está aqui. E aí, toda a movimentação da cultura foi da periferia. E aí quero uma rubrica da Semana de Hip-Hop no Orçamento, porque é lei, está no calendário, foi falado com o Prefeito, é falado com todo o mundo, todos os trâmites nós fizemos. Agora,

cumpra-se. Não adianta falar que está lá no meio. Se não houver lá tal valor para o hip-hop, sem chance, porque eu queria ser primo de Renato. Esse tal de Renato aí... Fui lá ao negócio de Cultura, o Orçamento dos caras está garantido. Se respeitam a periferia, tem de estar no Orçamento, escrito: fomento periferia, e tem de estar *hip-hop*.

E, quanto à Semana de Hip-Hop, desculpa, ela está no calendário e é lei. Tem de dar Orçamento, porque, se está a Virada Cultural, para resumir a Virada Cultural: A Semana de Hip Hop pode ser a maior ação sociocultural da cidade de São Paulo. Por quê? No ano passado foram utilizados 600 mil reais para o evento, que acontece na cidade inteira. Não é apenas no Centro. Ele é importante, mas em toda a Cidade tem de acontecer e a Semana do Hip Hop não é vista assim. Como ela tem de ser valorizada? Não adianta usar o hip hop como badulaque para ser colocado aonde tem um *show*. Não é isso que a gente está discutindo.

O hip hop tem lei, tem orçamento, está discutindo a Cidade e sua função é importante. Todo mundo fala de periferia e hip hop, mas na execução não vemos, tanto que não está no orçamento. Desculpa. Quando a gente dialogou sobre o Plano Municipal, apareceu tudo isso e nada do que foi negociado apareceu até agora.

Parabenizo a Secretaria. Reconheço que é uma importante Secretaria. Não tenho nada contra ela, mas precisamos falar mais sério, porque eu não como coxinha. Certo?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Muito obrigado.

O SR. _____ - Posso responder diretamente? Existe previsão, já está garantida.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAPPER PIRATA - Também falou de um monte de prédios. O hip hop de São Paulo é um dos mais importantes do mundo e não temos uma casa de hip hop aqui. Entregamos. Já pediram essa casa de hip hop. Vi um monte de predinhos, mas cadê o do hip hop? Cadê a casa de hip hop do Município de São Paulo? A história dele é muito importante e

não temos uma casa.

Pedimos aos senhores, por gentileza, a implantação da casa.

Não Chico Buarque, porque ele já tem muito elogios.

O SR._____ - Primeiro quero dizer que está garantido o recurso da Semana do Hip Hop. Há 600 mil reais no nosso orçamento para a parte de promoção cultural. Ele está dentro. A questão de aparecer como rubrica, que é uma preocupação, do que como uma ação no orçamento, porque se colocarmos todas as ações da cultura, que é um campo imenso, rubrica por rubrica, o orçamento ficaria quilométrico, por isso eles entram em caixas mais gerais, mas ele está dentro.

Por isso podemos assumir esse compromisso aqui com você, registrado aqui em ata e em audiência pública. Mas, se for de interesse de todos sublinhar essa rubrica, entendo que tecnicamente isso é possível que seja feito aqui no Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Eu posso fazer.

O SR._____ - Que só se altere uma ação dentro do programa para isso aparecer, para que isso, simbolicamente, fique na peça orçamentária como uma deferência. Isso não vai envolver um centavo a mais, mas é reconhecer politicamente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR._____ - Entendi. Dou razão a você. Tecnicamente pode não aparecer o que está definido politicamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Secretário, então, não existe problema algum para a Secretaria criarmos a rubrica do hip hop e do circo? O recurso já existe. Tecnicamente, posso acertar com o Guilherme para criarmos a do circo e a do hip hop.

O SR._____ - Cria um projeto atividade específico em que a gente pode colocar as duas simbolicamente, mas acho que não há problema do ponto de vista orçamentário.

O SR._____ - Sobre a casa do hip hop, conheço esse projeto há

muito tempo. Já havíamos conversado sobre ele. Acho que com as casas de cultura voltando, não precisamos ter uma casa do hip hop. A gente pode ter várias casas. Entendo que existe a questão da memória e tal e tudo isso pode ser discutido.

- Manifestação fora do microfone.

O SR._____ - Conheço o projeto. Inclusive quando estive com o Gog, há um ano, ele disse que esse projeto era fundamental.

- Manifestação fora do microfone.

O SR._____ - Eu sei, mas... Entendi, conheço o projeto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR._____ - Estou tentando dialogar com sua questão. Estou respondendo a você. Espera, deixe-me concluir. Você não sabe nem o que vou dizer.

Estive com o Nelson Triunfo, com o Gog, com o Rappin' Hood. Estivemos na Casa Chico Science, no Ipiranga. Estou dizendo assim, existem as casas de cultura e, eventualmente, uma delas pode ser um centro de referência do hip hop. Ou podemos ter outro equipamento, se for o caso. Mas acho que temos de ter um espaço de diálogo, no sentido de absorver todas as possibilidades do hip hop.

Bem, ouvi você. Estou respondendo e reconhecendo a dimensão importante que tem e acho que as casas de cultura podem ser uma rede que absorva essa demanda. É uma proposta para a gente debater num segundo momento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – O segundo inscrito Paulo Fabiano.

O SR._____ - Da nossa parte, da Secretaria, o interesse total. Nós topamos, temos vindo em todos os debates públicos. Inclusive, criamos um programa chamado Existe Diálogo para topar todos os convites de diálogos da política cultural. Se o Legislativo achar que pode ser uma boa, nós apoiamos a ideia, seria oportuno voltarmos aqui para aprofundar os temas que forem, sem nenhum problema.

A equipe está toda aqui. Volto a dizer, estamos aqui, até para o adiantado da hora,

com 70% das diretorias todas da Secretaria de Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Só para deixar claro, Pirata, já foram feitas audiências públicas regionais, temáticas, pelo Executivo, agora, estamos refazendo pelo Legislativo. Teremos as audiências públicas regionais.

Paulo Fabiano, do Programa Vocacional.

O SR. PAULO FABIANO – Boa tarde a todos, estou aqui representando os artistas da Cidade, que estão ligados aos programas Vocacional e Piá, que são da Secretaria Municipal de Cultura. Há dois anos e tanto esses artistas estão mobilizados e em diálogo com a Secretaria para buscar uma adequação da estrutura que a Secretaria apresenta aqui, que nós reconhecemos, com as realidades desses programas. Uma das questões importantes é o processo de continuidade dentro desses programas de formação.

Quero fazer um parêntese para dizer que lamentei muito que os programas de formação que já existem há 13 anos, na cidade de São Paulo, extremamente importantes para estruturação e construção de autonomia nas periferias, mesmo no centro da Cidade, que já têm repercussão, tanto nos outros programas que aqui são apresentados, eles pouco são citados.

Assim como as questões que são superimportantes da infraestrutura, dos espaços onde essas ações acontecem e que, pela precariedade, torna tudo mais difícil. Sobre a questão da continuidade, queria firmar esse fato.

Esses programas que existem aqui há 13 anos estão lutando para permanecer. Não que estejamos falando: “Olha, ele não vai acontecer no ano que vem.”. Não é isso. A questão é que, por conta da sua verticalização na Cidade, faz parte importante da sua presença e da sua ação junto aos jovens e aos vocacionados da Cidade que ele não seja interrompido.

E ele é interrompido, obviamente, por uma situação burocrática, das formas de contratação desses elementos que nós compreendemos, porém também entendemos que é

possível, pela vontade política e da relação conjunta, tanto da Secretaria como dos artistas da Cidade, e das entidades que também fazem parte dessa batalha, um esforço para que esses programas continuem da forma que estamos propondo.

Portanto, pedimos que seja revista a proposta de orçamento que foi dada e já dada como certas como programas que formação. Temos aqui 2,124 milhões para cada Programa Vocacional do Piá, que vai representar a presença desses programas na Cidade em torno de oito meses, oito meses e meio, que seja um aumento de 15 dias do processo que acabamos de viver inadequado.

O que estamos propondo constantemente é que os programas sejam efetivos na Cidade, por pelo menos 10 meses, de modo que as interrupções ocorram de acordo com o ano letivo e não desarticule dessa maneira todo um conjunto de ações e de produção, de construção de pensamento que existe a partir do Vocacional.

Estamos aqui pedindo para rever isso. A diferença calculada aqui seria em torno de 2,300 milhões. Não é nenhum absurdo, acho perfeitamente possível uma readequação para que o Programa comece em março, que se estenda por 10 meses. É possível, já verificamos isso várias vezes. Peço a colaboração dos Vereadores, do relator, que colocou questões extremamente pertinentes aqui, para que haja uma articulação entre as secretarias. Secretaria de Educação e de Cultura, para garantir a verticalização dos programas.

Concordo com o parceiro, porque precisamos de outra audiência pública, para tratar da singularidade das questões que estão em jogo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Com a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Obrigado nobre Vereador, realmente é mister nessa cidade, acabar com essa péssima tradição, anual, de uma vez por ano aconteça esse momento de discutir o Orçamento da Cultura, e as questões culturais da cidade toda. Acredito que tem de haver, pelo menos, trimestralmente, essa discussão. Um orçamento complexo, com polêmica para serem realmente, requisitados aqui.

Tem uma Lei 14.756, de 29 de maio de 2008, que preceitua a criação do Museu da Televisão na Cidade de São Paulo. Se for Lei, tem de cumprir. Desde já vamos pedir para o relator incluir essa emenda, essa rubrica do Museu da Televisão, rádio, porque aqui nessa cidade nasceu a televisão brasileira, nada justo que há seis anos espera-se esse projeto e vamos formalizar por escrito.

Questão das obras, dotação 34/00. Essa dotação, construção e requalificação reforma de equipamentos culturais, viola a Lei Orgânica. A Lei Orgânica diz o seguinte: tem de haver o projeto, bairro, atividade escrito, nem que seja um calhamaço, mas a pessoa tem de saber que essa construção, o que vai construir? Qual bairro? É biblioteca, é teatro, é casa de cultura, é casa de circo? Tem de haver uma transparência, porque nessa dotação tem desde a Praça das Artes, as casas de cultura reformadas, as novas casas de cultura, verba do Fundurb, CEU das Artes, que ninguém falou aqui, no Campo Limpo. Vai haver o CEU das Artes? É uma dotação que tem de ser melhor explanada e ainda por cima a verba não foi executada. O Orçamento, até 31 de agosto, de 100 milhões de reais, nada executado e do Fundurb, de 30 milhões são executados 5.7 milhões. Além de tudo está havendo uma baixa execução orçamentária, que também se repete, como foi explicado aqui na questão dos centros culturais de referência, Itaquera e M'Boi Mirim. Nada executado, "zero". E o dinheiro está indo para o Fundurb. É preocupante colocar verba do Fundurb nas construções sendo que a execução está muito lenta e depende de alguns pré-requisitos.

Nesse sentido é importante pedir explicação aqui da questão do patrimônio artístico cultural da Cidade de São Paulo. Ao lado do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tem uma praça e a Cidade de São Paulo foi violentada com furto do busto do grande poeta Paulo Menotti Del Picchia. Um busto com 50 anos de existência. Pergunto: quem está tomando providências sobre os monumentos, Casa dos Bandeirantes, Casa Sertanista. Importantes equipamentos históricos em várias décadas, cripta imperial, que realmente, quero saber o órgão que está respondendo por isso. Realmente há muitas reclamações nesse sentido. E por

fim, a questão da Virada Cultural. Há dez anos as pessoas solicitam aqui, a inclusão do “Chorinho”. Será que vamos passar mais um ano passar aqui, e cantoras, realmente com uma questão questionável foram incluídas com altos cachês e o choro, que é uma manifestação legítima da cidade de São Paulo, excluída.

Mais uma questão: Casa de Cultura Chico Mendes, em Itaim Paulista, ficou fora do decreto. Esse decreto é do mês passado. Será que essa casa de cultura que existe há décadas na região do Itaim Paulista vai ficar para trás?

Virada Cultural: de novo, a Virada Cultural é excluída dos CEUs. No CEU Alvarenga, houve denúncia na Cidade Ademar contra a Secretaria, de que não houve qualquer manifestação da Virada Cultural neste ano e no ano passado naquele CEU. Também no CEU Jaguaré, na região da Lapa, a mesma coisa. Então, por que alguns CEUs têm Virada Cultural e outros não têm? Onde está a justiça social com a periferia da cidade de São Paulo – pois uns têm e outros não?

Por fim, o Conselho Municipal de Cultural. Todas essas questões estariam resolvidas com o Conselho Municipal de Cultural Deliberativo. Há 9 anos nós solicitamos, todo ano, essa medida, mas vocês não o implementam. Por que não dar esse empoderamento à população e não colocar pessoas reconhecidamente culturais no Conselho Municipal de Cultura?

Vamos ver se a coisa melhora para a cultura nos próximos anos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Obrigado, Fábio. Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Boa tarde. Sou Presidente da UniBrasil Trabalho e Empreendedorismo. Um dos grandes eixos estratégicos da nossa central é construir uma nova sociedade do conhecimento para o mundo do trabalho e empreendedorismo. Para isso, é preciso investir em políticas públicas nos segmentos da educação, da ciência e da tecnologia, do esporte e da cultura.

Farei quatro perguntas ao Secretário. Primeiro, a Virada Cultural é uma grande manifestação popular, é o maior evento cultural da América Latina, que supera o Grande Prêmio de Fórmula 1 em geração de renda para a cidade de São Paulo. Pergunto: será possível descentralizar a Virada para as 32 subprefeituras?

A segunda pergunta é sobre o carnaval, grande evento popular, que deveria ter o mesmo desenho, descentralizado para as subprefeituras.

A terceira é sobre a Biblioteca Mário de Andrade, a maior da América Latina, com o maior acervo de livros, jornais e revistas. Nas audiências públicas do PDE, apresentamos a tese de funcionamento da biblioteca 24 horas, mas haverá uma demanda tanto de segurança como de outras ações. Assim, proponho um plano “b”: o funcionamento da biblioteca com início às 6 horas e fechamento à meia noite, todos os dias.

A última pergunta é a seguinte. Criou-se um círculo vicioso de corrupção, inclusive na administração do Kassab. O acesso às verbas da Secretaria de Cultura era através de indicação de parlamentares e outras autoridades. Quais os trâmites legais para que uma instituição tenha acesso às verbas públicas da Secretaria de Cultura?

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Luís Otávio, do Instituto de Tecnologia Social.

O SR. LUIZ OTÁVIO DE ALENCAR MIRANDA – No passado, estive aqui e falei sobre a ausência da Secretaria nos extremos da cidade de São Paulo, em especial em Parelheiros e Marsilac. Se fizermos uma comparação dos recursos destinados aos outros distritos da Cidade, Parelheiros e Marsilac são distritos esquecidos pela Secretaria de Cultura. Todas as regiões do Município são diferentes. No entanto, as características de Parelheiros e Marsilac pedem uma atenção especial, principalmente quanto à criação de cursos profissionalizantes que foquem formação específica para a população de Parelheiros. Apenas com qualificação que os cidadãos de Parelheiros e Marsilac teremos retorno positivo quanto à

criação de empreendimentos e absorção desses trabalhadores nas empresas que existem e estão sendo criadas agora muito por conta do incentivo ao turismo na região.

Sabemos que muito tem sido feito, sabemos dos esforços da Prefeitura e da Câmara Municipal de São Paulo para sanar os problemas; mas sabemos também da lentidão de algumas ações. Em relação a isso, tenho quatro questões rápidas.

Considerando o que acontece no âmbito do Pronatec – que hoje não atende à demanda pelo simples motivo de o Sistema S não estar presente na periferia, não existe esse sistema no extremo da Cidade -, quais equipamentos serão usados nessa ação agora da Secretaria de Cultura em relação ao Pronatec? Os CEUs, equipamentos da subprefeitura ou as entidades suplentes e credenciadas nos pontos de cultura?

Segunda questão. Haverá um edital específico para as entidades suplentes e credenciadas no programa Cultura Viva no ponto de cultura?

Terceira questão. Qual a previsão de funcionamento da Casa de Cultura de Parelheiros? Já foi falado, mas não temos uma data certa de quando começará a funcionar.

Outra questão. Quais os esforços da Secretaria de Cultura quanto à Lei 15.953, de 7 de maio de 2014, que é a lei de autoria do Vereador Alfredinho, já aprovada e sancionada, que trata do turismo na região de Parelheiros? Há alguma ação da Secretaria voltada para o turismo? Como vimos, a SPTuris disse que é pequena a ação para o ano que vem. Então, vai precisar das outras Secretarias. Há alguma ação da Secretaria já prevista para essa lei?

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado. Muito bem colocado. Inclusive, Parelheiros é a região da Cidade que tem o pior IDH. Obrigado, Luiz, por respeitar rigorosamente o tempo.

Chamo o próximo inscrito, Sr. Daniel Aymoré Ferreira, do Grupo do Bem Estar e da Felicidade.

O SR. DANIEL AYMORE FERREIRA – Como proteger coisas, pessoas, lutas que

resistem? Estamos fazendo uma provocação até o mote da Bienal de Artes de São Paulo deste ano.

Queremos primeiro cumprimentar a Mesa e os Srs. Vereadores, saudar o Secretário interino Alfredo Manevy, o Guilherme Varella e os demais componentes da Secretaria Municipal de Cultura.

Entendemos que o Secretário Juca e o Alfredo Manevy são das pessoas mais competentes da gestão Haddad e muito têm feito pela cultura do Município. Vários avanços foram obtidos. Mas queremos também nos associar a algumas sugestões, sempre na linha de construir coletivamente essa pauta de trabalho para os próximos anos no sentido de dar maior especificidade às diversas rubricas. Aí, o companheiro Fábio Siqueira, do orçamento participativo, pessoa competente e de inegável reputação, coloca com muita propriedade: várias questões permanecem nebulosas e têm de ser esclarecidas.

Outra questão importante - na linha da minha pergunta: como proteger coisas que resistem? -: ficamos muito felizes por saber que a Vila Itororó está no radar da Prefeitura, mas há outros patrimônios ameaçados pela especulação imobiliária, pelo abandono até do Poder Público, como a Vila Maria Zélia e o Hospital Matarazzo – tombado desde 1986 e vergonhosamente destombado no ano de 2014 para permitir a construção de um hotel de luxo, de uma nova Daslu para as classes mais abastadas de São Paulo. Inclusive o multinacional francês Allard usou a arte, usou artistas para legitimar a especulação, com o apoio do Governo estadual e da Prefeitura de São Paulo. Nós aqui estamos denunciando isso e temos certeza de que o Secretário, o Guilherme, o Juca não são a favor disso. Achamos que têm de haver resistência. Não podemos destruir o Hospital Matarazzo para transformá-lo em um *shopping*.

Estou com a camisa do Fórum Popular da Saúde, pois sou médico, Mestre em Saúde Daniel Aymore Ferreira, milito em vários movimentos sociais. Um deles, o que quer a criação de vários parques municipais e entende os parques como opção de lazer, entretenimento e cultura. No ano passado conversamos com o Alfredo – o Guilherme lembra-

se disso – lá no Centro Cultural São Paulo. Na época, o Juca estava como Secretário, e solicitamos a ele que transformasse toda escola, todo posto de saúde, todo parque em um ponto de cultura. Agora é o momento: o Parque Augusta foi sancionado pelo Prefeito Haddad.

- Orador exhibe documento para a plateia.

O SR. DANIEL AYMORE FERREIRA – Isso aqui é o Diário Oficial copiado em tamanho gigante. O Prefeito Haddad, no dia 24 de dezembro, sancionou a Lei 15.941, do Parque Augusta sem prédios. No entanto, até agora, o Parque Augusta está fechado, e a Prefeitura está sugerindo que conversemos com as empreiteiras. Não vamos conversar com empreiteira, nossa conversa é com o Prefeito Haddad para que ele cumpra a lei que ele mesmo sancionou. Nós mobilizamos a sociedade. Depois do Passe Livre, a luta do Parque Augusta foi a que mais mobilizou São Paulo.

Queremos, de novo, diálogo com a Secretaria de Cultura - inclusive o Prefeito Haddad escalou o Secretário Juca Ferreira para ser nosso interlocutor – para que possamos convencer o Prefeito da importância do Parque Augusta como direito à Cidade como também é a Favela do Moinho, que é promessa de campanha do governo Haddad. Estamos juntos nessa luta pela proteção de uma comunidade que resiste. A Favela do Moinho e o Parque Augusta estão juntos, assim como a Casa Amarela, a Casa Azul. Estamos juntos com a Casa Amarela desde sempre, a Cooperativa Paulista de Teatro sabe disso.

Queremos parabenizar a Secretaria de Cultura, pois, apesar de todas as pastas estarem com o orçamento reduzido, fez muito e vai fazer. O rapper Pirata tem razão, há muita coisa a ser melhorada, mas falta diálogo.

Para terminar, quero homenagear o Augusto Boal. É importante que o nome dele seja resgatado no ano do centenário da Carolina Maria de Jesus e do Abdias do Nascimento. “Tenho sincero respeito por aqueles artistas que dedicam suas vidas exclusivamente à sua arte – é seu direito e condição! – mas prefiro aqueles que dedicam sua arte à vida”. A revolução somos nós.

Muito obrigado. Parque Augusta sem prédios já!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Daniel. Próximo inscrito, Leonardo William Casal Santos, assessor do Vereador Ricardo Young.

O SR. LEONARDO CASAL SANTOS – Boa tarde, Sr. Secretário, Srs. Vereadores e demais presentes.

Nossa preocupação, apesar de as casas de cultura terem voltado para a Secretaria – e digo apesar porque vamos discutir centralização, e este não é o momento –, é com o orçamento que veio. Apesar de o Secretário dizer que veio com um orçamento para a manutenção dessas casas de cultura, acreditamos que é muito pouco. Queremos debater esse valor e, em parceria com a Secretaria, melhora-lo. São 18 casas de cultura com um valor destinado para custeio de 5 milhões. Sei que a média não é linear, mas isso dá um valor de 277 mil por casa de cultura. Em apenas uma das casas que conheço, o Tendal da Lapa, só as despesas de custeio, sem custeio de funcionários, precisaria de 300 mil reais. Vai faltar dinheiro.

Outra preocupação é quanto ao Fundurb. Olhamos com preocupação essa verba do Fundurb de 30 milhões para as obras das casas de cultura, porque essa verba diminuiu do ano passado para este ano em 6 milhões, ou cerca de 16%. Na fala de vocês, esse valor seria para obra de 15 casas de cultura, nas palavras do Secretário, ou para 16 casas, na fala do Chefe de Gabinete. Mesmo assim, achamos pouco esse valor e gostaria de trabalhar em conjunto para que aumentasse. Por quê? Uma das que eu conheço por ser morador da Lapa é o Tendal da Lapa. Se 30 milhões para 15 casas dá 2 milhões para cada uma, só a reforma do Tendal precisaria de mais do que o dobro desse valor de 2 milhões. Então, se está tendo um estudo pela Secretaria da realidade das Casas de Cultura, eu já adianto que não vai ser suficiente. Também queríamos trabalhar com vocês para melhorar isso no orçamento.

Dentro do meu tempo, quero passar a palavra para a Carla, uma colega nossa também da Casa de Cultura da Lapa.

A SRA. CARLA MONTEIRO – Desculpem-me, mas eu perdi a inscrição e ele está dividindo o tempo comigo. Sou gestora da Casa de Cultura Tendal da Lapa. Assumi no começo do ano passado e na primeira semana já procurei o Secretário Juca e o Guilherme para conversar conosco. A minha preocupação é bem pontual: estamos com muita expectativa nessa passagem para a Secretaria de Cultura e acreditamos que vai dar certo. Este ano, o Tendal faz 25 anos de existência e nunca recebeu um projeto de adequação para as suas instalações. Trabalho lá como gestora, correndo risco e torcendo todos os dias para que nada aconteça, porque as telhas de amianto estão todas fora do lugar, com buracos. A parte elétrica está com todos os seus fios expostos. Muitos artistas que estão aqui e que conhecem o espaço podem dizer que o que estou falando é real. Houve reunião do orçamento na Subprefeitura da Lapa, onde estive a Secretária Municipal de Planejamento, a Leda, e cinco pessoas falaram da urgência desse espaço. Acredito que, indo para a Cultura, vamos ter, sim, uma melhoria, mas até essa obra entrar, quem é que vai dividir comigo a responsabilidade da vida de 500 pessoas que circulam por lá diariamente? São cem grupos que ensaiam por semana e 80 oficinas. Comparado à estrutura e guardadas as diferenças, acho que há mais gente trabalhando no Tendal do que no Teatro Municipal. E pensar que a Casa de Cultura é uma demanda que vem do povo, da população para o Poder Público. Não podemos confundir, por exemplo, com o Centro Cultural, uma estrutura que vem do Poder Público para a população. Então, temos que continuar atendendo e peço que vocês dividam a responsabilidade de utilização daquele espaço tão precário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Dorberto Carvalho, da Cooperativa Paulista de Teatro.

O SR. DORBERTO CARVALHO – A Cooperativa foi fundada em 1979. São trinta e poucos anos de existência. Apesar de ser uma corporação de arte cênicas, teatro, dança e circo, militamos em todas as áreas da cultura. Não temos uma posição corporativa em defesa dos interesses exclusivamente dos artistas da Cooperativa, que hoje conta com

quatro mil artistas e técnicos associados e 750 grupos, sendo que 450 deles com atividade ininterrupta na cidade de São Paulo, produzindo a difusão e a fruição dos bens culturais pela Cidade. A Cooperativa, então, tem uma ampla capilaridade na Cidade, inclusive em toda a periferia, na região Norte, na região Sul, na região Leste. Nesse sentido, apoiamos todas as demandas que foram apresentadas aqui, como a demanda do Pirata, da periferia. Achamos muito justa a existência da casa de hip hop. Apoiamos a demanda de Parelheiros e Marsilac. Apoiamos a demanda das casas de cultura, pois achamos importante essa capilarização, chegar à ponta dos jovens produtores de cultura da periferia. Somos a favor disso e apoiamos inclusive a luta do vocacional, uma luta primeira dentro da Cooperativa. Só que eu queria registrar, Vereador Ricardo Nunes, que nós, de posse do levantamento do que está disposto no Orçamento hoje, defendemos integralmente o orçamento proposto pelo Executivo da Secretaria de Cultura, porque entendemos que existe, sim, uma conscientização de fazer com que a cultura chegue a todos os pontos da Cidade e conseguimos enxergar, sim, uma evolução nessa construção da cultural, uma cultura plural que preveja adversidade, que olhe para toda a Cidade independentemente de olhar para um único setor ou uma única linguagem artística.

Entendemos também que falta, sim, recurso para a cultura e há anos a fio a Cooperativa Paulista de Teatro vem às discussões do Orçamento para propor 2% para a cultura da Cidade. Todo mundo sabe que ano a ano estamos aqui defendendo esses 2%. Entendemos que esse pequeno avanço que houve no orçamento da Secretaria da Secretaria de Cultura representa o que é possível neste momento, e entendemos que está muito equitativo, está muito qualificado dentro da peça orçamentária proposta pela Secretaria de Cultura.

Faço, então, um apelo para o Relator, em nome da Cooperativa Paulista de Teatro, que considera essa peça orçamentária proposta pela Secretaria da Cultura e procurando, se possível, ampliar esse orçamento, atendendo a esses setores, o que

entendemos como justa reivindicação, principalmente para essa luta da periferia, embora entendamos também que, desta gestão para cá, é inegável que houve um avanço monumental, algo estrondoso do ponto de vista de enxergar a questão da fruição dos bens culturais da Cidade e da produção do acesso à população que não tem acesso à cultura e à produção desses bens culturais e a democratização desses recursos para chegar às pontas da cidade de São Paulo.

Eu poderia falar do programa VAI, falar dos pontos de cultura e de diversos programas que já foram abordados aqui que atendem à população periférica e conta com o apoio da Cooperativa Paulista de Teatro, mas, infelizmente, não há tempo.

Encerro minha fala pedindo apoio integral a essa peça orçamentária e, se possível, ampliação desses recursos para que todos esses setores que foram aqui citados possam ser atendidos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Lembro que não há só a cultura, a Cidade tem outras questões, mas será considerado o seu pedido.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. ALFREDO MANEVY – Obrigado a todos pelas questões, que são todas muito legítimas e, de fato, mostram a preocupação com o avanço do orçamento da Secretaria Municipal de Cultura. Isso está claro na fala de todo mundo, que mostra o apoio ao crescimento das políticas, dos programas e das ações, cada qual com uma ênfase diferente.

Como o tempo é curto, vou tentar ser objetivo e, para aprofundamentos, fico à disposição para quando houver outra audiência e, se preciso for, a Secretaria está aberta para aprofundarmos cada ponto.

Em relação à pergunta do Paulo Fabiano, sobre o vocacional, o Paulo e toda a equipe do vocacional sabem o quanto a Secretaria está disposta ao diálogo e já tem apresentado essa disposição na materialidade. Temos apresentado os avanços específicos

e os incrementos para o programa. Já tivemos um aumento; uma das primeiras demandas que recebemos no ano passado foi a questão do aumento, do reajuste dos valores pagos aos professores, que estavam há oito anos sem reajuste. Em relação ao aumento da vigência do contrato, também já conseguimos ampliar, este ano, para oito meses e meio. Temos uma preocupação com relação à vigência, porque é um edital público e, portanto, não pode caracterizar relação empregatícia. Além disso, tem a questão do Tribunal de Contas do Município, que já fez esse apontamento. Está correta essa preocupação do Paulo em relação à continuidade do projeto. Temos que estudar maneiras para que seja otimizado o processo contratual e consigamos fazer dentro da vigência desses oito meses e meio. Acho que a grande preocupação que o Paulo aborda é porque, às vezes, dentro dos trâmites internos da questão contratual, da documentação, do edital ser lançado, de esperar o tempo de vigência, etc, acaba-se tendo alguma interrupção. Estamos atentos a isso e queremos fazer com que o ano que vem não tenhamos esse tipo de interrupção e, junto com isso, melhorar as condições de trabalho, que, apesar de ele não ter abordado, é uma questão superimportante para os professores e para os estudantes.

Dos apontamentos citados pelo Fábio Siqueira, o primeiro, a questão da dotação de obra, a dotação 3400 foi congelada e os congelamentos não estão sob a nossa ascendência, ou seja, não conseguimos controlar e os orçamentos que foram congelados, dentro dos remanejamentos orçamentários do ano, precisamos utilizar para fazer as composições. Então, essa dotação havia sido congelada e com um motivo muito claro, concreto e correto trazido pela Sempla, a de ter que concentrar a dotação de obras, assim como as outras Secretarias, pois é uma política orçamentária concentrar isso dentro do Fundurb.

Então, para corrigi-lo, não gastamos 36 milhões como estava previsto, pois só foram liberados pelo Fundurb 22 milhões de reais, sendo que 8 milhões foram para as obras do Sampaio Moreira, às quais eu já me referi, e 14 milhões para o restante das obras,

inclusive os três teatros. Essa execução está indo muito bem, porque esses 8 milhões, em praticamente uma medição, ela já vai ser avançada. Então, executaremos os 8 milhões agora, provavelmente no próximo mês, com o Sampaio Moreira.

Em relação aos teatros que vão ser inaugurados – um em janeiro e dois em fevereiro –, a medição será avançada para o ano que vem. Então, fique tranquilo, porque, relação à execução, a liquidação vai ser exata.

Sobre a inclusão do choro, houve atividades do choro no ano passado e há atividades do choro acontecendo não só aqui no centro, nos coretos, mas em várias atividades, como teatros e equipamentos nossos na Cidade. Concordo que não tem que haver nenhum tipo de discriminação em relação a nenhum gênero artístico.

Em relação à Casa de Cultura do Itaim, ela está, sim, incluída no decreto e, portanto, já acomodada. Não há a preocupação de estar excluída. É claro que comungamos da mesma preocupação de que é necessário mais investimento e mais recursos nas casas. Acho que, de fato, é necessário. Não vai ser uma solução de uma hora para a outra, pois o decreto foi assinado há um mês e temos dez anos de deficiência das casas que precisamos recuperar. A preocupação que o Tendal da Lapa traz, de darmos conta de fazer as vistorias, esse diagnóstico de forma célere, é superlegítima. Já fizemos o diagnóstico de oito Casas de Cultura das 18 existentes; inclusive o Tendal da Lapa foi uma das primeiras a serem feitas justamente por causa da sua importância. Com esse diagnóstico, vamos conseguir mensurar as necessidades dos recursos. Claro que há algumas mais urgentes, sem luz, com queda do teto, etc, e temos que priorizar essas. O diagnóstico serve para priorização.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALFREDO MANEVY – Não, está corretíssimo. Sabemos disso. As Casas se incorporam à Secretaria no dia 1º de janeiro e já fizemos precaução de orçamento em relação a isso antes. Mas é claro que vamos precisar de toda ajuda para aumentar o orçamento das Casas; se possível, na base orçamentária. Essa é uma peça que

defendemos, porque a achamos muito qualificada para dar conta das demandas.

Em relação às Viradas nos CEUs, os 13 escolhidos foi pelo motivo de que eles tiveram programação, tanto na Virada Cultural como em todo o Circuito Municipal de Cultura, com mais de 2.500 atrações. A decisão se dá pela Secretaria de Educação, de acordo com as Diretoriais Regionais de Ensino, que dizem quais CEUs são os que podem receber a programação e, segundo, pelas condições técnicas de recebimento da programação. Não dá para levarmos determinada programação sem termos a infraestrutura necessária para isso.

Essas foram as questões abordadas especificamente sobre isso.

Sobre o Fundurb, falei da execução. Para o Sampaio, foram 8 milhões. Para os três teatros, quase 10 milhões. Para o resto, conseguimos dar conta de tudo.

Em relação à Biblioteca Mário de Andrade, estamos fazendo os estudos para tentar saber se ela pode funcionar 24 horas e buscando recursos, em parceria com a iniciativa privada, para isso.

Sobre o Carnaval de rua, já fizemos uma primeira neste ano de 2014, uma ação insipiente, mas que já ajudou na regularização e na regulamentação do Carnaval, e a repercussão foi muito boa. Estamos ampliando essa política. Já para este mês, no comecinho de novembro, já conseguiremos dar conta do decreto dos cadernos técnicos que precisamos para o ano que vem.

Em relação a Parelheiros, já há mais de 400 mil reais já investidos lá através do Programa Aldeias. É uma ação importante que reconhece uma manifestação cultural importante da região. Os cursos do Pronatec já foram introduzidos em alguns equipamentos, como o de Cidade Tiradentes, Penha, Olido e outros e queremos, para o ano que vem, expandir para alguns CEUs da região. Temos que fazer um estudo, mas, para tanto, queremos lhe convidar para uma conversa específica sobre isso, sobre a alocação de algum tipo de evento do Pronatec. Hoje, o edital específico dos pontos de cultura se dá conta de ir

para a suplência. Do ponto de vista legal, é possível e a gente tem de ver com relação ao alcance da meta, se vai ser suficiente ou se teremos de lançar alguma outra digital.

Parênteses: desculpem-me estar falando rápido, mas quero dar conta de todas as questões. Se não estiverem entendendo...

A Casa de Cultura de Parelheiros é outra questão importante, já há previsão de terreno. Há questões que obstam acelerarmos o processo porque lá uma reserva ambiental, há questões técnicas e ambientais, mas há 1,5 milhão de reais previstos para fazer a licitação do projeto da Casa de Cultura. E ela nós queremos priorizar na próxima etapa da concepção do Orçamento e do decreto.

Com relação aos tramites legais, que o Laerte citou, sobre apresentar projetos, temos procurado ampliar os recursos digitais e transformar todos os processos de apresentação de projetos na Secretaria, processos republicanos abertos e transparentes. Qualquer pessoa que queira apresentar projetos, as equipes estão abertas para receber.

O Leonardo já falou do aumento das Casas de Cultura, estamos aí. Acho que temos de votar mais e mais e ampliar. Vai ser um processo difícil. Não vamos resolver de um ano para o outro todos os problemas das Casas, mas queremos evoluir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Há alguma coisa para restauro? Essa é uma das perguntas. Há algum recurso para restauro?

R – Tanto para restauro quanto para reforma, tudo isso está previsto. Restauro especificamente está no Ações de Preservação e Patrimônio, dentro do DPH. E se for restauro que diz respeito à incrementação de alguma obra de maior vulto entra no ali no Fundurb.

Acho que é isso. O Norberto fez uma fala com relação a nossa peça, a gente procurou dizer que estamos evoluindo, e quero reforçar isso na questão do Orçamento. A gente sabe que a Secretaria é pequena, não temos os equipamentos necessários para capitalização dos serviços públicos da cidade. Claro, cada vez mais, quanto mais tivermos não só de Orçamento, mas de infraestrutura de pessoal, de recursos da Secretaria do ponto de

vista de prédios, enfim, permanentes, custeio e tudo isso, a gente vai fazer com que a Secretaria esteja à altura da Cultura da cidade. Hoje temos uma demanda muito maior do que conseguimos assimilar, mas mesmo assim, com as políticas transversais que tentamos imprimir, estamos conseguindo fazer com que os serviços sejam capilarizados pelo território.

Vou passar para o Alfredo, ele irá complementar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALFREDO MANEVY – Vou ser sintético para fecharmos porque já exaurimos bastante sua energia e a de todos. Mas há três pontos que acho fundamentais.

O primeiro sempre volta, é a questão Virada, que eu acho tem que incorporar o ritmo choro, etc. Mas vejo que ainda há o estigma de que a Virada é a política cultural da cidade. O que fizemos, nesse um ano e dez meses de Gestão, foi transformar a Virada num grande evento com calendário de ações e de políticas públicas que vão muito além dela. O circuito municipal de cultura abriga duas mil atrações, passa em todos os CEUs, passa a incorporar as Casas de Cultura. Na próxima audiência, espero que possamos falar de incluir o ritmo choro, outras manifestações e não só na Virada, mas incluídos na política de programação desses 200 equipamentos. Essa ação talvez faça a Virada ser mais Virada no sentido de fazer valer o seu papel de convivência no centro e permita que tenhamos uma política permanente de programação em toda cidade. Essa é uma demanda que está por trás da questão do choro e de vários outros artistas que querem participar porque, de certa maneira, a política cultural era a Virada. Hoje a Virada é um evento importante dentre outros eventos numa programação mais ampla. E agora as Casas de Cultura e os CEUs passam a ter uma programação ainda maior para o ano que vem.

Em relação ao tema Parque Augusta, estamos em diálogo. Quando o Prefeito nos designou como parte da interlocução, eu mesmo estive por três horas em interlocução com o movimento. Guilherme esteve em outra, há duas semanas. O Conpresp esteve também presente. Mas a questão é a seguinte: como viabilizar a lei do ponto de vista do direito que a

incorporadora tem sobre aquela terra, que de ponto de vista da Justiça pode gerar desapropriação que seria algo em torno de 300, 400 milhões de reais? E isso é para viabilizar o parque. O caminho que precisamos encontrar não pode ser uma derrota para o poder público, tem de ser uma vitória do interesse público. E o entendimento entre Prefeitura e movimento é que para viabilizar um parque importante para a cidade que se encontre um caminho que não seja uma desapropriação que significa uma Secretaria Municipal de Cultura, o Orçamento nosso de um ano para viabilizar um parque que é do interesse de todos, mas é preciso encontrar um bom caminho técnico, político e jurídico. Temos feito interlocução com o movimento, acho que estamos amadurecendo uma visão, uma massa crítica sobre o assunto.

O Matarazzo, estivemos lá, mas não está na nossa alçada direta, salvo engano. Há uma ação privada, é outra a questão, não é competência direta da Secretaria Municipal de Cultura.

Termino dizendo que o Orçamento que nós mandamos, que a Prefeitura mandou, e na complexidade deste debate foi comprimida no sentido de viabilizar políticas e programas de ações. Fizemos esforço de desidratar o mais possível para caber nas receitas da cidade que, como sabemos, ficou comprometida com a questão do IPTU e com outras questões.

Apelo – e a última fala do Dorberto foi clara nesse sentido, é muito bom uma Secretaria ter público e uma base mobilizada, feliz a Secretaria que defende o seu Orçamento, porque de fato, para nós, ele é o ponto de partida. O Orçamento enviado é a base sobre a qual avançaremos. Já fizemos grande esforço de racionalidade, de enxugamento de custeio aonde era possível. Mas é muito claro, e não somos nós que dizemos, mas a área cultural ainda é insuficiente para dar conta da demanda cultural da cidade. Esperamos que o Legislativo, como tem sido, seja de novo um grande parceiro no sentido de partir dessa proposta e que possamos ampliá-la e, quem sabe, chegar num patamar histórico já no Orçamento do ano que vem, ampliando a proposta do Executivo. É com essa expectativa que saímos daqui, com a possibilidade de ampliarmos o nosso Orçamento visto que é muito abrangente o campo da

Cultura, são muitas pautas e, por mais que tenhamos avançado, é preciso que o Orçamento incorpore uma série de temas aqui trazidos.

Quero agradecer a oportunidade, ficamos à disposição para voltarmos numa próxima audiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Alfredo.

Para uma conclusão dos trabalhos, precisamos conversar – não sei com quem da Secretaria – para entender os 8,5 milhões para o sistema de Informação e Comunicação, não conseguiram explicar.

Depois faremos, precisamos de um detalhamento das Casas de Cultura, como faz a Secretaria da Saúde, UBS tal, tal e tal. É preciso ter detalhado. São algumas questões técnicas.

Quanto aos demais itens, estão tranquilos. Da sua peça, tenho dúvida quanto aos 8,5 milhões...

(NÃO IDENTIFICADO) – Desculpa interromper. Para esclarecer os 8,5 milhões Prodam, o senhor quer que explique agora ou a gente pode...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – A gente pode conversar depois. Estou deixando claro nesta audiência pública o que ficou pendente, e é por conta do horário porque tenho de ir para a sessão.

Secretário, tenho o maior apreço pela Cultura, mas a minha tarefa não é muito fácil. Vocês estão defendendo a Cultura e a gente escuta todos os setores. Evidentemente, vamos tentar fazer o melhor.

Tenho dúvida em relação ao Teatro Municipal, quanto aos custos, mas vamos discutir na Casa.

Deixo uma informação a todos: estamos falando de fonte de recursos 00 de 32 bilhões, aparecem 51 bilhões, mas é que há recurso federal, não sei o que mais... Então, meio

bilhão para a Cultura é um valor bastante considerável. É pouco, mas há de considerar que em relação às outras Secretarias, é considerável.

Quero agradecer muito, muito, muito ao Guilherme, ao Alfredo, a Ana Flávia e todos da Cultura. São as pessoas que esperávamos neste Parlamento para poder conversar, dialogar e participarmos juntos.

Nada mais havendo para ser tratado, declaro encerrada a audiência pública.

Obrigado a todos.
